



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDO DE LINGUAGENS



BAKTALAIÁ DE LIS ANDRADE LEAL

**ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO NOS COMENTÁRIOS DE ARNALDO
JABOR NA “ERA LULA”: UM GESTO DE INTERPRETAÇÃO**

SALVADOR-BAHIA
2012

BAKTALAIA DE LIS ANDRADE LEAL

**ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO NOS COMENTÁRIOS DE ARNALDO
JABOR NA “ERA LULA”: UM GESTO DE INTERPRETAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens, Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Estudo de Linguagens.

ORIENTADOR: Prof. Dr. João Antônio de Santana Neto

SALVADOR-BAHIA
2012

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

Leal, Baktalaia de Lis Andrade

Análise do discurso político nos comentários de Arnaldo Jabor na “era Lula”: um gesto de interpretação / Baktalaia de Lis Andrade Leal . – Salvador, 2012. 119f.

Orientador: Prof. Dr. João Antônio de Santana Neto.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Campus I, 2012.

Contém referência.

1. Jabor, Arnaldo, 1940 – Crítica e interpretação. 2. Análise crítica do discurso. I. Santana Neto, João Antônio de. II. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas.

CDD: 401.41

BAKTALAIA DE LIS ANDRADE LEAL

**ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO NOS COMENTÁRIOS DE ARNALDO
JABOR NA “ERA LULA”: UM GESTO DE INTERPRETAÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Estudo de Linguagens, submetido ao Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens, Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus I. Área de concentração: Análise do Discurso.

Salvador, _____ de _____ de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. João Antônio de Santana Neto (Orientador)
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Prof.^a Dr.^a Helena Hathsue Nagamine Brandrão
Universidade de São Paulo - USP

Prof. Dr. Gilberto Nazareno Telles Sobral
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, QUADROS E IMAGENS

Figura 1. (Diagrama tripartido do lugar, tema e linguagem)	41
Figura 2. (Pólos demonstrativos dos níveis de linguagem jornalística)	46
Figura 3. (Pesquisa de índice de confiança)	51
Figura 4. (Quadro comparativo dos candidatos – ótica do comentarista)	53
Figura 5. (Quadro comparativo dos candidatos – ótica do comentarista)	72
Figura 6. (Foto do debate em 2006)	73

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

C	Comentário
CBN.....	(Central Brasileira de Notícias – Rede de Rádio do Sistema Globo)
AD	Análise do Discurso
FD.....	Formao Discursiva
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FI.....	Formao Ideológica
JG.....	Jornal da Globo
L.....	Linha
PSDB	Partido Social Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
TFP	Tradio, Família e Propriedade

RESUMO

Nessa dissertação, lança-se um olhar sobre os comentários políticos do jornalista Arnaldo Jabor veiculados pelo Jornal da Globo. Destacando um *corpus* que se limita às notícias relacionadas ao governo do Partido dos Trabalhadores – PT ou às situações políticas desse governo entre os anos 2006 e 2007. Nesse trabalho, opera-se sob os princípios teóricos da Análise do Discurso de linha Francesa de Michel Pêcheux. Por essa escola discursiva de interpretação, analisam-se os comentários (9 comentários) políticos propondo um gesto de interpretação, considerando que não há apenas informação ou notícia, mas campanha política vinculada ao jornalismo, confirmando o princípio da AD de que: não há transparência na linguagem, mas opacidade. E, por meio da opacidade considerada, afluem-se novas interpretações. Propõe-se a seguinte questão: “Através dos pressupostos da Análise do Discurso, é possível atribuir um efeito de sentido que reflita a campanha contra o governo Lula feita por Arnaldo Jabor durante suas aparições no Jornal da Globo?”. Para essas mobilizações de interpretação, são destacados e montados dispositivos teóricos que constituem a base para análise, a saber: O interdiscurso e a enunciação (Esquecimentos nº1 e nº2). Alguns teóricos contribuem para a constituição das discussões em torno do presente trabalho como: Fuchs, Authier-Revuz, Maingueneau, Orlandi, Gregolin, Nagamine Brandão, Baccega, Ferreira entre outros. Considera-se que o presente trabalho possa contribuir para que o fator interpretação sirva de ferramenta para repensar as manifestações jornalísticas e discursivas. Além disso, crê-se que essa dissertação serve como mais um vozear que se opõe aos mitos da imparcialidade da imprensa que, muitas vezes, sente-se porta-voz da representatividade popular e da unicidade de interpretação textual.

Palavras-chave: Análise do discurso, Arnaldo Jabor, enunciação, interdiscurso, interpretação.

ABSTRACT

This paper takes a look at the political comments of the journalist Arnaldo Jabor conveyed by the *Jornal da Globo*. This study highlights a *corpus* which is limited to news related to the PT government or about political situations of the government between the years 2006 and 2007. This investigation is based on the principles of theoretical discourse analysis of the French researcher Michel Pêcheux. Into this discursive school of interpretation, the political comments (9 comments) are analyzed, proposing a way interpretation, considering that there is not information or news, but political campaigning linked to journalism, confirming the principle of Discourse analysis (DA) that: there is not transparency in language, but opacity. And, through the considered opacity, new interpretations emerges. The following question is proposed: "By the discourse analysis, is it possible to assign an effect of meaning that reflects the campaign against Lula made by Arnaldo Jabor in his appearances on *Jornal da Globo*?" To these mobilizations of interpretation, we use devices that form the theoretical basis for analysis, such as the inter-discourse and enunciation (Oblivions N° 1 and N° 2). Some theorists contribute to the discussions on the constitution of this paper as: Fuchs, Authier-Revuz, Maingueneau, Orlandi, Gregolin, Nagamine Brandão, Baccega, Ferreira, and others. It is considered that this dissertation can contribute to the factor interpretation and that this factor can serve as a tool to rethink the journalistic and discursive manifestations. Furthermore, it is believed that this dissertation serves as a sound produced that opposes to the myths of impartiality of the media which often produce popular representation and the uniqueness of textual interpretation.

Keywords: Discourse analysis, Arnaldo Jabor, enunciation, interdiscourse, interpretation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. A MÍDIA, O INTELLECTUAL E A MANIPULAÇÃO	14
1.1. O INTELLECTUAL E O JORNALISTA NA HISTÓRIA	14
1.2. OS SETORES DE INFORMAÇÃO NA SOCIEDADE	21
2. BASES TEÓRICAS E ANALÍTICAS	25
2.1. OBJETO	25
2.2. <i>CORPUS</i>	27
2.3. QUESTÃO (A CAMPANHA)	30
2.4. DISPOSITIVOS TEÓRICO-ANALÍTICOS	31
2.4.1. Do interdiscurso	32
2.4.2. Da análise do Esquecimento Nº 2	36
3. A RELAÇÃO DO COMENTARISTA COM:	
O LUGAR, A LINGUAGEM E A TEMA	40
3.1. O LUGAR DA VOZ MÍDIÁTICA	42
3.2. A LINGUAGEM DO COMENTÁRIO JORNALÍSTICO	45
3.3. O DISCURSO E O SEU TEOR POLÍTICO	51
4. O OUTRO EXISTE	55
5. AS ANÁLISES: O INCONSCIENTE DA LINGUAGEM	61
5.1. INTERDISCURSO (ESQUECIMENTO IDEOLÓGICO)	61
5.1.1. “O getulismo tardio”	66
5.1.2. “O perigo” comunista	68
5.1.3. O “burguês limpinho” e o socialista barbudo	72
5.1.4. A altivez socialista	75
5.2. ORDEM DA ENUNCIÇÃO (ESQUECIMENTO E PARÁFRASE)	77
5.2.1. O saudosismo político	79
5.2.2. O anticomunismo ressuscitado	84
6. O SUJEITO E A INTERPRETAÇÃO	91
7. CONCLUSÃO	96
REFERÊNCIAS	100
APÊNDICES	104
ANEXOS	115

INTRODUÇÃO

Há um poder de convencimento e de persuasão cada vez mais sofisticado nos meios de comunicação atuais, em especial na televisão e no rádio, pelas suas estratégias de envolvimento que se apresentam como imparciais.

Entre as formas de aprimoramento, destacam-se formatos diferentes de jornalismo: hoje há um jornalismo que se mostra sério, outro que se pretende irreverente, sarcástico, sensacionalista, e muitas outras formas e categorias. Tal diversificação, embora defenda o objetivo de dispor informações aos telespectadores, tem, às vezes, um papel muito maior na construção ou manutenção de ideologias do que na informatividade. A própria escolha da informação a ser veiculada é instrumento de ideologização e nada tem de imparcialidade, se é que a imparcialidade no meio informativo existe mesmo.

Arnaldo Jabor – cineasta, crítico e escritor – é uma das vozes que exerce forte influência na formação da opinião pública brasileira. No *Jornal da Globo* (doravante JG), em um espaço a parte do noticiário, Jabor é comentarista das matérias mais polêmicas, versa suas explanações sobre temas variados: arte, meio-ambiente, política, economia, cultura etc. Não são poucos os lares que se silenciam ao início do discurso do comentarista.

Jabor é uma personalidade com larga popularização no meio intelectual. Como cineasta consagrado, dirigiu filmes como *Toda nudez será castigada* (1973), baseado na obra de Nelson Rodrigues; *Eu sei que vou te amar* (1986), vencedor do prêmio Palma de Ouro de Melhor Atriz no Festival de Cannes; *Eu te amo* (1981); *A Suprema felicidade* (2010), entre outros. Tem também vários livros publicados, destacam-se: *Amor é prosa, sexo é poesia*; *Os canibais estão na sala de jantar*, e *Amigos ouvinte*. Porém, sua popularização fora do circuito *Cult*, deu-se efetivamente como jornalista, por meio dos comentários no JG, na Rádio CBN, como colunista dos jornais *Estado de São Paulo* e *O Globo*.

O objeto desse trabalho é o discurso político existente nos comentários de Arnaldo Jabor.

Os comentários de Jabor já são largamente conhecidos pelas suas ironias, indiscrições, pelo modo pitoresco e talentoso com que costuma tratar assuntos diversos. Assim, é no campo do comentarismo que ganha expressividade nacional e popular, nesse espaço, sua literatura surge em formato de crônica ou (no caso do JG) *telecrônica*.

Faz-se a análise de algumas aparições dessa personalidade com o objetivo principal de perceber que as formas de discurso do jornalista tem se modificado, sobretudo no âmbito do comentarismo e, a partir desta percepção, fornecer ao leitor mais uma análise que esclareça como a mídia é instrumento de manutenção de ideologias. Objetiva-se ainda constatar itens específicos como: mostrar pela análise da linguagem que, no ambiente do jornalismo e do telejornalismo, as parcialidades são muito visíveis, embora se tentem camuflar as preferências ideológicas; atingir um gesto de interpretação que revele as posições do jornalista Jabor como “cabo eleitoral” que defende a direita brasileira; observar, através das trilhas que o discurso deixa no texto, que as contradições e rupturas faz do sujeito do discurso (no lugar de comentarista) um contraventor de si mesmo e do que diz acreditar.

Sob a luz da Análise do Discurso de Linha Francesa (AD), apoiando-se em teóricos como Pêcheux, Fuchs, Authier-Revuz, Orlandi, Nagamine Brandão, Gregolin, Ferreira e pensadores que oferecerem suporte, estuda-se, por meio dessa dissertação, o discurso presente nos comentários de Jabor por alguns vieses como: a relação do sujeito com a linguagem, o lugar e o conteúdo do discurso, os mecanismos que condicionaram a produção desse discurso, as filiações ideológicas, e o estudo da enunciação nos seus comentários.

A primeira seção, denominada “A mídia, o intelectual e a manipulação”, é um retrato do espaço midiático e de alguns fatores que envolvem mídia e linguagem, a seção está dividida em dois subtópicos que se juntam na parte de conclusão. São eles: “O intelectual e o jornalista na história” e “Os setores de informação na sociedade”. A primeira subseção traz abordagens sobre a figura do intelectual como jornalista da informação na sociedade brasileira atual, traçando um espaço e um conjunto de ponderações que servem para situar historicamente o perfil do comentarista político no meio midiático. Reflete-se ainda sobre o papel do intelectual, pois é relevante comentar a imagem intelectualizada que se quer promover pela mídia. É também por esse estereótipo, pela figura do homem cerebral, que a voz do comentarista acha aceitação pelos ouvintes, telespectadores ou leitores. Na segunda subseção, ocorrem discussões a partir do questionamento da (im)parcialidade da imprensa, do mito da neutralidade jornalística e da manipulação das grandes redes de informação. Neste espaço, não se trabalha com Análise do Discurso (AD), mas apenas discorre-se sobre elementos que podem contribuir para repensar o (tele)jornalista, a informatividade e as formas com que a sociedade tem sido (tele)guiada pelas meios de comunicação modernos.

Na segunda seção, chamada de “Bases teóricas e analíticas”, configura-se a discussão que mostra os procedimentos de análise, o material de investigação, o que se pretende constatar e a partir de que perspectiva. Esta parte do trabalho é dividida em quatro subseções denominadas: Objeto; *Corpus*; Questão; Dispositivos Teórico-Analíticos.

Para se tentar atingir aos objetivos descritos anteriormente, escolheu-se como objeto as falas do comentarista Arnaldo Jabor difundidas ao público pelo *Jornal da Globo* e pela Rádio CBN. Entretanto, como este universo é muito amplo, decidiu-se recortar dentro deste objeto um *corpus* para análise. Esses comentários (que também podem ser nomeados de crônicas ou telecrônicas), tomados para compor o *corpus* de análise, foram selecionados e recortados por critérios específicos, a saber: pelo fato de terem sido produzidos durante os anos de 2006 e 2007, parte do período da “Era Lula”, especialmente os comentários do ano de 2006, ano da reeleição no Brasil; foram selecionados textos com possibilidades de ocorrências de marcas ideológicas previamente observadas. E, por fim, foram escolhidas crônicas que abordam o tema da política nacional. Totalizando por fim oito (8) comentários do JG e um (1) comentário da rádio CBN.

A seção “Bases teóricas e analíticas” é uma apresentação mais aprofundada do objeto e delimitação do *corpus*, além de propor a seguinte questão para investigação: “Através dos pressupostos da Análise do Discurso, quais possíveis efeitos de sentido podem ser descritos observando os comentários de Arnaldo Jabor em relação aos dois candidatos à presidência da República do Brasil em 2006?”.

E, a partir deste caminho, intenta-se confirmar a declaração contida na seguinte hipótese: “O discurso do jornalista é, por efeito de sentido, uma campanha em favor do candidato de oposição a fim de desqualificar o candidato do governo”.

Essa seção é destinada a esclarecimentos mais precisos sobre os componentes e processos que estão envolvidos na pesquisa. As bases teóricas da disciplina Análise do Discurso são apresentadas e passam a ser discutidas juntamente com seus processos de uso.

A seção três chama-se “A relação do sujeito com: o lugar, a linguagem e o tema”, faz-se uma abordagem de como se apresenta o sujeito nas posições de literato e de jornalista para comentar a política, parece necessário discutir tais relações antes de começar a análise. A propósito de reconhecer os contornos do espaço em que o locutor

no momento do comentário toma posição é o motivo para que essa parte do trabalho tenha importância.

O quarto momento do texto é uma abordagem da heterogeneidade discursiva, chamado de “O outro existe”. Neste trecho, é concentrada uma atenção especial nas teorias que abordam a subjetividade. Estuda-se o discurso do sujeito embebido da voz do outro. Tal aprofundamento da pesquisa polifônica no comentarista em questão é um assunto que merece um destaque nesse trabalho, por isso, algumas páginas são destinadas a esse tema.

Na seção “As análises: o inconsciente da linguagem”, os pressupostos teóricos da AD são usados como dispositivos para mostrar os resultados afim de chegar ao discurso, objeto e finalidade da disciplina. A seção é dividida em duas partes: “Interdiscurso (Esquecimento ideológico)” e “Ordem da Enunciação”. No primeiro momento, a investigação sobre o objeto é no nível interdiscursivo, detem-se na perspectiva sobre o Esquecimento Ideológico (Esquecimento Nº1) da AD. Nesta parte, apenas um comentário de Jabor é tomado por objeto e destacam-se quatro pontos de interdiscursividade nele: “o getulismo tardio”, “‘o perigo’ comunista”, “o burguês limpinho e o socialista barbudo” e “a altivez socialista”. A segunda parte dessa seção é chamada “Ordem da enunciação”. Com base no Esquecimento Nº 2, propõe-se considerar dois temas de análise: “o saudosismo político” e “o anticomunismo ressuscitado”. Investiga-se, pelo dispositivo “Esquecimento da Ordem da Enunciação”, 9 (nove) comentários do *corpus* selecionado.

Finalmente, na última seção nomeada: “O sujeito e a interpretação”, há algumas anotações sobre o sujeito que talvez merecesse estar no começo do trabalho. Entretanto, tal deslocamento foi preferido, pois, nesta seção, está um tipo de autocrítica das reflexões que durante a dissertação foram construídas.

Os objetos-*corpus* desse trabalho, que estão detalhadamente descritos na segunda seção, são compostos de comentários da televisão e rádio. Entretanto, essa análise não abrange aspectos semióticos, imagéticos, visuais. Muito se teria de extrair das imagens e dos áudios, as texturas, os fundos, as expressões fisionômicas etc., pois apenas a análise das transcrições dos textos não dá conta de todos os fatores. Percebe-se que, se o analista explorar tudo que for possível para enriquecer a interpretação, mais denso será o resultado final. Mas justifica-se esta falta, pois essa abrangência de estudo tornaria a pesquisa ainda mais longa e demandaria tempo de leitura teórica e produção textual ainda maior, o que se considera uma impossibilidade para este trabalho.

Além de dispensar as análises da parte da semiótica, para essa dissertação também se faz restrições à *Internet*. Sempre que essa dissertação fizer referência à mídia, sistema de informação, meios informativos etc., certamente que (fica de sobreaviso) não se está referindo à *Internet*. A explicação tem base no fato de que os outros meios informativos como a televisão, o rádio, os jornais, as revistas etc. têm um traço de manipulação e de domínio muito mais controlável por parte dos gestores da informatividade. A *Internet*, em contrapartida, tem-se mostrado um ambiente imensamente mais democrático, mais interativo, um tipo de espaço de liberdade para a voz de todos. Os *blogs*, os fóruns, as redes sociais são lugares de variedades de opiniões. Pensa-se, portanto, que não se pode controlar a completude desta rede como se domina uma emissora de televisão ou um periódico, como um jornal. Como a manipulação é um processo de reflexão importante no trajeto desta investigação, faz-se esta reserva.

Ainda é necessário esclarecer que, durante as análises processadas, os comentários *corpus* aparecem no texto com as seguintes nomenclaturas: “C”, que significa “comentário”, seguido de um número (do comentário em questão), e “L” que indica a “linha” onde o trecho foi recortado, seguido de um número (da linha em questão). A partir dessas referências, é possível verificar o texto na íntegra (nos Anexos).

Sabendo que a linguagem faz-se por muitas manipulações, distrações, falhas, equívocos, contradições, apresentadas pelas imagens e pelas vozes (principalmente pela mídia), pretende-se sugerir que o comentarista político é uma dessas imagens que constitui um indicativo para o voto. Melhor que o próprio político em sua campanha, é, em grande parte, a imprensa que prestigia o candidato ou o desfaz junto à opinião pública. Eis aí colocada a problemática. O que move a necessidade desta investigação é a importância que o jornalismo tem na formação do público, em especial do eleitor. É possível que se investigue o papel da mídia e que se discuta a dita imparcialidade jornalística a fim de que haja uma recepção cada vez mais consciente da informação veiculada. Além disso, é necessário que se perceba como se processam as estratégias usadas pelo meio que visam a uma possível adesão ideológica por parte do eleitor.

É por essa problemática que se justifica o presente trabalho, pois se percebe que, em meio à modernização do jornalismo, é possível que haja uma tarefa de condução de massa feita por um sujeito representante de uma voz vinda da intelectualidade, da mídia e da literatura que é muito eficaz e presente na prática jornalística de muitas emissoras.

O que se percebe é que a escolha da pessoa para o papel de comentarista do jornal é feita com cuidado e critérios específicos, dentre eles, certamente figuram os itens: senso de humor, literatura afinada, ironia apurada e, talento para argumentação, oratória requintada etc.

Finalmente, esse trabalho é conduzido por uma visão teórica que procura compreender os percursos do discurso e os meios pelos quais o homem tem relação com o sentido, a história, a linguagem e o poder.

1. A MÍDIA, O INTELLECTUAL E A MANIPULAÇÃO

1.1. O INTELLECTUAL E O JORNALISTA NA HISTÓRIA

O período histórico que marca os primórdios do jornalismo não é algo consensual. De acordo com os estudos de Felipe Pena (2006), alguns preferem a ideia de associar o nascimento do jornalismo às primeiras formas de comunicação, momento muito difícil de estabelecer uma data. Outros relacionam esse início aos momentos em que surgem efetivamente os relatos orais e posteriormente aos registros escritos. Há também estudiosos que elegem as origens do jornalismo a partir do século XVIII e XIX, quando as formas de tecnologias mais reconhecidas de imprensa (como os folhetins, jornais, panfletos etc.) passaram a firmar suas periodicidades e influências nas sociedades daquela época.

Para o que se pretende nesse início da discussão, não convém retornar a um traçado longo e antigo da ciência da comunicação. Importa reconhecer um momento que possa dar base para iniciar um percurso a fim de não partir apenas do atual. Esse momento seria a Revolução Francesa – 1789, por dois motivos:

No Século XVIII e nos períodos que se seguiram, a comunicação social tem um papel preponderante para as mudanças em todos os seguimentos do desenvolvimento humano. As expansões na literatura, na política, na economia, na religião etc. devem muito ao papel desse seguimento relacionado à comunicação: a imprensa. Essa fase embrionária do jornalismo liga-se ao papel e a presença do homem intelectual.

Conceituar o intelectual é uma tarefa difícil, pois se corre o risco de, na construção do conceito, reduzir-lo demais por alguns critérios ou ampliar-lo muito por outros. Em geral, a intelectualidade está ligada ao ser ou categoria pensante, neste caso, o ser humano. Este raciocínio levou Gramsci (2006, p. 18) a afirmar: “seria possível dizer que todos os homens são intelectuais”. Se a reflexão estancasse neste ponto não haveria progresso algum, entretando Gramsci (2006, p.18) aprofunda estabelecendo: “mas nem todos os homens tem na sociedade a função de intelectual”. Entender o intelectual como uma função desenvolvida pode ser o conceito mais seguro. O autor ainda divide essa categoria em dois tipos, os intelectuais tradicionais e os orgânicos, exemplificando-os (tradicionais: os professores, os eclesiásticos, os administradores; orgânicos: o publicitário, o empresário). Para explicar essa tipologia, Gramsci considera que o intelectual tradicional mantém princípios fixos ao desempenhar sua função, como

o professor que ensina de forma ortodoxa sua matéria clássica. Enquanto o orgânico trabalha em busca de mudanças, como o empresário a procura de novas formas de concentrar lucros. Gramsci, ao postular este conceito tomou o cuidado de observar que o intelectual pode estar em defesa de princípios particulares ou coletivos.

Said, preferiu uma explicação na qual a figura do homem da intelectualidade estivesse vinculada a princípios de coragem, justiça e democracia. Para o autor:

A questão fundamental para mim, penso eu, é o fato de o intelectual ser um indivíduo dotado de uma faculdade para representar, corporizar, articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia, uma opinião para, bem como por, um público. E esse papel tem uma certa acuidade, e não pode ser desempenhado sem a sensação de se ser alguém cuja função é levantar questões embaraçosas em público, confrontar ortodoxias e dogmas (mais do que produzi-los), ser alguém que não pode ser facilmente co-optado por governos ou corporações e cuja *raison d'être* é representar todas as pessoas e todos os assuntos que são sistematicamente esquecidos ou varridos para baixo do tapete. O intelectual actua assim com base em princípios universais: todos os seres humanos têm direito a contar com padrões de comportamento decentes em matéria de liberdade e justiça da parte dos poderes ou das nações do mundo, e as violações deliberadas ou inadvertidas destes padrões têm de ser denunciadas e combatidas corajosamente. (SAID, 2000, p.10)

Os critérios propostos por Said na constituição da figura do intelectual leva em conta razões importantes como: ser representativo, não ser facilmente co-optado, recuperar assuntos sistematicamente esquecidos. Entretanto, esse conceito não abarca todos os tipos de intelectuais, pois, nem todos eles estão corajosamente em defesa de padrões que se relacionam a liberdade e a justiça, e deixariam de ser intelectuais por causa disso? Aceita-se, nesse trabalho, que uma concepção de intelectual não está necessariamente associada ao compromisso com um tipo de ética humanitária ou finalidades democráticas. Ele pode estar ou não.

Barreiro (2005), ao escrever um artigo em homenagem a Mattoso Câmara, apresenta alguns conceitos de intelectuais, dentre eles surge a ideia de Benda pela seguinte paráfrase: “os verdadeiros intelectuais são criaturas muito raras, uma vez que, geralmente, defendem padrões eternos de verdade e de justiça que não fazem parte deste mundo” (BENDA *apud* BARREIRO, 2005, p. 142). Ocorre neste conceito mais uma vez a classificação do homem intelectual comprometido com o bem, com valores espirituosos e ainda são, na opinião de Benda, criaturas raras.

Finalmente apresenta-se a posição de Foucault, citada por Barreiro (2005, p.143), que sugere a existência do intelectual universal que seria: “Alguém que domina uma matéria, mas é capaz de aplicar seus conhecimentos em qualquer campo”.

A partir das concepções vistas, apresenta-se um conceito de intelectual que seria ideal para esse trabalho: seria intelectual o sujeito que representa um público e/ou uma ideia, que faz uso eficaz de uma linguagem adequada para defender certos princípios e visualiza questões corriqueiramente ignoradas pelos outros sujeitos, além de ser capaz de mobilizar recursos mentais a fim de compreender e explicar preceitos e axiomas em campos diversos do conhecimento.

O intelectual é uma figura que significa muito para essa abordagem e, este conceito pode talvez apresentar brechas ou incompletudes, mas serve para operar nos termos dessa pesquisa.

O segundo motivo para observar o momento da Revolução Francesa como um marco inicial desse trabalho é que esse foi um tempo de vigor “intelectual”. Nesse período, as ideias iluministas abarcavam os espíritos dos pensadores para o novo, o contundente, o racional e no lema de sua representação: “Liberdade, igualdade e fraternidade”.

Desde a Revolução Francesa, a figura pertencente à elite intelectual cunhou na história um papel responsável pela voz pública. Entre o topo da pirâmide social (governante, aristocracia etc.) e a sua base (plebe, proletários etc.), uma classe que não é apenas a média, mas a média pensante, toma corpo e ideais para uma nova finalidade, uma nova sociedade. Os antimonarquistas franceses, amparados pelas leituras de Voltaire, Montesquieu, Rousseau entre outros pensadores iluministas, conspiram para que os homens intelectuais recriassem o modo de vida e reestruturassem as formas sociais e os modelos da política da França. Os séculos XVIII e XIX recebem influências mais fecundas, científicas, biológicas e sociais de pensadores como Darwin, Marx e Freud. Estas são apenas algumas das muitas correntes e doutrinas que foram idealizadas e mudaram a mente e o comportamento do homem desses dois séculos em questão. Durante a revolução industrial (iniciada em meados do Século XVIII, na Inglaterra), as classes¹ intermediárias da sociedade têm contatos com doutrinas e filosofias voltadas

¹ A preferência pelo plural para a palavra “classes”, que é feita em todo o decorrer da dissertação, é uma tentativa de não simplificar tanto a situação das divisões sociais no Brasil. Para que a análise não fique tão rudimentar, evita-se considerar a sociedade brasileira dividida apenas em três classes, como era usual a designação de classe A, B e C. Usa-se, portanto, expressões como “as classes médias” ou “as classes menos favorecidas”.

para os termos sociais. Firma-se a idéia de que é desses segmentos que partem (ou devem partir) as indignações e organizações contra a exploração das classes menos favorecidas.

Em todo esse tempo, as formas da ciência da comunicação estavam lá. O jornalista (para o bem ou para o mal) relatava, influenciava, formava opinião, divulgava, informava. A figura do intelectual estava presente juntamente com a imprensa.

Abreu (2002) relata que a figura do homem intelectual esteve bem mais presente no princípio do jornalismo do que no momento atual. No século XIX, as redações de jornais eram espaços destinados às discussões de eruditos e escritores. Grandes nomes da literatura ambientavam o espaço da imprensa. No Brasil, personalidades como Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Lima Barreto, Monteiro Lobato e muitos outros eram homens da esfera jornalística. Conforme Abreu (2002, p. 41), "... era estreita a relação entre os intelectuais e a imprensa. Os editoriais, espaço reservado para o jornal expressar sua posição política e ideológica, eram formulados e escritos pelos jornalistas/intelectuais".

Nessa estreita relação, muito se pensou que era do meio intelectual que viria a revolução, ou qualquer nova forma de conceber e mudar o mundo. Contudo, a história já mostrou que sem a presença da base da pirâmide social (o povo), nenhuma voz pode ecoar e falar por ela. Um exemplo de que revolução alguma ocorre sem a presença e apoio da massa popular está relatado no livro *A revolução que nunca houve* (1972) de Joseph A. Page. Esse livro, que registra um período importante do Século XX, mostra que dentre os fatores que impossibilitaram uma revolução no Nordeste brasileiro, entre os anos de 1955 e 1964, está a falta de apoio das massas populares: "Os revolucionários eram prejudicados por lideranças ocasionais e errantes e não conseguiram desenvolver uma ampla base de apoio entre as massas rurais e urbanas." (PAGE, 1972, p.12). Mas o antiquado conceito de que a única reforma possível deve partir de líderes, consolida-se em papéis sociais: a imagem do intelectual, por exemplo.

O intelectual não pertence à classe, não está ligado a nenhuma profissão obrigatoriamente. Como lembra Leclerc:

O intelectual parece fazer parte daquelas categorias problemáticas que não são nem classes, nem profissões. Os operários, os funcionários, os agricultores pertencem ao mundo do *trabalho*. Os médicos, os jornalistas, os advogados pertencem ao mundo das profissões. Mas o estatuto de intelectual não é uma profissão, não é uma forma de trabalho, ou um ofício. (LECLERC, 2004, p.10)

Como visto, portanto, o homem da intelectualidade não pertence a uma ala específica dentro da sociedade. Encontram-se intelectuais em muitas profissões diferentes e em classes sociais distintas, entretanto, em geral, são oriundos das classes altas. Isso o autor também afirma: “Os intelectuais provêm raramente das classes populares”. (LECLERC, 2004, p. 56).

Assim sendo, é conturbada a relação do homem da intelectualidade com o povo. O que leva muitos teóricos da sociologia a questionar a pretensão dos intelectuais em falar pelas massas e servir como seus representantes.

Não é um problema pequeno, político mas (*sic*) também sociológico, essa pretensão dos intelectuais de falarem “em nome do povo”, de se instituírem “representantes”, “porta-vozes” das classes populares, laboriosas etc. (LECLERC, 2004, p. 57)

Bourdieu, citado por Leclerc (2004), também critica as ações “salvadoras” do setor intelectual e a sua intenção de se constituir como arauto popular. Como teórico marxista, Gramsci, outro autor citado por Leclerc (2004), discorre sobre o papel do intelectual e sugere que para um engajamento nos interesses democráticos, o homem da intelectualidade pode “trair” sua classe, já que provém da elite, a fim de trabalhar ao lado do povo e de seus propósitos.

A figura do “pseudo-abolicionista-intelectual” que fala pelo povo é rigorosamente forte, pois a imagem do herói, que tradicionalmente surge do seio da sociedade, cristaliza-se no imaginário popular como um estereótipo. Essa figura do herói, do intelectual, do abolicionista, da solução que surge “de cima”, reprisada e repetida infinitamente, eterniza-se como se fosse discurso absoluto e perene, como comenta Maria Aparecida Baccega: “As permanências históricas, muitas vezes sob a forma de mitos, provérbios, estereótipos, valores “positivos” ou “negativos”, também constituem parte importante desse diálogo” (BACCEGA, 2007, p. 21 e 22).

Nas sombras de permanências históricas que se cristalizam como valores, é possível perceber toda construção da imagem do intelectual. É a construção histórico-discursiva fixada como o estereótipo percebido na citação. Não apenas pelas formações imaginárias (ORLANDI, 2009, p.41) (ideia que se tem de um jornalista, de um estudante, de um professor), mas é confirmada por estudos histórico-sociais como o trabalho de Sodré (1998). No trecho seguinte, o historiador aponta para a existência de

levantes subversivos que contavam com apoio dos intelectuais e baseados em suas ideias:

Note-se que essa unidade espiritual não se fixou pela adoção da mesma ideologia e dos mesmos princípios. [...] Mas por uma identidade de origens **intelectuais**, que não é difícil de provar. Necessariamente, para acenar às massas que agitavam e mesmo para iludir as próprias consciências, os chefes das rebeliões necessitavam duma fonte donde tirasse o **cabedal de ideias** a discutir e expor, os figurinos e propor para o possível e desejado dia da vitória. (SODRÉ, 1998, p. 43, *grifos nossos*)

O relato do historiador é apenas descritivo. As figuras do intelectual e da intelectualidade estão diretamente ligadas às mudanças e alterações no panorama social brasileiro. Esse estereótipo é cunhado no Brasil a partir do Segundo Império, o que pode ser conferido em Sodré (1998).

Com o fim da polarização ideológica que permeou Século XX – o abandono dos ideais que dividiam o mundo na conflituosa e longa batalha entre o comunismo e o capitalismo –, o jornalismo perde sua meta de transformação social via revolução e percorre os caminhos da tecnologia, da institucionalização por meio das escolas de jornalismo, da rapidez, da transparência e de muitas vertentes ainda influídas.

Mas o jornalista, sempre capaz de ajuizar valorativamente os lados das notícias veiculadas, é essencialmente atrelado à figura do homem pensante. Mantém-se o lugar do comentarista em meio aos programas de rádio e nos telejornais, cronista das mídias – o espectro da intelectualidade – mesmo com menos intensidade que nos tempo do jornalismo inteiramente intelectualizado. Ele (o comentarista) é alguém capaz de fornecer explicações, fomentar as massas e a própria consciência a respeito das informações em questão. Como visto, não é possível falar pelo povo, tomar sua voz, a menos que o orador esteja com o povo e o povo com ele. Mas é possível “domar” as massas pelas representações gravadas na história: uma das formas é a submissão à inteligência.

Leclerc (2004, p. 87), citando Debray, informa que “o ‘poder intelectual’ teria passado, ao longo do século XX, dos escritores para os homens da mídia”. Esta posição privilegiada do homem midiático (o papel de quem detém os espaços comunicativos midiáticos) só poderia ser ocupada por intelectuais e, segundo Debray, foi isso que aconteceu durante o século XX.

Abreu (2002, p. 42 e 43), ainda percorrendo o caminho do jornalismo e o círculo da intelectualidade, analisa: “é claro que a interpenetração entre o meio jornalístico e o meio intelectual sempre existiu e se mantém”. Afirmção que apenas confirma essa ligação antiga e constante dos caminhos da intelectualidade da imprensa. A compreensão de que do meio intelectual partem as projeções para uma sociedade modificada pode ser observada no próprio Jabor quando expõe em um dos comentários sua crítica à comodidade da “elite pensante” brasileira:

(C. 9, L. 14 – 19)

Quando houve a crise do Collor, a indignação ainda valia. Intelectuais e figuras importantes do país, como Barbosa Lima Sobrinho e outros se manifestaram em bloco. E hoje? Por que este silêncio dos intelectuais? Onde estão os caras-pintadas? Onde estão os manifestos de artistas famosos, das tais celebridades? Onde estão eles, além de exibir sua vida sexual nas revistas e rebolar nas pistas de dança? Cartão vermelho para **elite pensante** do Brasil!

Esse papel de responsabilidade adotado pelas classes médias intelectuais, além de ser acreditado pelo próprio comentarista, faz parte da construção de um lugar social legitimado pela história. Em outros termos, o lugar do sujeito (comentarista político) só existe em razão de sua aura de intelectualidade garantida pela repetição histórica, pois é pela história que os discursos acham seus lugares e se cristalizam e que os sentidos se realizam.

O intelectual (seja de qualquer setor, jornalista, professor, escritor, jurista) pode escolher ser ativista a serviço da moral comum ou em favor de interesses particulares e de grupos exclusivos, pode empenhar esforços para o bem da democratização ou para os interesses de uma elite. Em geral, os intelectuais são mais inclinados para o primeiro plano do que para o segundo, exatamente como colocou Weber, citado por Leclerc (2004, p. 85): “Os intelectuais seriam supostamente mais guiados por aquilo que Weber (1959) chamou de ‘ética da convicção’ do que pela ‘ética da responsabilidade’, que caracterizaria a função política”.

Como tem se comportado o homem intelectual de hoje? Há maior preferência pelos caminhos das convicções ou da função política? A seguir, são observadas algumas questões a respeito do jornalismo e de como este setor tem funcionado atualmente, o que pode ajudar a responder estas questões.

1.2. OS SETORES DE INFORMAÇÃO NA SOCIEDADE

Tudo o que envolve a vida e o cotidiano tem contato com a mídia, sendo desnecessário dizer ou comprovar o quanto o homem atual é movido e alcançado pelos meios de comunicação. As esferas profissionais de informação têm uma responsabilidade profundamente definida. É um trabalho tão específico e relevante quanto a medicina, o direito ou a educação. Não se pode negar sua capacidade e indispensabilidade.

Quais os itens dos juramentos do jornalista? Quais os limites entre ética e “ganha-pão” dentro dos meios de informação? Que se entende por partidarismo ou imparcialidade dentro dessa profissão? O que se deve escolher e o que se deve dispensar na gama infinita de informações que serão destinadas à sociedade? De que forma deve-se mostrar o fato? Quem governa esses mecanismos informativos geradores de opiniões?

São perguntas responsáveis que nem sempre são respondidas com o mesmo teor no âmbito real dos jornais, revistas, rádio, televisão etc. Cabe à imprensa demarcar suas responsabilidades e esforçar-se por cumpri-las.

Entende-se que a imprensa está para informar, politizar, delatar injustiças, esclarecer de maneira mais imparcial possível. Ao menos, esses são chavões constantes neste meio.

Os muitos juramentos feitos ao final da graduação em jornalismo expressam declarações como: “Juro, assumir meu compromisso com a verdade e a informação, no exercício do meu dever profissional, não omitir, não mentir, não distorcer informações, não manipular dados, acima de tudo não subordinar, em favor de interesses pessoais, o direito do cidadão à informação”.² As formas de juramento são inúmeras, mas alguns aspectos comuns podem ser sintetizados: informação, verdade, imparcialidade, princípios universais de justiça e democracia.

Espera-se que o jornalismo investigue situações sem, contudo, estar associado a políticos. Os narradores de futebol de décadas atrás narravam gols com igual entusiasmo, mesmo quando o gol era sofrido pelo seu time de preferência, o narrador deveria manter-se imparcial ao narrar uma partida, isso também já ocorre muito pouco. Evidente que o lugar de narrador esportivo é bem diferente do lugar de jornalista. A este

² Disponível em: <http://www.unic.br/site/formatura/juramentos/Juramento_de_Jornalismo.pdf> Acesso em: 17 jan. 2012.

sim é exigido muita discrição. A ética de sua profissão exige que ele não tenha preferências divulgadas, que não seja partidário, que não expresse parcialidade, que não se posicione politicamente.

O comentarista, como é o caso de Jabor, ainda desfruta de certa liberdade em relação ao jornalista âncora³. Mesmo assim, há um limite imaginário que não lhe permite fazer campanha, pois se isso for detectado, há penalização judicial, pois não cabe ao jornalismo, em uma democracia constitucional, agremiar votos em favor de qualquer candidato no seu âmbito de trabalho, diante das câmeras de transmissão ou do microfone da rádio.

A mídia (cf. ALTHUSSER [1970] 2010) é um aparato, um Aparelho Ideológico de Estado, é um dos seus braços. Um dos modos pelos quais a sociedade é demovida a funcionar conforme deve em função de um grupo de domínio. Diz-se que, na contemporaneidade, o canal mais exercitado que acolhe e conduz a sociedade e seu comportamento é o aparato de informação midiática. Nas palavras do autor:

Todos os aparelhos ideológicos do Estado, quaisquer que sejam, concorrem para um mesmo fim: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalista. [...] O aparelho de informação despejando pela imprensa, pelo rádio, pela televisão doses diárias de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo, etc. (ALTHUSSER, [1970] 2010, p. 78)

A condução manipulada do pensamento das massas por meio da mídia continua muito usual.

As emissoras são controladas por gestores que conservam filiações partidárias, estabelecem coligações financeiras com empresas, firmam patrocínios, compartilham ideologias. Tais acordos determinam os produtos informativos que devem ser veiculados pela televisão, rádio, jornais, revistas etc.

Na citação de Althusser, há uma atualização do que é clássico, o homem é manipulado pela informação. Também importa a forma com que informação é dada e quem dá esse conhecimento.

Tem-se aí a informação (conteúdo escolhido pelo gestor dominante). E quem deve explicar essa informação? O intelectual, pois ele tem a forma adequada, a retórica transmissora para fins próprios.

³ Termo usado para designar o jornalista-apresentador que permanece no estúdio. O âncora é diferenciado do jornalista de rua que percorre os ambientes externos para fornecer informações *in loco* ao jornalista-apresentador.

A mídia comporta todo um aparato tecnológico e retórico para uma construção do verossímil, de um suposto real, nas propagandas, nas entrevistas, no telejornalismo, etc. O manejo que se faz para construir o conteúdo informativo é repensado a fim de que o mostrado pareça o real (único real possível). Assim, tudo que um canal midiático veicula é sempre confiável e corresponde à verdade. É exatamente o que se pode apreciar na citação abaixo:

O lugar da televisão é miticamente ubíquo. Pode até apresentar-se multifacetado e fragmentado, mas é totalizante, na medida em que não admite nada que ocorra fora dele, como se tudo que não aparece na televisão não existisse fora dela. Bucci diz que o que não é captado pelas câmeras da televisão, não faz parte do espaço público brasileiro, “é só escuridão”. (ALMEIDA, 2006, p. 41)

Esta é a forma mais segura de manipulação com intuito de consumo, propaganda, audiência, campanha e manutenção dos formatos sociais da ideologia. A construção de um mundo que é gerido e determinado pela tela. O que existe é o real das transmissões televisivas.

No caso de noticiários, ocorre a manipulação da informação. O fato manipulado deixa de ser informatividade, pois o modo como se dá uma informação é tão importante quanto à informação em si.

As várias formas de manobra retórica, distorções de notícias, ou até o procedimento de “ocultar mostrando” são atividades que se tornam naturalidades nos setores informativos.

Bourdieu, na citação que se segue, aponta para o conflito sobre o conteúdo do que é mostrado na televisão e discorre:

Desejaria dirigir-me para coisas ligeiramente menos visíveis mostrando como a televisão pelo, paradoxalmente, ocultar mostrando uma coisa diferente do que seria preciso mostrar caso se fizesse o que supostamente se faz, isto é, informar; ou ainda mostrando o que é preciso mostrar, mas de tal maneira que não é mostrado ou se torna insignificante, ou construindo de tal maneira que adquire um sentido que não corresponde absolutamente a realidade. (BOURDIEU, 1997, p. 24).

Mostrar o real corresponde a abandonar preferências particulares (ou tentar fazê-lo), estreitar-se junto à imparcialidade (tentar enxergar onde ela existe). Diz-se, segundo

o senso comum: “vivemos em uma sociedade informativa”. Mas, para Bourdieu (1997), informar é o que supostamente se faz, é que se diz que se faz.

Chega-se até agora a três pontos de reflexão:

- 1 - As emissoras e editoras que estão coligadas: a) aos partidos e por eles são beneficiados, b) às corporações patrocinadoras que são os provedores financeiros;
- 2 – O jornalista intelectual é o comentarista historicamente legitimado para opinar sobre a política nacional;
- 3 – A notícia (informação) é uma construção, um suposto real que faz o ouvinte ou o telespectador estar seguro de que é um fato.

Os três tópicos anteriores são, respectivamente, as respostas para as questões: quem define os propósitos altos da notícia, da política, do consumo etc.? Quem é escolhido para transmitir valores e passos para o voto ou sobre a economia? O que é escolhido para ser mostrado e como é transmitido (comentado, opinado)?

Nada do que se refletiu até o momento adentrou aos estudos da Análise do Discurso, apenas constitui-se reflexões que pareceram importantes para o universo midiático e ideológico.

Conclui-se dessa seção, pelos teóricos citados, que, na grande maioria dos casos, o que importa no sistema político-informativo é o que se pode manipular. O valor da manobra é a manutenção ou mudança da sociedade de acordo com interesses definidos por alguns grupos que detém os meios de informação. Não há como negar, não há como fugir dessa persuasão. No mundo desse século, é impossível se deslocar do alcance da mídia tecnológica, desse espaço que quer “ocultar mostrando”. O que é possível é perceber a dominação, as preferências, os manejos. Ou ainda, à revelia da reflexão inteligente, pode-se deixar levar pelos conteúdos midiáticos dos quais se reclama sempre, mas nunca se deixa de assistir suas repetições infinitas.

2. BASES TEÓRICAS E ANALÍTICAS

2.1. O OBJETO

O objeto dessa análise oferece opacidade como qualquer outro. Como qualquer discurso, ele está imbuído de cargas e marcas ideológicas em profundidades.

O objeto desse trabalho é recortado da seguinte forma: **comentários políticos do jornalista Arnaldo Jabor no JG e na Rádio CBN sobre o governo do Presidente da República Luis Inácio da Silva (era Lula).**

Assim sendo, mantêm-se as posições inicialmente adotadas pelos primeiros analistas do discurso, aderindo à preferência por temas políticos (os comentários políticos expostos num telejornal noturno e na rádio). A escolha por um objeto do cotidiano e midiático moderno instiga a tratar um capítulo que aborda a relação do sujeito com os aspectos de jornalismo, da linguagem literária e do tema político (Seção 3).

A questão do objeto de pesquisa em AD francesa ainda é considerada muito polêmica. Historicamente os analistas pechetianos são apontados e criticados como pesquisadores que não trabalham com temas ou objetos do cotidiano, que selecionam meticulosamente textos ideologicamente marcados e desprezam outros, que não trabalham sobre objetos de cunho não-político. Rever essas discussões é muito necessário para esse trabalho. Em se tratando do objeto dessa dissertação, tais considerações são reais, mas não refletem a totalidade, é claro, das pesquisas em AD pechetiana da atualidade. Pelo contrário, os pressupostos de Pêcheux têm sido explorados e a Análise do Discurso há muito se tornou Análise de Discurso.

Uma das questões que se atualizaram é a relação da AD com a semiótica. Os primeiros estudos da AD, vinculadas a Pêcheux, haviam limitado o *corpus* de suas pesquisas a textos orais e escritos. Por meio dessa delimitação, o universo de outros textos que poderiam servir para o estudo do seu objeto (o discurso) foi momentaneamente descartado. Evidentemente que, para estabelecer as bases de um campo de estudo que ainda era embrionário, foi necessário delimitações como estas. Portanto, os aspectos de uma semiótica para a AD foram postergados para mais tarde. Mas, é possível realizar análises de imagens desde que o conceito forjado do termo “texto”, materialização do discurso, abranja também o campo semiológico. Na concepção mais ampliada de texto que a AD adota para sua investigação, tem-se:

Consideramos o texto como uma unidade. Como já referimos, esta é uma unidade feita de sons, letras, sinais diacríticos, margens, notas, imagens, sequências, com uma extensão dada, com (imaginariamente) um começo, meio e fim, tendo um autor que se apresenta em sua origem, com sua unidade, lhe propiciando coerência, não-contradição, conferindo-lhe progressão e finalidade. (ORLANDI, 2005, p.112).

Aceitando essa definição proposta por Orlandi, todos os aspectos visuais são materializações do discurso, ou seja, textos que são marcados por vários elementos relevantes para auxílio da análise.

O avanço dos estudos do discurso, ao passar dos anos, indicou que muitos outros elementos serviriam de materialidade discursiva e que não poderiam ser ignorados. No caso desse trabalho, a delimitação ainda é pelos textos orais e escritos.

Além do aspecto semiótico, materiais de análise foram sendo ampliados e os analistas passaram a pesquisar outros temas além do político, como: discurso religioso, jornalístico, literário, publicitário etc. inclusive o político, mantendo sempre a proposta de buscar efeitos de sentido.

A questão de objeto é de razoável importância entre as teorias do discurso, mesmo não sendo a principal, antes dela demandam as questões do sujeito, da ideologia, etc. que parecem não ter fim. Para Possenti, um dos pontos que fez com que os analistas do discurso fossem resistentes a pensamento de Ducrot foi justamente a escolha do seu objeto de análise (usa-se Ducrot apenas como exemplo de conflitos das discussões em torno do objeto):

Ducrot privilegiou enunciados do cotidiano (bastante organizados, mas do cotidiano), enquanto a AD privilegiou os de arquivo. [...] se Ducrot tivesse analisado outros materiais, poderia ter tido uma recepção diferente por parte dos analistas do discurso. [...] mesmo analisando os materiais que analisou, Ducrot formulou questões que a AD deveria considerar seriamente – o que nunca fez -, se o objeto dela fosse formular uma teoria do discurso e não uma teoria do discurso de arquivo, que é o que foi durante um bom tempo. (POSSENTI, 2004a, p. 217 e 218)

Há, porém, outro entrave não mostrado por Possenti, que diferencia Ducrot da AD: os enunciados do cotidiano tomados como objeto são, muitas vezes, frases “soltas”, que não recuperam a memória institucionalizada, apesar de demonstrar a argumentação na língua.

Outra questão em debate é: houve o tempo em que delimitações na AD foram necessárias. Talvez até um tipo de protecionismo em relação à disciplina de entremeios.

Possivelmente havia um temor ao que a AD fosse se tornar se perdesse seus primeiros rumos (em especial o político - marxista). Sejam quais tenham sido as justificativas, o que parece importar mesmo é o fato de que (como a citação se encerra: “durante um bom tempo”) os tempos são outros e os objetos em AD são extremamente variados. Ainda refletindo sobre o objeto da teoria do discurso considerada tradicional, Ferreira expõe o seguinte comentário:

Se de início a Análise do Discurso era identificada quase exclusivamente (sempre em tom de crítica pela lingüística) à análise de discursos políticos, hoje essa situação se alterou com a diversidade do leque de materiais que são objeto de interesse dos analistas de discurso brasileiros. Do campo verbal ao não-verbal, passando pelos temas sociais (imigração, movimento sem terra, greves) e por diferentes tipos de discurso (religioso, jurídico, científico, cotidiano), ou por questões estritamente teóricas (hiperlíngua, autoria, sujeito do discurso, equivocidade da língua), a Análise do Discurso no Brasil ou *Escola Brasileira de Análise de Discurso*, como nos propõe Eni Orlandi (2002, p.37), amadureceu, se consolidou e garantiu seu lugar no âmbito dos estudos da linguagem realizados pelas ciências humanas. (FERREIRA, 2005, p. 46 e 47)

Este é o espelho das tendências da Análise do Discurso de linha francesa recorrente no Brasil. A atualização dos tipos de discursos analisados e expansão das temáticas abordadas, as densas discussões que cobrem a teoria de tantas entidades que permeiam essa escola (sujeito, ideologia, interdiscurso etc.), todo esse percurso deve ser reconhecido como amadurecimento. É em termos de seu objeto que mais se ampliou e se atualizou o campo da AD.

Embora as críticas de todos os lados ressoem sempre, há também tendências para que teorias possam achar alguma área de convivência pacífica ou que ao menos se considerem igualmente válidas. Apesar das críticas em relação à AD e a defesa a Ducrot, Possenti conduz o texto citado na intenção de mostrar que em muitos aspectos as duas teorias discursivas (pechetiana e ducrotiana) são de igual teor, mesmo que em muitos outros sejam divergentes.

A utilização de diversidades de objetos já ocorre em quaisquer tendências.

2.2. O *CORPUS*

A escolha do *corpus*, nesse objeto que é amplo, deu-se pelos seguintes critérios:

- seleção dos textos de cunho político nacional do executivo;

- e/ou que mantivesse significativas relações com essa esfera;
- e/ou veiculados durante o período da chamada “Era Lula” (anos em que Lula esteve na presidência da República do Brasil);
- e/ou textos que despertassem previamente marcas político-ideológicas para possíveis análises.

Esse material (comentários) foi coletado via *internet*, nos *sites* (citados nas relações nos anexos) que dispunham de vídeos para *download*. Inicialmente, 33 (trinta e três) vídeos foram recolhidos da rede para serem estudados. Após triagem segundo os critérios adotados e listados acima, restaram 18 (dezoito) comentários, pois pareciam mais relevantes já que aparentemente apresentavam maiores indícios das marcas ideológicas partidárias. Sendo ainda muito material para uma dissertação, foi necessária uma seleção final reduzindo o *corpus* para:

- 08 (oito) comentários veiculados pelo JG. (íntegra dos comentários, nos anexo);
- Compõe também o *corpus* juntamente 1 (um) comentário que foi ao ar pela Rádio CBN em 10 de outubro de 2006.

O total de comentários coletados (também os que não foram selecionados para análise nesse trabalho) constitui o *corpus*-controle, para consultas rápidas e eventuais citações.

Finalmente, além do *corpus* selecionado, estabelecem-se relações com outros textos publicados pelo jornalista em seu livro *Amigos ouvinte* (2009), que é composto por uma seleção de crônicas, mas que não constituem *corpus* para análise, são usados apenas como citações.

Para a composição desse material, observaram-se as indicações de autores da AD a fim de não proceder distante das diretrizes desta corrente. Assim, recorre-se a Mazière que, sobre a coleta do *corpus*, propõe:

A palavra-tema (termo-pivô), escolhida pelo saber anterior do analista, as condições de produções, anteriores à produção, a escolha dos textos a segmentar, escolhidos desde o princípio, dão lugar a uma constituição dinâmica de *corpus*, móvel, gerida em interação com a progressão da análise. Daí é que vem essa nova noção de “estado de

corpus” [...] resultado de uma hipótese transitória emitida pelo analista... (MAZIÈRE, 2008, p.59 e 60)

Conforme a citação, observando que a escolha do *corpus* está ligada ao tema proposto pela análise, esta relação é estabelecida como critério de seleção dos comentários, evitando eleger aleatoriamente.

A seleção do *corpus* também está diretamente ligada a marcas ideológicas que conduzem antecipadamente os olhos do analista ao formular sua questão, de acordo como a citação de Mazière. Mesmo sabendo que a ideologia não está sempre na superfície da percepção, é possível compreender traços que apontam para um material que serve de análise, como esclarece o texto seguinte:

A construção do *corpus* e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca das propriedades discursivas. [...] há uma passagem inicial fundamental que é que se faz entre a superfície linguística (o material de linguagem bruto coletado, tal como existe) e o objeto discursivo, este sendo definido pelo fato de que o *corpus* já recebeu um primeiro tratamento de análise superficial, feito em uma primeira instância, pelo analista, e já se encontra de-superficializado. (ORLANDI, 2009, p. 63 e 65)

Na composição do *corpus*, conforme procedimento habitual da AD, a própria análise já está sendo configurada, visto que o olhar do analista enquanto se debruça sobre o vasto material a ser selecionado para a pesquisa, já detecta o que pode ou não ser relevante à composição. Assim, percebem-se, em muitos comentários de Jabor, propriedades discursivas que ampliariam as possibilidades de discursividades por meio dos dispositivos analíticos. Isso é bem esclarecido e usual.

Para a análise do discurso, a constituição do *corpus* e a própria análise são intimamente ligados, ou seja, são a mesma coisa. Analisar, de certo modo, é dizer o que pertence ou não a um *corpus* determinado (por exemplo) que material discursivo constitui o discurso sobre a pobreza? E, inversamente, dizer o que pertence ou não a um *corpus* já é decidir acerca de propriedades discursivas. (ORLANDI; GUIMARÃES; TARALLO, 1989, p. 31)

Uma visão prévia do *corpus* deu possibilidade de noções do que era possível ser analisado de acordo com as possibilidades alcançáveis pelos dispositivos teóricos e analíticos formulados. Esse material, por fim, é o que serve para uma análise exaustiva e vertical.

Essa verticalização diz respeito ao processo de análise que considera mais importante a exaustividade de refletir sobre o tema e explorar o objetivo do que ampliar a quantidade de textos pesquisados.

2.3. QUESTÕES (A CAMPANHA)

A partir das pesquisas em AD que se pode empreender, um número infinito de efeitos de sentido podem ser construídos sobre os comentários de Arnaldo Jabor. Porém, nem todas as atribuições possíveis de significados interessam a essa dissertação. Por isso, é formulada uma questão que serve de indicativo para a mobilização, para que seja perseguida, para que pelo uso dos dispositivos seja respondida ao final da averiguação.

Ela é: “Através dos pressupostos da Análise do Discurso, quais possíveis efeitos de sentido podem ser descritos observando os comentários de Arnaldo Jabor em relação aos dois candidatos à presidência da República do Brasil em 2006?”

A partir da questão chega-se a afirmação da seguinte hipótese a ser verificada ao final: “O discurso do jornalista é, por efeito de sentido, uma campanha em favor da oposição a fim de desqualificar o candidato do governo.”

Como toda hipótese que pretende ser constatada, essa também é igualmente arriscada, pois pode vir a ser ratificada ou não, mas é necessário que se faça. Em Análise do Discurso é preciso um espaço para a questão. É o que se vê nos indicativos de Orlandi:

Cada material de análise exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria, face as suas (outras) questões. Uma análise não é igual a outras porque mobiliza conceitos diferentes e isso tem resultados cruciais na descrição dos materiais. Um mesmo analista, aliás, formulando uma questão diferente, também poderia mobilizar conceitos diversos, fazendo distintos recortes conceituais. (ORLANDI, 2009, p. 27)

Apresentadas a questão e a hipótese, o que segue é a utilização dos dispositivos para que a opacidade da linguagem permita a construção do real da linguagem. Só assim a hipótese pode ser respondida.

A resposta à questão não implica que seja “verdadeira” ou única. Mas que seja uma interpretação possível através do simbólico (da linguagem) que não é “verdadeiro” ou único.

É necessário ainda acrescentar que, apesar da questão apresentada revelar um conceito prévio a respeito do sujeito da análise, não é possível que o produto final da pesquisa revele análises que não estejam nos textos. Ou seja, esse trabalho organiza-se com o possível rigor científico que a escola da AD dispõe para seus analistas, sem caracterizar-se devaneios nem exclusividade de interpretação.

2.4. DISPOSITIVOS TEÓRICO-ANALÍTICOS

A doutrina da AD Francesa propõe a construção de dispositivos de análise para que a interpretação seja estabelecida na pesquisa com seu *corpus*. É nesse espaço que o analista escolhe o dispositivo analítico que deve usar para propor uma explicação dos significados nas materialidades (os textos). Os dispositivos são as ferramentas que levam a compreensão para o real do sentido (mesmo que não seja único, ou menos ainda, intencional). Para isso, antes de tudo, considera-se, conforme a disciplina, que a linguagem é opaca, ou seja, nela não há transparência, não há sentido único ou estavelmente claro. Assim, por meio dos dispositivos de interpretação, é possível chegar a constituir uma definição de “como” o texto significa. Para Orlandi (2009) a falta de transparência do texto é o motivo para a negação de uma simples análise de conteúdo, nisso se estruturam os dispositivos de pesquisa da Análise do Discurso:

A análise de conteúdo, como sabemos, procura extrair sentidos dos textos, respondendo a questão: o que esse texto quer dizer? Diferentemente da análise de conteúdo, a Análise do Discurso considera que a linguagem não é transparente. Deste modo ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como esse texto significa? (ORLANDI, 2009, p. 17)

O questionamento sobre essa linguagem transparente já vem sendo abordado por muitos pesquisadores. Gregolin (2005, p. 107) aponta que, a partir de pesquisa da “nova história”, com Áries, Le Goff, Nora, Chartier entre outros, as ciências humanas puderam começar a contemplar os documentos sob uma perspectiva de interpretação que vislumbrasse a opacidade, a não exatidão. A única interpretação dos fatos era uma idéia

comum na visão dos historiadores de antes da *História social das mentalidades*: “Eles [Áries, Le Goff, Nora, Chartier etc.] quebram, portanto, a ideia tradicional da transparência e da evidência da linguagem, orientando os estudos históricos para a ambigüidade, para o equívoco, para a polissemia da língua”. (GREGOLIN, 2005, p. 107). O sentido dos textos não pode ser só um, sempre estanque, totalmente exato e de mesmo significado para todos os leitores.

Considerando que a realidade da linguagem é opaca, a Escola Francesa de AD propõe que sejam estabelecidos dispositivos analíticos para que sirvam de método para que por eles brotem interpretações a partir das materialidades discursivas em questão em busca do real da linguagem.

Foram selecionados, como ferramenta de pesquisa, os seguintes procedimentos (dispositivos) de análise: o interdiscurso, o esquecimento Nº 2, desenvolvidos nos subtópicos que seguem.

2.4.1. Do interdiscurso

Nesse exame, o fator interdiscurso serve para compreender os posicionamentos ideológicos. Ou seja, através das Formações Discursivas interpretáveis na materialidade da língua, é possível descrever as Formações Ideológicas do sujeito, as filiações detectáveis. Esses dois termos (FD e FI) têm conceitos muitas vezes diversificados e polêmicos, pois são analisados por muitos teóricos analistas do discurso e também de outras áreas. Para esse trabalho, compreende-se FI pela visão pechetiana, assim sendo, FI é o universo de concepções que constitui as representações de um determinado grupo social, ou seja, é o conjunto de compreensões que faz com que o sujeito pense da forma que pensa, e por essa adequação, esteja ideologicamente vinculado a uma classe social. O conceito de FD também encontra base nas pesquisas de Pêcheux, FD é o que, dentro de uma determinada FI, orienta o que deve ou não ser dito por um indivíduo a partir de uma posição e de condições de produção do discurso. (*cf.* ORLANDI, 2007, 2009).

Assim, é possível compor um gesto de interpretação para se perceber quais preferências dentre os muitos candidatos e partidos o comentarista demonstra inclinação. Ou ainda, que partido ou candidato lhe servirá de (não) predileto em relação aos outros.

Para que o processo de interpretação seja rigoroso (o máximo possível), aciona-se o interdiscurso para que se possam ter condições de perceber o “já-dito” em muitos

outros momentos e textos, delatando as afinidades do sujeito por outros discursos antecedentes.

Uma infinidade de citações poderia compor o conceito de interdiscurso, mas são usadas apenas algumas referências para esclarecer e justificar essa noção. Como em muitos outros aspectos das pesquisas discursivas, existem muitas considerações sobre o que seja interdiscurso dentre os teóricos lingüísticos e do discurso. Como nesse trabalho se apresenta uma pesquisa pechetiana, logo, o conceito adotado é o da AD francesa. Especificamente o primado do interdiscurso compreendido na AD-2 (segunda fase)⁴. Nesse momento da AD: “A noção de *interdiscurso* é introduzida para designar ‘o exterior específico’ de uma FD enquanto este irrompe nesta FD para constituí-la em lugar de evidência discursiva, submetida à lei da repetição estrutural fechada”. (PÊCHEUX, [1983] 1997, p. 314).

A noção da interdiscursividade é adotada para reconhecer que as relações entre os discursos acontecem mesmo quando estão em FD diferentes, ou seja, assim como os textos são composições de tessituras que se amarram infinitamente, os discursos mantêm relações desconsiderando os (supostos) limites em que os sujeitos estão. Vale lembrar que não se trabalha mais com a “lei de repetição estrutural fechada” conforme a trecho de Pêcheux, a maturação da AD em suas épocas venceu essas últimas considerações citadas.

O papel da memória discursiva é fazer a busca dos elementos que irão contituir o dizer, esses elementos chamados por Henry (PÊCHEUX 1988, p. 99) de pré-construídos pertencem ao mundo dos discursos, tal universo é a composição de tudo que se materializou em forma de texto algum dia. O interdiscurso é a relação do pré-construído com o dizer. Desta forma, quando se lê um texto – por exemplo –, a memória discursiva age sobre leitor buscando, no mundo dos pré-construídos, dizeres anteriores que se relacionam com o que se está lendo. Esse processo mental é inconsciente e tem a

⁴ As três fases da AD são divisadas por três aspectos de maturação. Na primeira (AD-1), as pesquisas são efetuadas numa “máquina” discursiva fechada. Os sujeitos são associados a essa maquinaria estática e o *outro* existe apenas considerando o primado do sujeito do discurso. As condições de produção do discurso visadas nessa fase são sempre estáveis e homogêneas. Logo, a segunda fase (AD-2) é introduzida a noção de interdiscurso reconhecendo a existência da influencia da exterioridade de uma Formação Discursiva (FDs) – expressão tomada de empréstimo de Foucault da sua *Arqueologia do saber*. A AD-2 mostra que as condições de produção não são estáveis, Pêcheux também percebe que as FDs precisariam ser observadas em cruzamento com outras FDs, assim aparecem as noções de “pré-construído” e de “discurso transversos”. A produção discursiva prevê então relação de forças na discursividade, mas o esquema teórico ainda é hermético, pois não considera o intradiscurso, a heterogeneidade, esses conceitos vão achar espaço na terceira época (AD-3). (PÊCHEUX: 1983, 311-318).

finalidade de formular significados coerentes que aparentemente são interpretações pessoais, mas, na verdade da AD, são sentidos historicamente arquivados.

Embora muito se tenha esmiuçado sobre os estudos do interdiscurso (como Maingueneau ([1995] 2008), que pormenorizou no capítulo “Primado do interdiscurso” os três planos da sua teoria: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo), é nítida a concordância entre os teóricos ao considerarem que o interdiscurso é o discurso que provem da exterioridade para compor o discurso em questão. Assim: “o ‘interdiscurso’ é o conjunto dos outros processos que intervém nele para constituí-lo”. (PÊCHEUX; FUCHS, [1975], 1997, p.230)

Baccega ainda constrói uma aproveitável reflexão sobre interdiscursividade que não poderia deixar de figurar nesse trabalho:

a sociedade funciona no bojo de um número infindável de discursos que se cruzam, se esbarram, se anulam, se complementam: desta dinâmica nascem os novos discursos, os quais ajudam a alterar os significados dos outros e vão alterando seus próprios significados (BACCEGA, 2007, p. 21)

Passando a considerar a sua exterioridade, assim o discurso pode ser melhor analisado. Essa exterioridade pode ser entendida como uma espécie de lugar onde todos os outros discursos anteriores existem como um já-dito, um histórico depósito de formulações e dizeres que de formas diversas (entrecruzando, esbarrando, anulando, complementando) vão compor o discurso analisado. Outra forma competente e simplificada de conceituar é feita por Orlandi:

O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determina o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isso é efeito do interdiscurso é preciso que o que já foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em minhas palavras. (ORLANDI, 2009, p. 33 e 34)

É a partir desses pressupostos conceituais que a formação do dispositivo de análise é orientada, considerando os discursos externos. Além de conceituar interdiscurso, Orlandi expõe o mecanismo de seu funcionamento. Ao usar os termos “esquecidas”, “se apague na memória” e “anonimato”, a autora está referindo-se ao uso efetivo do interdiscurso. Ou seja, os dizeres de um sujeito são, na verdade, dizeres de outros, pois a fonte se apaga da memória involuntariamente, esquece-se o fato de estar

usando dizeres já-ditos, ou como esclarece Malidier (2003, p.42): “No ‘Esquecimento número 1’ o sujeito ‘esquece’, ou em outras palavras’, recalca que o sentido se forma em um processo que lhe é exterior: zona do ‘Esquecimento número 1’ é, por definição, inacessível ao sujeito”. Esse apagamento (não se consegue identificar a origem, ou nem se tenta) é constitutivo do discurso: é chamado de Esquecimento Nº 1.

As críticas em torno da AD também recobrem o estudo dos “Esquecimentos”. Pode-se destacar o exemplo de Possenti (2004a, p. 221) que, defendendo a ideia de Ducrot que se opõe ao primado do Esquecimento Nº 1, pondera duas construções linguísticas: “o atleta é alto, mas é lento” e “a casa é grande, mas é cara”. A propósito dessas orações, Possenti reflete o seguinte:

Pode ser que Ducrot considere que os enunciadores desses discursos *sabem* o que dizem – ideia que desagrade a AD, cujo sujeito, tipicamente esquece de onde vem o discurso – mas, francamente, como não concordar com Ducrot? Se não soubessem tomariam, no que se refere a alugar casas, posições aleatórias e fariam substituições aleatórias de atletas nos jogos de basquetes...

Nesse aspecto, é possível discordar do autor repensando a questão. Não se quer dizer “não sabem o que diz”. É certo que “saber o que dizer” é condição da linguagem. A questão do inconsciente é prioritariamente não saber a origem do dizer por isso pensar que o discurso é próprio. Apaga-se na mente do sujeito o fato de que a origem das convenções do que é uma casa grande ou pequena, do que é caro ou barato, são elementos anteriores ao falante. Além disso, esquece-se que o enunciado (a construção linguística usada) seguramente já foi dito por alguém. Que dizer do treinador que substituiu o atleta, aprendeu as táticas com alguém? As coordenadas que deu ao jogador vieram repentinamente à mente do treinador? Ou procede de alguma história anterior (de onde ele não se lembra) a ideia de que aquele jogador alto não é muito rápido?

Discutir esquecimento é provocativo a se discutir “memória”. Esse termo, para a AD, vai além da noção de lembrança ou práticas de memorização ou decoro. É mais que uma atividade psicológica e individual. Memória, para a AD, é uma rede de significações disposta historicamente para um grupo social, é um acúmulo de discursos outros que só tem existência por causa do esquecimento. Os sentidos ficam inconscientemente num espaço social a fim de serem acessados. Essa disposição de significações é armazenada em zonas de arquivos. Não se trata de compêndios de

papéis, ou acervos bibliográficos e catalogados, trata-se de uma memória social que é histórica e discursiva.

Para Pêcheux (1997, p. 56), arquivo é “[...] entendido em sentido amplo como campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Para além da noção de arquivos impressos, fotografias, papéis, registros textuais materiais e físicos, o conceito de arquivo que é acessado pela memória discursiva é entendido como cada zona de um imenso acervo de documentos que constitui a memória discursiva social. Para significar um texto, um acontecimento, o indivíduo percorre um trajeto com base na memória inconsciente que o leva a trilhas mentais já antes percorridas.

Toda a forma de significar é histórica. É pela memória discursiva que se tem acesso aos arquivos, e por eles constroem-se a interpretação. Isso só é possível pelo esquecimento.

O Esquecimento Nº 2 (conteúdo do próximo tópico) é o dispositivo escolhido para que, juntamente com o interdiscurso, componha a ferramenta de análise deste trabalho.

2.4.2. Da análise do Esquecimento Nº 2;

Para construção da interpretação, considera-se que o *corpus* de análise deve contar com um procedimento metodológico que perceba o inconsciente do sujeito. O dispositivo acionado é o Esquecimento Nº 2 da AD. Mais uma vez considerando que a linguagem não é transparente e que o indivíduo é afetado pelo inconsciente. Apenas se forem reconhecidas essas questões, o método seria eficaz para se encontrar no texto as manifestações do discurso que consolidam o efeito de sentido.

Esse dispositivo funciona como um rastreador de outro sentido por meio da troca de termos no enunciado. Tal substituição apropria o analista de referências que a própria língua oferece não para significações que não existiam ou estavam ocultas, mas para sentidos que já estavam ali, entretanto careciam de um balançar na quietude do texto para que surja o que poderia ter sido dito. Brandão amplia os passos deste procedimento metodológico da AD no comentário:

Ele [o inconsciente] pode ser recuperado, reconstruído a partir de traços deixados por esses apagamentos, esquecimentos, cabendo ao analista a tarefa de reconstrução. [...] o trabalho analítico se funda na transgressão das leis normais da convenção que rege a comunicação

da sociedade baseada na troca de palavras, visando a troca de bens materiais ou bens efetivos. (BRANDÃO, 2004, p. 66)

O procedimento de análise em busca das Formações Ideológicas conduz a um deslizamento sobre o texto, porém nunca alterando a ordem do discurso pelo mero gosto ou inclinação do analista.

À semelhança do interdiscurso, o fator dos Esquecimentos ditos por Pêcheux (1997) levantou polêmicas nos estudos discursivos. Para avaliar as questões sobre as discordâncias entre as teorias que discutem esse assunto, reflete-se sobre as considerações de Benveniste em sua crítica a Freud e a toda a psicanálise quando diz:

Na medida em que a psicanálise quer apresentar-se como ciência, temos base para pedir-lhe contas de seus métodos, seus meios, do seu propósito, e de compará-los com os das ciências reconhecidas [...] O analista [psicanalista] opera sobre o que o sujeito lhe *diz*. Considera-o nos discurso que este lhe dirige, examina-o no seu comportamento locutório, “fabulador”, e através desses discursos se configura lentamente para ele outro discurso que ele terá o encargo de explicar, o do complexo sepultado no inconsciente. (BENVENISTE, 1988, p. 81 e 82)

A crítica de Benveniste é severa a Freud. Seu ataque é em torno do rigor científico e das formas de interpretação por meio de resíduos do inconsciente coletados pelo psicanalista nas suas consultas. Efetivamente não é tarefa da AD defender a psicanálise, o que coube a Pêcheux (1997) foi identificar o inconsciente (instância que não pôde mais ser ignorada desde Freud e posteriormente Lacan) e passar a estudar gestos de interpretações que a linguagem permite por meio dessa instância. Porém, a ideia de um sujeito que não fosse o centro não é aceita por muitos teóricos. O fato é que todo enunciado poderia de alguma forma ser construído e expresso de outra forma. Mas a forma como ele (o enunciado) não foi dito ficou sepultado no inconsciente: é desse apagamento que a AD trata. Sobre esse apagamento, Foucault, mesmo sem referir-se especificamente aos fatores relacionados ao esquecimento, escreve:

Se não houvesse enunciado a língua não existiria: mas nenhum enunciado é indispensável à existência da língua (e podemos sempre supor, em lugar de qualquer enunciado, um outro que nem por isso modificaria a língua). A língua só existe a título de sistema de construção para enunciados possíveis, (FOUCAULT, 1987, p. 96)

É necessário reconhecer que o fator dos “Esquecimentos” postulado dentro da AD, efetivamente, não foi objeto de defesa de Foucault, mas o importante é destacar o trecho: “podemos sempre supor, em lugar de qualquer enunciado, um outro”. Com efeito, há o reconhecimento do filósofo francês de que algo poderia ser dito em lugar que notadamente se disse. Eis a noção de enunciação que se trabalha na AD. Contudo, as críticas ao método dos esquecimentos partem de vários pontos.

Além dessas manifestações opostas ao estudo do inconsciente pela psicanálise (como a de Benveniste), tem-se ainda a posição desse estudo dentro das pesquisas com a linguagem. Relatando a história das teorias de Pêcheux, Malidier escreve:

A “teoria dos dois esquecimentos” emerge no artigo número 37 de *Langages*. Remanejada desde *Semântica e Discurso*, ela será logo criticada, depois abandonada. Eu a vejo como um método teórico que não parou, sem dúvida de produzir efeitos. (MALDIDIÉ, 2003, p.42).

O relato de Malidier discorre sobre todos os anos em que a AD percorre trilhos de críticas e debates para se compor como disciplina de interpretação. No trecho, destaca-se apenas a crítica aos Esquecimentos. Ocorre a existência de correntes que se agrupam com tendências diferentes com manifestações de suas bases teóricas. Na verdade, a AD pode ser vista como “algoz” por adotar o assujeitamento, por manter-se nos entremeios das ciências sociais, entre outras questões.

De certo modo, ele [Pêcheux] concebeu seu sistema como uma espécie de “Cavalo de Tróia” destinado a ser introduzido nas ciências sociais para provocar uma reviravolta (algo análogo ao que Foucault tentou com sua “arqueologia” em relação a história das idéias). (HENRY, 1987, p.36).

As noções de assujeitamento e de inconsciente da linguagem não foram elaboradas para pacificar. Por mais que se tentem acomodá-las, precisam ser retomadas de forma constante, e assim ocorre. Possenti, ao escrever o capítulo “Esboço de uma epistemologia da análise do discurso”, procura definir seu posicionamento contra o assujeitamento e o inconsciente da linguagem, como se percebe na citação:

Gostaria de comentar brevemente esse quadro epistemológico, criticando-o, tentando explicitar o que me parece ser seus defeitos de base. [...] Comentarei os requisitos um a um, exceto o relativo ao atravessamento e a articulação desses campos pela teoria psicanalítica

da subjetividade. Sobre isso direi apenas que não aceito como única definição possível de sujeito a que passa pela ideia de ilusão ou de assujeitamento. (POSSENTI, 1988, p.25).

O fato principal que provoca celeuma nos estudos dos discursos é que não se aceita um indivíduo afetado pelo inconsciente, que ignora a origem do seu dizer, que crê que o dito só poderia existir da forma que foi dita. A ideia da existência de tal indivíduo é rejeitada mesmo por muitos que tem como princípio o descentramento do sujeito. Porém o indivíduo não está só afetado pelo inconsciente, mas interpelado pela ideologia também (o que provoca ainda mais descontentamento nos antipectetianos). Como se vê no esclarecimento de Ferreira:

Mas o sujeito da análise do discurso não é só o do inconsciente; é também, como vimos, o da ideologia, ambos são revestidos pela linguagem e nela se materializam. Essa é uma particularidade que assegura ao campo discursivo tratar de uma dupla determinação do sujeito – de ordem da interioridade (o inconsciente) e da exterioridade (a ideologia). (FERREIRA, 2005, p. 43 e 44)

Como querer trabalhar a interioridade sem reconhecer o inconsciente da linguagem? Como querer trabalhar a exterioridade sem reconhecer a ideologia?

Nenhuma teoria da linguagem dará conta de todas as explicações e de todos os fenômenos que ocorrem, sobretudo na área da semântica (como é o caso da AD). Assim, embora as tendências teóricas mantenham-se rígidas nos seus pólos, a linguagem insiste em apresentar ocorrências que “furam” as muito bem argumentadas definições.

Em suma, esses dois dispositivos são principais para a análise, porém, em muitos momentos, eles são auxiliados por outros componentes que perfazem a vasta proposta de dispositivos que a AD oferece: a história, as condições de produção, à questão da ideologia, dentre outros.

3. A RELAÇÃO DO COMENTARISTA COM: O LUGAR, A LINGUAGEM E O TEMA

Como tentativa de explorar ao máximo as possibilidades de clarear a figura do jornalista comentarista político para esse trabalho, são estabelecidas três esferas de interpretação: a relação com o lugar no telejornal, a relação com a forma da linguagem e a relação com ao tema político.

Quanto às duas últimas abordagens, para descrevê-las é necessário apontar notas com antecedências para que não haja equívocos na leitura quanto a questão da “linguagem” e do “tema”, noções que podem ser confundidas com “expressão” e “conteúdo” aos moldes do estruturalismo. A princípio, pode parecer que haja uma separação entre essas instâncias, o que contrariaria os princípios colocados por Orlandi (como se vê a seguir), visto que a Análise do Discurso relê e re-significa os conceitos usuais (“expressão” e “conteúdo”) de maneira diferente de como fazem os estruturalistas. Assim, não se faz uma separação estagnada entre esses campos, mas adota-se a ideia de que a forma material (acontecimento) é instruída pela forma abstrata (estrutura). É dentro do acontecimento da língua, da materialidade discursiva que a “forma” e o “conteúdo” se estabelecem. Esse esclarecimento é proposto por Orlandi, como se vê:

Foi sem dúvida a crítica feita ao conteudismo – enquanto perspectiva teórica (filosófica) que mantinha, [...] a separação estanque entre forma/conteúdo – que nos abriu a possibilidade de [...] pensar não a oposição entre forma e conteúdo, mas trabalhar com a noção de forma material que se distingue de forma abstrata e considera, ao mesmo tempo, forma e conteúdo enquanto materialidade. (ORLANDI, 2007, p. 46 e 47)

A questão não é separar “forma” e “conteúdo”, mas considerar e apreciar diferentemente como o tema e a linguagem na medida em que o indivíduo se assume na posição sujeito do discurso. Com isso, essa discussão se distancia das noções dogmáticas do estruturalismo.

Além desses dois fatores (tema e linguagem) pretende-se ainda apontar e estudar o lugar do profissional de informação.

Não se deve apenas ater-se a uma das questões. É preciso reconhecer que essas diferentes esferas constroem juntamente a ligação do sujeito com o discurso.

Para tal abordagem, envolvendo o lugar, a linguagem em uso e o tema tratado, tem-se:

- 1 - o lugar - do jornalista: é nesse espaço que o indivíduo assujeita-se para manifestar e estabelecer as relações de forças, para que sua voz signifique;
- 2 - a linguagem - literária: visto que é por meio de um gênero muito despreendido, metafórico, conotativo e irônico que o texto é construído;
- 3 - o tema - político: como já esclarecido, os comentários foram selecionados pelo critério temático sobre a política nacional da era Lula.

Esses três constroem em conjunto as relações que estão associadas ao indivíduo dessa análise.

O diagrama a seguir serve para visualizar essa análise tripartida:

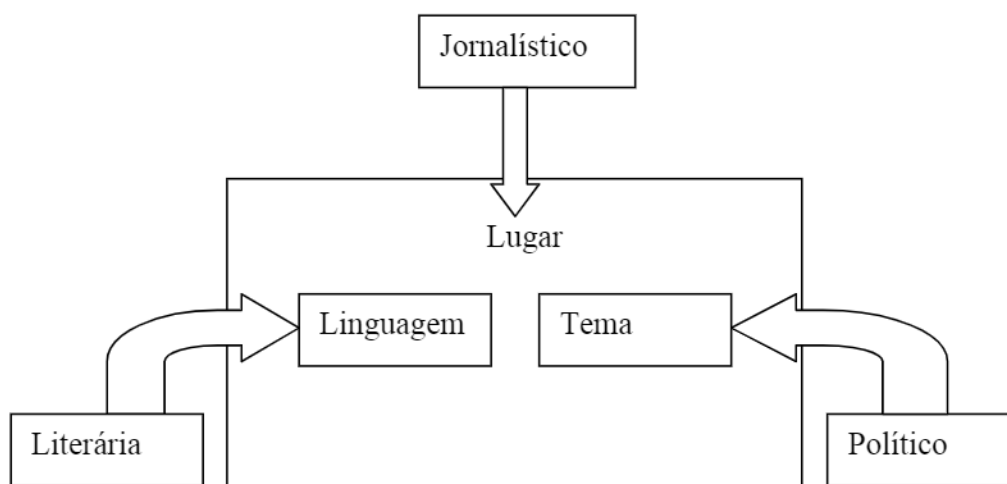


Figura 1: Diagrama representativo de instâncias relacionadas ao papel do comentarista.⁵

Por ser um jornalista que fala da política nacional numa linguagem literária⁶, a princípio é preciso visualizar o seu papel e perceber de qual perspectiva Jabor olha para o telespectador/ouvinte. Para tornar mais clara a visualização desse aglomerado de relações é que parece necessário analisar cada um dos aspectos de sua constituição.

Ainda antes dessa apreciação, é preciso considerar que essa partilha momentânea (como vista no quadro) não interfere na análise propriamente dita dos discursos dos

⁵ Diagrama idealizado e construído para essa dissertação.

⁶ Considerando que se trata de crônicas - comentários.

comentários. Ou seja, analisar o posto de comentarista como se pretende nessa seção não determina que a linguagem ou tema sejam analisados separadamente nos capítulos posteriores quando os dispositivos analíticos são mobilizados sob os objetos.

A pretensão real é observar o conjunto de fatores que rodeiam este papel, pois, de alguma forma influencia no modo, posição e legitimidade da produção dos dizeres pelo sujeito.

3.1. O LUGAR DA VOZ MIDIÁTICA

O jornal, impresso ou televisionado, e os programas de rádio reservam um espaço ocupado pelo crítico para expressão de uma opinião relativamente particular. Nos jornais periódicos impressos, esses autores são chamados de cronistas e/ou colunistas; na televisão ou no rádio, são conhecidos por comentaristas. Na TV, os âncoras (jornalistas que conduzem os telejornais) ou repórteres (jornalistas de rua) tradicionalmente não têm permissão para expressar uma opinião individual a respeito das notícias. Já o papel de crítico (comentarista ou colunista) é visto, muitas vezes, como um misto entre o jornalismo e literatura, essencialmente por conduzir informações por uma linguagem literária, permitida à ele no (tele)jornal ou na rádio. O comentarista tem razoável liberdade de expressar particularidades nos comentários a respeito das matérias noticiadas (sejam esportivas, econômicas, políticas etc). Essa justificativa está em consonância com a opinião do literato, que também é jornalista, Luis Fernando Veríssimo, citado por Martins (2000, p. 38):

Desde o começo sempre trabalhei em crônicas, que é essa coisa meio híbrida entre literatura e jornalismo. [...] eu até resisto quando me chamam de escritor, prefiro ser identificado como jornalista, porque o que faço é jornalismo ou pelo menos esse misto de jornalismo e literatura que é a crônica.

É dessa mistura que nasce também a suposta liberdade do comentarista televisivo. Há, para esse sujeito, certa autonomia em produzir um tipo de literatura dentro de um jornal dito imparcial. É o lugar essencialmente embebido de um tipo de licença para opinar literariamente. Sobre esse espaço, e como este lugar permite o movimento do comentarista no discurso é o que se reflete nessa subseção.

Para Orlandi (2009), o lugar do sujeito é construído pela função social exercida por ele, pois essa função é que comporta a autoridade para dizer o que diz. Sendo assim,

o valor que tem o dizer de um jornalista só existe por causa do valor da função (lugar de jornalista) que a sociedade reconhece:

Assim, se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar de aluno. O padre fala de um lugar em que suas palavras têm autoridade determinada junto aos fieis etc. Como nossa sociedade é construída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na “comunicação”. A fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno. (ORLANDI, 2009, p. 39 e 40)

Para Orlandi, o “lugar” que esse indivíduo ocupa não é suficiente para determinar as relações de poder entre os sujeitos, mas a “posição” que o sujeito locutor ocupa. A autora faz diferença entre “lugar” e “posição”, o primeiro termo refere-se ao espaço social exercido pelo indivíduo (no caso, o lugar do jornalista), o segundo termo aponta para a imagem que se tem deste espaço social (o que se pensa sobre um jornalista e sobre seu discurso).

Assim existe a relação de forças estabelecidas pelos lugares sociais e pelas posições dos sujeitos. Nessa hierarquia, alguns lugares garantem a autoridade que permite tratar de assuntos que a sociedade legitima que esse lugar trate, tendo, portanto, os seus discursos mais aceitação ou não. Isso é antecipado por Foucault em *Arqueologia do Saber* quando reflete sobre o direito à palavra que a sociedade dá a alguns:

Quem fala? Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter essa espécie de linguagem? Quem é seu titular? [...] Qual é o *status* dos indivíduos que têm - e apenas eles - o direito regulamentar e tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso? A fala médica não pode vir de quem quer que seja; seu valor, sua eficácia, seus próprios poderes terapêuticos e, de maneira geral, sua existência como fala médica não são dissociáveis do personagem. (FOUCAULT, 1987, p. 57)

É sob a perspectiva desta legitimação que se aborda a fala e a voz de Arnaldo Jabor. Ela é garantida pelo lugar de jornalista e, se se considerar o poder que a mídia detém na atualidade, o sujeito em questão ganha autoridade estimável. O chamado “quarto poder” incorpora a voz do verdadeiro, essa influência midiática reveste-se de superverdade e serve de opinião única e incontestável.

A legalidade de dizer permanece sobre o lugar. Maingueneau também é um teórico em consonância com esse princípio: Maingueneau (1997) diz que o momento do dizer é a consagração do enunciador em sujeito, e a legitimação dessa voz é assegurada pelo lugar que esse sujeito ocupa nos espaços sociais. Maingueneau, da subjetividade enunciativa, afirma que: “Se ela submete o enunciador as suas regras, ela igualmente o legitima, atribuindo-lhe a autoridade vinculada institucionalmente a este lugar.” (MAINGUENEAU, 1997, p.33).

Além da legitimidade observada, os estudos sobre lugar do comentarista do discurso oferecem um pensamento que articula a ideia de assujeitamento. Visto que, quando se assujeita ao lugar social em questão, automaticamente está legitimado para dizer.

A noção de assujeitamento se presta, por vezes, a certas confusões. Assujeitar-se é condição indispensável para ser sujeito. Ser assujeitado significa antes de tudo ser alçado à condição de sujeito, capaz de compreender, produzir e interpretar sentidos. Na teoria do discurso, abandona-se a categoria do sujeito empírico, do indivíduo, e trabalha-se com um sujeito dividido, com uma categoria teórica construída para dar conta de um lugar a ser preenchido por diferentes posições-sujeito em determinadas condições circunscritas pelas formações discursivas. (FERREIRA, 2005, p. 43 e 44)

Esse aspecto de ser sujeito, de se subjetivar a uma posição e a um lugar, configura a atualização da teoria do discurso. Jabor assujeita-se ao seu lugar para produzir sua autoridade. Tal lugar não poderia ser preenchido por outro que não tivesse a mesma legitimação, da mesma forma, assujeitar-se ao lugar é condição *sine qua non* para ocupá-lo.

Assim, o lugar de comentarista permite maior mobilidade de opinião que o lugar de jornalista âncora. Entretanto este lugar de comentador não admite polaridade, ou seja, o telespectador está pronto para aceitar que um crítico tenha o direito de comentar sobre política, mas é possível que não aceite que o crítico se posicione em favor de um partido no ambiente do telejornal. Esse é o fator central deste trabalho dissertativo.

O lugar do jornalista (âncora) lhe permite tanto pessoalismo quanto o lugar de juiz de direito, ou seja, nenhum envolvimento com as partes. O lugar de comentarista não é tanto ermético, todavia não é semelhante ao lugar de advogado ou promotor, que compete defender um dos lados. O exercício de criticar sem escolher, que o comentarista faz, é delicado.

3.2. A LINGUAGEM DO COMENTÁRIO JORNALÍSTICO

A partir de quando Louis Hjelmslev (linguista dinamarquês) elaborou um conceito mais amplo do signo linguístico atribuindo-lhe a importância da “expressão” e do “conteúdo”, esses dois termos passaram a transitar nos domínios das teorias da literatura adaptando-se e ficando conhecidos como: o “Plano da expressão” e o “Plano do conteúdo”.

Na literatura, os planos são uma forma de analisar os textos bipartindo sua superfície em linguagem (expressão) e teor (conteúdo). Para Fiorin (2002, p. 31 e 32):

Quando um discurso é manifestado por um plano de expressão qualquer, temos um texto. Poder-se-ia perguntar por que diferenciar a imanência (plano de conteúdo) da manifestação (união do conteúdo com a expressão), se não existe conteúdo sem expressão e vice-versa. Essa distinção é metodológica e decorre do fato de que um mesmo conteúdo pode ser expresso por diferentes planos de expressão.

Fiorin adverte que essa distinção é puramente metodológica. Porém essa noção hjelmsleviana não é propícia para os pressupostos da Análise do Discurso. A AD reconstrói a noção de “expressão e conteúdo”, pois acredita que as formas da linguagem precedem o conteudismo. Nos estudos da AD, a língua condiciona o sujeito a sua estrutura, antes mesmo que o conteúdo tenha manifestação em formas materiais.

Para Orlandi (2007, p. 46 e 47), os dois fatores ocorrem no real do uso da língua, na forma material. Orlandi mostra que esses dois planos são indissociáveis e dão-se no acontecimento da língua. Observar essa diferença é importante nesse trabalho, pois é na forma material que se manifestam forma e conteúdo. Tal instância é que se analisa o tema político e a forma da linguagem.

Considera-se, a partir desse ponto, como alguns pesquisadores vêm a linguagem usada nos jornais. Em seguida, a análise é conduzida pela crítica de Pêcheux e Orlandi.

Há muitos estudos sobre a linguagem nos jornais e nos telejornais, e alguns teóricos propõem-se a categorizar as formas dessas manifestações, assim, como se percebe que o uso da linguagem é diferenciado nos noticiários a depender do programa, horário, conteúdo, público, proposta, lugar, ou outros aspectos. De acordo com Marinho (2008), os gêneros literários que percorrem os domínios do jornalismo estabelecem dois pólos pela linguagem, um pólo informativo e outro de opinião. Um dos pólos busca uma linguagem regulada e a imparcialidade, o outro pólo é o espaço das personalidades e

liberdade linguística. Esse eixo é dirigido pelas duas intenções (informar-opinar). De acordo com a autora: “Esses dois grandes tipos se opõem quanto ao tema (um fato *vs.* uma idéia), a intenção argumentativa (reportar *vs.* opinar) e a posição enunciativa (distanciamento *vs.* engajamento)” (MARINHO, 2008, p. 301). Assim se classificam as telecrônicas de Jabor, no aspecto lingüístico da liberdade jornalística. A realidade de seus textos está em aproximação com o pólo da ideia, da opinião e do engajamento. Porém, é preciso perceber que há diferença entre opinião e campanha política.

Marinho ainda traz, em seu artigo, um quadro elaborado por Adan⁷ que representa o eixo-modelo para categorizar o distanciamento das formas linguísticas usadas nos gêneros jornalístico, que podem ser observadas nos gêneros jornalísticos da televisão, por exemplo:

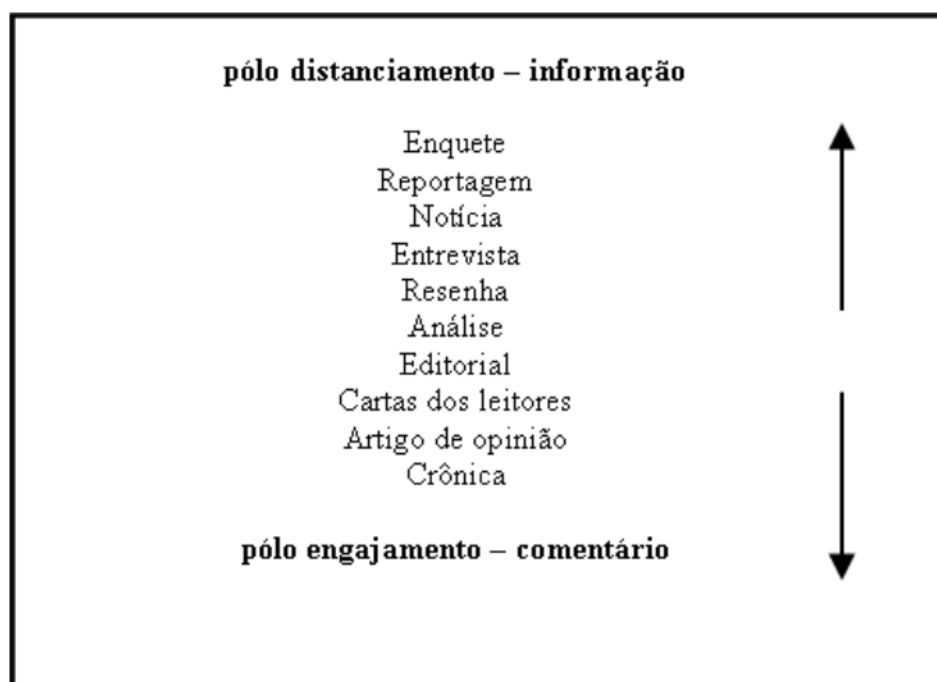


Figura 2: Pólos demonstrativos dos níveis de linguagem jornalística

À medida em que a matéria é dirigida com finalidades de noticiar, reportar e informar, a linguagem tende a (ao menos na sua aparente forma) aproximar-se da imparcialidade, portanto aproximar-se dos gêneros na escala superior do eixo (enquete, reportagem etc.). Quando, no entanto, o propósito é noticiar com ideia, opinião e engajamento, a linguagem reflete a particularidade e a parcialidade do

⁷ Quadro elaborado por ADAM e apresentado por BROUCKER. A referência encontra-se no livro *Análise do discurso hoje* (MARINHO, 2008, p.302).

locutor/comentarista ou de quem ele representa; os gêneros representados nos extremos inferiores do eixo aproximam-se desta linguagem (crônica, artigo de opinião, carta dos leitores). A análise não parece ser diferente para o telejornalismo e o comentário de crônica.

Passando a refletir pelos vieses da AD pechetiana sobre esses posicionamentos (relativamente) estáveis dos textos, tem-se que:

Pêcheux (*cf.* ORLANDI, 2007 p. 94) critica essa forma de classificação da estabilidade ou instabilidade de gênero textual, a tarefa de classificar os textos em estáveis, científicos, literais ou passíveis de interpretação é, para o autor, parte de uma concepção de dominância que ele chama de Trabalho Social da Leitura. Orlandi⁸ (2007, p. 94) parafraseia Pêcheux e oferece um esclarecimento: “O trabalho social da leitura: É o que separa o que é literal do que é ‘sujeito à interpretação’. Há os textos que são instáveis e os que têm estabilidade de sentido. Esta divisão é que separa o literário (instável) do ‘científico’ (estável)”. Nos preceitos da AD, todas estas classificações estão sujeitas ao fator interpretação, de forma que não é possível estabelecer acirradamente que existem textos livres ou rígidos, interpretativos ou estáveis etc. O sentido, segundo a AD, não está no texto “em si”, mas pode ser construído considerando as motivações do sujeito. Além disso, a memória recupera sentidos históricos a partir do texto, mas que não estão exatamente ditos no texto. Se o sentido depende de fatores outros, deve-se levar em conta a história e a posição do sujeito. A falsa classificação de estabilidade ou instabilidade textual é inadequada aos estudos de interpretação.

Mesmo considerando que a interpretação funciona em dois níveis: o de quem fala e o de quem analisa – em Orlandi (2007, p. 63) –, e que admite tradicionalmente duas instâncias: o metafórico e o referencial (o denotativo e o conotativo), a AD considera inadequado classificar os textos estaticamente como os figurativos e os restritos de sentido. Não está no texto o fator interpretativo, mas no interpretante.

Mas não ocorre assim nos editoriais dos jornais, televisão e rádios. Pensa-se que o uso da linguagem deve ser diferente para o jornalista âncora e para o comentarista. Ou melhor, é pela concepção do Trabalho Social da Leitura que a mídia funciona.

A AD esclarece bem a falsa ideia de estabilidade ou instabilidade das formas de linguagem, mas, se é preciso observar as formas em que se manifesta a linguagem em

⁸ A escritora amplia o conceito de Trabalho Social da Leitura de Pêcheux, criando uma Noção de Interpretação. Nesse conceito reflete sobre a questão do domínio e controle da interpretação. (Ver Orlandi, 2007, p. 94).

relação ao sujeito, é necessário levar em conta que o comentarista pensa usar uma linguagem mais livre que a dos jornalistas convencionais. Mesmo que o analista perceba que isso é apenas ilusão do Trabalho Social da Leitura ou na Noção de Interpretação (no (re)formato de Orlandi).

Então, para o comentarista, a linguagem dos seus textos desvia-se da linguagem tradicional do jornalismo que preserva um estilo denotativo e uma suposta parcialidade. Isso deve ser considerado, já que, para estabelecer um gesto de interpretação, o analista do discurso deve levar em conta a interpretação do sujeito do discurso, como orienta Orlandi:

a interpretação do analista (metodológica) tem de levar em conta o movimento de interpretação inscrita no próprio sujeito do discurso. O trabalho do analista é em grande medida, situar (compreender) – e não refletir – o gesto de interpretação do sujeito e expor seus efeitos de sentido. (ORLANDI, 2007, p. 83)

Imagina-se que quem analisa um discurso tem a mesma consciência de quem materializou o discurso. Ocorre que o analista que estuda um discurso está fazendo uma interpretação de uma interpretação.

Assim, para os moldes do jornalismo, os comentários de Jabor são “desprendidos” e a parcialidade é desmedida. Inovação que passa a ser corriqueira nos jornais televisivos, um tipo de sofisticação que mistura gêneros, é a crônica-telejornalística ou telecrônica. As (supostas) estabilidades que regulam as diferenças entre gêneros como um memorando administrativo e uma letra de música são, a princípio, rígidas. Mas é fácil perceber que as misturas acontecem originando inovações. Aprimoramentos do tipo são descritos por Bakhtin – parafraseado por Brandão – como uma forma de adaptação e mistura dos gêneros:

Embora cada gênero tenha suas características específicas, um gênero não é, necessariamente, uma “fôrma” que se impõe ao falante/escritor. Enquanto conjunto de traços marcados pela regularidade, pela repetibilidade, o gênero é relativamente “estável”, mas essa estabilidade é constantemente ameaçada por forças que atuam sobre as restrições genéricas, forças de caráter social, cultural e individual (estilísticas) que determinam ou mudanças num gênero, ou seu apagamento, ou sua revivescência. Essa tensão entre estabilidade x variabilidade se faz marcar de maneira específica nos diferentes gêneros. (BRANDÃO, 2005, p. 31)

Essas observações servem para justificar a sofisticação jornalística no discurso de Jabor. Tem-se, então, um telejornal que reserva espaço para uma variação estilística ideologizada. Como se percebe no comentário seguinte:

(C. 1, L. 18 – 21)

Houve um leve sabor de sacrilégio na acusação do agora agressivo "ex-picolé de chuchu". Alckmin rompeu a blindagem do Lula, que sempre esteve protegido dos tais escândalos. Alckmin atacou a intocabilidade do operário sagrado e tratou-o como cidadão.

A quebra dos padrões jornalístico da linguagem “pura” e tradicionalmente denotativa é uma tendência que envolve a literatura no seu sentido amplo, no sentido de “linguagem literária”. Isso explica o uso de expressões como “ex-picolé de chuchu”⁹, quando se refere a uma posição mais agressiva do candidato que até então se mostrava sem determinação, sem “gosto”. Ou ainda termos como “operário sagrado” para caracterizar a imagem de inatacabilidade que supostamente teria o presidente Lula aos olhos dos brasileiros.

Arnaldo Jabor prefere essa forma da linguagem porque sua formação de cineasta o conduz para um jornalismo que transige os moldes padronizados. Pela ótica de Maingueneau, para o uso da “linguagem literária”, não é preciso nenhuma legitimação prévia. Conforme se vê na citação:

(...) na literatura, ao contrário do que ocorre na medicina, não há diploma reconhecido que confira o direito à palavra. Para determinar quem tem o direito de enunciar, um posicionamento literário define à sua própria maneira o que é um autor legítimo. Cada autor se orienta em função da autoridade que tem condições de adquirir, dadas as suas conquistas e a trajetória que concebe a partir delas num dado estado do campo. (MAINGUENEAU, 2006, p. 152)

Amparado pelos livros e filmes produzidos e premiados, o comentarista do JG define sua maneira literária no percurso de sua história. Deste lugar, e por esta história, encontra-se perfeitamente confortável para o uso de construções poéticas e expressões conotativas.

⁹ José Simão, colunista da *Folha de S. Paulo*, cunhou a expressão “picolé de chuchu” para se referir a Geraldo Alckmin.

Ainda como exemplos de comentário que faz a quebra das regras típicas da linguagem do telejornal de tradição, destacam-se construções de Jabor como:

(C.1, L.3 – 4)

Pra fazer uma piada infame, essa greve dos controladores caiu do céu no governo Lula

(C.1, L.14 – 16)

Ninguém tem saco pra administrar, fica só a Dilma Rousseff, coitada, tarefaira, trabalhando feito uma louca. Dizem que, no fim do expediente, ela até varre o Planalto e apaga a luz.

Sendo a “linguagem literária” passível de interpretações variadas (ignorando o fato de todas as outras podem sê-lo também), além de ser mais atraente a qualquer leitor, um fato importante nesse uso de gênero é perceber como a informação, por meio da crítica, torna-se arte. Como o comentário torna-se mais importante que a própria notícia veicula. Como dizem Barbosa e Fernando (1992):

A humildade implícita no ato de instrumentalizar-se corretamente colocaria em proporções mais “saudáveis” a tendência crescente ao texto narcisista, pseudoliterário, crônica-trampolim, no qual a janela torna-se espelho e o comentarista, assunto. Do modo como tem ocorrido, o jornalismo cultural substitui a tarefa crítica da descoberta pela tentação frívola da invenção auto indulgente, a demonstração pela persuasão. (BARBOSA; FERNANDO, 1992, p. 3)

A telecrônica de Jabor é uma representação da crônica-trampolim, a tentativa de promoção alavancada por uma crítica embebida pela linguagem desprendida. O telespectador assiste a uma crítica à política nacional e desfruta de fina poesia enquanto o crítico “alça vôo” no reconhecimento de seu trabalho. Jabor, pela sua construção literária, o comentário torna-se assunto no lugar da própria notícia. A janela, que deveria ser instrumento para visão do ambiente e para a observação panorâmica do mundo, torna-se espelho. Assim, não se vê mais o que está à frente, mas mostra-se o próprio sujeito em lugar na notícia, do acontecimento. Por motivos histórico/pessoais o autor conduz os poucos segundos de seu tempo no JG compartilhando uma telecrônica com toda a legitimação que o lugar proporciona e com a destreza que a linguagem permite.

Justifica-se, então que, observar a forma da linguagem como foi feita nesta subseção é apenas um meio de tentar descrever como o comentarista se vê no uso da linguagem.

3.3. O DISCURSO E O SEU TEOR POLÍTICO

O tema de política partidária no Brasil tem sido quase sempre associado aos conceitos de corrupção, manobra de influências, nepotismo etc. Tal relação dispensa justificativa muito longa, visto que essas práticas são corriqueiras e divulgadas algumas vezes, muitas outras permanecem no anonimato.

O quadro¹⁰ seguinte demonstra o nível de confiança dispensada aos políticos:

De maior confiança para menor	Índice de Confiança							
	Brasil				Internacional			
	2009 (%)		2008 (%)		2009 (%)		2008 (%)	
Bombeiros	95	1º	97	1º	92	1º	89	1º
Carteiros	90	2º	92	2º	81	3º	82	2º
Médicos	82	3º	87	4º	81	3º	78	4º
Professores do Ensino Fundamental e Médio	81	4º	89	3º	85	2º	81	3º
Jornalistas	79	5º	77	8º	41	12º	41	16º
Pesquisadores de Mercado	77	6º	78	7º	55	9º	54	10º
Exército	77	6º	82	5º	81	3º	77	5º
Organizações de Proteção ao Meio Ambiente	74	7º	79	6º	64	5º	61	7º
Profissionais de Marketing	66	8º	64	11º	39	13º	38	17º
Publicitário	65	9º	66	9º	28	16º	32	19º
Instituições de Caridade	64	10º	66	9º	60	7º	53	11º
Juízes	62	11º	65	10º	57	8º	57	9º
Instituições Religiosas	62	11º	65	10º	66	4º	62	6º
Diretores de Grandes Empresas	57	12º	56	12º	33	15º	36	18º
Advogados	56	13º	56	12º	47	10º	46	13º
Funcionalismo Público	53	14º	53	13º	57	8º	52	12º
Sindicatos	49	15º	50	14º	43	11º	42	15º
Policiais	48	16º	50	14º	61	6º	58	8º
Executivos de Bancos	38	17º	39	15º	37	14º	45	14º
Políticos	16	18º	13	16º	18	17º	17	20º

Figura 3: Tabela da pesquisa de Índice de Confiança – 2010.

Como se pode ver na pesquisa, o índice de confiança da sociedade no político é o mais baixo entre as profissões da pesquisa. O político (candidato ou eleito) já carrega consigo a imagem de desconfiança, pelo senso comum. O jornalista que fala de política

¹⁰ Disponível em: <www.gfkcr.com.br>. Acesso em 19 jan. 2012.

abarca consigo, ao contrário do político, a credibilidade de falar sobre essas práticas abusivas. No imaginário popular, falar com confiabilidade sobre esse conteúdo é um crédito que o político não tem. Em outros termos, o cidadão envolvido com a política é, quase sempre, rotulado como demagogo, visto que a imagem da corrupção está associada ao lugar do político (ideia justificada historicamente), ou seja, a política brasileira faz jus a essa imagem. O jornalista, como pode ser visto no quadro, tem muita credibilidade e, por sua vez, é visto como um justiceiro, voz do povo, o que faz, o telespectador imaginar que o jornalista é apolítico. Essa suposta “apolitização”, aura de imparcialidade, não resiste a uma observação mais cuidadosa sobre o conteúdo dos comentários, porém esse cuidado não ocorre com todos os observadores.

No caso dessas análises com o discurso do comentarista Jabor, os outros componentes que constroem essa relação entre o comentarista e o discurso (o lugar e a linguagem – subseções anteriores) servem como certa “distração” para a realização de uma campanha política, ou de qualquer expressão de preferência particular. Enquanto as atenções dos telespectadores ou ouvintes estão voltadas para o lugar (jornalista) e a linguagem (literária), as filiações políticas partidárias do comentarista podem passar despercebidas.

O jornalismo pode ser parcial no seu conteúdo e ao mesmo tempo espelhar um sujeito dotado de credibilidade e aceitação pela forma material da linguagem e pelo seu lugar. A aceitação (que não se pode não comprovar) é reforçada também por outros aspectos: o fato do JG ser veiculado pela Rede Globo (uma das emissoras mais assistidas no país), a rádio CBN ter um bom alcance nacional, a imagem de intelectual construída pelo comentarista, o teor de muitas notícias que partem de fundos de verdade, aspectos visuais e sonoros que são meios de conduzir e influenciar as opiniões etc. Mas o que segue de destaque nesses tantos aspectos é o conteúdo político. Sob a primazia da linguagem que o formatou, o conteúdo é a campanha política disfarçada de literatura (pela linguagem) e credibilizada no jornalismo (pelo lugar).

Para apontar rapidamente a relação do comentador (Jabor) com campanha o partido político de oposição (PSDB) no discurso, destaca-se o comentário¹¹ já citado anteriormente:

¹¹ Comentário sobre o debate do dia 8 de outubro de 2006 entre os candidatos Luiz Inácio da Silva e Geraldo Alckmin para disputa de segundo turno. Esse texto foi veiculado pela Rádio CBN no dia 10 de outubro de 2006. A crítica foi considerada campanha política pelo Tribunal Superior Eleitoral. Coube ao TSE determinar a retirada do comentário dos instrumentos midiáticos, pois julgou que o texto promovia o favorecimento do candidato do PSDB. A liminar foi enviada à Rádio no dia 13 de outubro e 4 dias após a

(C. 1, L. 7 – 9)

De um lado, a teimosa demanda de Alckmin pelo concreto da administração pública e, do outro lado, o Lula apelando para pretextos utópicos, preferindo rolar na retórica de símbolo.

(C. 1, L.10 – 12)

Alckmin foi incisivo; Lula foi evasivo. Lula saiu da arrogância do primeiro turno para o papel de "sóbrio estadista injustiçado". Mas escondeu seu mau humor quase ofendido, por ter de dialogar ali com aquele "burguês", limpinho e sem barba.

(C. 1, L. 14 – 16)

Ele gaguejou, tremeu, suas frases peremptórias não tinham ritmo, não "fechavam", enquanto Alckmin parecia um cronômetro, crescendo no ritmo e concluindo com fragor. Lula estava rombudo, Alckmin era um estilete.

Um quadro pode ser montado listando as características dos dois candidatos pela ótica do comentarista:

Geraldo Alckmin	Luiz Inácio da Silva
pelo concreto da administração pública	pretextos utópico, retórica de símbolo.
Incisivo	evasivo
"burguês", limpinho e sem barba	"sóbrio estadista injustiçado"
um cronômetro	gaguejou, tremeu
crescendo no ritmo e concluindo com fragor	frases peremptórias não tinham ritmo
Estilete	rombudo

Nesse tipo de recorte fica mais clara a preferência do comentarista. O visível compromisso político do comentarista é camuflado pelo lugar de jornalista e pela linguagem metafórica. Então, parece não se tratar de discutir a parcialidade camuflada da mídia televisiva, mas a parcialidade inteiramente visualizada, desta forma, o cronista fica completamente a mostra quanto às suas filiações e engajamento políticos.

determinação de retirada do comentário a emissora recebeu multa de 20 mil Ufir – cerca de R\$ 20 (vinte) mil reais pela campanha e teor abusivo do comentário, de acordo com o TSE. Ver Anexo: Agenda de Notícias da Justiça Eleitoral – Tribunal Superior de Eleitoral.

O fato do TSE ter solicitado a retirada do comentário das mídias (*cf.* ANEXO A) e ainda de ter multado Arnaldo Jabor demonstra que o lugar de comentarista não permite expressões tão evidentes de partidarismo, pois apesar de usufruir de certa liberdade quando se desloca no lugar de comentarista, ele ainda continua sendo um jornalista da emissora e, por isso, não pode fazer campanha política no ar.

A propósito desses três aspectos abordados, não se quer construir o conceito de sujeito, visto que o sujeito é um espaço a ser ocupado por um indivíduo. A intenção é perceber que esse espaço ocupado por Jabor afim de tornar-se sujeito é embebido de associações múltiplas. Também se quer, por esta reflexão, entender o que o comentarista (quando sujeito) leva em conta ao produzir o discurso. Essas relações foram refletidas para que, no momento da análise, algumas dessas conjecturas sejam retomadas como condições de produção do discurso.

4. O “OUTRO” EXISTE

Após os jogos de futebol e suas rodadas semanais, os comentaristas esportivos discutem fervorosamente suas opiniões e muitas vezes com juízos opostos, em exposição de opiniões contrárias. O Jabor do JG e da CBN não permite um comentarista opositivo, não é o seu formato. Não há quem o conteste. Não há a voz do alocutário que se tornaria EU quando tomasse o fio do diálogo (se houvesse diálogo). O lugar do comentarista político no telejornalismo moderno concentra a autoridade suficiente para doutrinar politicamente os telespectadores silenciosos. Não há o lugar do “outro” neste espaço. Mas isso não quer dizer que o outro não exista, que não tome a palavra frente à televisão, ao rádio, nas casas, nos bares, num ponto de táxi. E mesmo quando em silêncio, já que a televisão ou o rádio não permite interação, o outro (telespectador do JG ou ouvinte da CBN) não é passivo, é ruminante conforme afirma Bakhtin: “Aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado da palavra, mas ao contrário, um ser cheio de palavras interiores” (BAKHTIN, 2006, p. 153 e 154).

A existência da voz incontestada do sujeito legitimado pelo lugar não significa que haja aceitação completa ou eterna desse dizer. Não significa que a recepção desse discurso é plena e o telespectador concorda sempre e integralmente com o conteúdo expresso.

Entretanto, a questão que parece crucial não é a aceitação ou não do discurso do comentarista pelo espectador (se há recepção em favor do discurso do sujeito), visto que não se tem instrumentos para verificar a eficácia dessa recepção. O fator que merece análise exatamente é: a existência do outro (do telespectador) formata o discurso do EU (comentarista).

Bakhtin ([1929]-2006) elabora o conceito de polifonia para explicar as vozes de um locutor existentes no discurso do sujeito. Para ele:

A palavra é o produto da relação recíproca entre falante e ouvinte, emissor e receptor. Cada palavra expressa o ‘um’ em relação com o outro. Eu me dou forma verbal a partir do ponto de vista da comunidade a que pertencço. O Eu se constrói constituindo o Eu do Outro e por ele é constituído. (BAKHTIN *apud* KOCH, 2005, p. 64)

Visto que o TU é constitutivo do EU, não é possível reconhecer um processo discursivo sem as duas instâncias, mesmo que a voz do “outro” não se ouça, como é o

caso das mídias televisivas ou radiofônicas, onde (apesar das novas formas de interação) ainda prevalecem apenas as vozes das emissoras.

Para Benveniste, o EU só se constitui pelo reconhecimento do TU. Visto que não haveria razão de “ser” ou de “dizer” se não houvesse a segunda pessoa que ouvisse. Também apenas se constitui sujeito pela existência do “ego” (EU). O homem se reconhece como ser e reconhece o outro, assim, ele constitui-se sujeito para relacionar-se. Logo, sem o TU não existiria o EU, sem o EU não haveria o sujeito, sem o sujeito inexisteria a linguagem:

É pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de “ego”. [...] Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será a minha alocação *em tu*. [...] a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquele que, sendo embora exterior a “mim”, torna-se o meu eco – ao qual digo *tu* e que me diz *tu*. (BENVENISTE, 1988, p. 286)

Apesar de Benveniste desenvolver um caminho na compreensão da subjetividade, a noção deste autor quanto à presença dos locutores no discurso ainda é muito restrita, pois afirma que a subjetividade tem existência nas marcas da língua: nos dêiticos, nos pronomes, etc. Ducrot (1987) elabora uma noção diferente para a qual a subjetividade não existe na língua, como declarava Benveniste, mas na movimentação dos enunciados linguísticos operados pelo sujeito. Como se pode observar no estudo feito pela professora Daltoé:

Para Ducrot, a subjetividade não está nas marcas da língua, está na forma como o sujeito movimenta os enunciados, portanto a 1ª pessoa não é o reflexo da subjetividade do sujeito, também a 3ª não é sua ausência, nem está desprovida de subjetividade. (DALTOÉ, 2008, p. 01)

Ducrot (1987) estabelece uma divisão importante para o estudo da polifonia, para o autor, o alocutário (ouvinte imaginário) é a entidade em quem o locutor se inspira para formatar o discurso. Quando se diz “se inspira”, refere-se ao sentido de imaginar como é o ouvinte que receberá seu discurso.

É possível constatar como o TU está presente no discurso do EU, e perceber que a subjetividade não está na língua, mas no jogo estabelecido pelo sujeito na mobilidade dos enunciados, conforme afirma Ducrot. Para esta constatação, toma-se como exemplo

um dos comentários de Jabor quando expõe uma crítica convidando o telespectador a comemorar (ironicamente) a corrupção do governo:

(C. 8, L. 10, 17 – 19)

Ora, vocês precisam ter mais confiança no governo, espectadores. Isso é que é Brasil! Terra da felicidade! Viram, espectadores cruéis, nós é que não prestamos. Eu acho que nós não merecemos um congresso tão maravilhoso como esse. Precisamos é mudar de povo. Viva eles! Abaixo nós!

A existência do “outro” é requisitada, o espectador é envolvido no jogo da ironia e se não concordar com o comentário já está, antecipadamente, “imprestável” (desta vez sem ironia). O comentarista, em tom de “deboche”, interpela o espectador solicitando maior confiança no governo. Isso é feito imaginando a voz do “outro” (o espectador) que já concordaria consigo ao (ser obrigado a) pensar: “eu não tenho confiança no governo”. E mesmo que não houvesse concordância, sua voz já preexiste na do comentarista.

Essa constituição do TU no EU pode ser visto no discurso e é matéria de reflexão das teorias ducrotianas.

Nota-se que quando o comentarista ajusta o seu dizer, o faz, pois reconhece que o “outro” irá ouvi-lo e interpretá-lo. Assim o sujeito antecipa essas formas de interpretação para que seu dizer se adéque o máximo possível as suas pretensões para com o TU.

Esse fenômeno já tinha sido apontado por Pêcheux, embora o “outro” ainda fosse figura de pouca estima nos estudos desse autor no início de suas pesquisas sobre o discurso:

O discurso de cada um reproduz o discurso do outro (uma vez que, como dizíamos [...] cada um é o espelho dos outros). [...] não estamos abandonando o círculo fechado da forma-sujeito; bem ao contrário, estamos inscrevendo nessa forma-sujeito, a necessária referência do que *eu* digo aquilo que um *outro* pode pensar, na medida em que aquilo que eu digo *não está fora do campo daquilo que eu estou determinado a não dizer*. (PÊCHEUX, 1988, p. 172-173 – grifos do autor)

Nota-se que o reconhecimento do outro no discurso do sujeito é uma antecipação. Ou ainda se pode afirmar que reconhecer o outro é constituinte do dizer, só

há valor e razão no que se diz quando se imagina que haverá recepção para tal discurso. O valor e a existência da voz do sujeito só permanecem porque o sujeito reconhece que alguém o ouvirá por causa de sua posição e é para esse alguém que vale a pena dizer. No processo do dizer, o sujeito pode tentar antecipar o pensamento do outro (pode imaginar a resposta do espectador) e constituir o dizer a partir de uma suposta reação do interlocutor.

É exatamente na terceira fase da AD que a heterogeneidade discursiva¹² é notoriamente trabalhada. Os estudantes da AD da linha francesa percebem que o “outro” tem função importante na análise dos discursos, até então o sujeito propriamente era o componente central e determinante. Pêcheux, em reflexão sobre o percurso de sua teoria, expõe que nessa terceira fase ocorre:

O primado teórico do outro sobre o mesmo se acentua, empurrando até o limite a crise da noção de máquina discursiva estrutural. [...] Alguns desenvolvimentos teóricos que abordam a questão da heterogeneidade enunciativa conduzem, ao mesmo tempo, a tematizar, nessa linha, as formas linguístico-discursivo do *discurso-outro*: (PÊCHEUX, [1983] 2010, p. 315-316)

Assim como já se pensou em estudar a linguagem sem o sujeito (muitos ainda pensam assim – mas é um procedimento obsoleto para a linguística atual), também já se percorreu estudar o sujeito sem o outro (o alocutário), método também considerado antiquado. Não é mais possível tratar o sujeito sem a exterioridade, sem a história, sem o outro.

O fato é que essa relação do sujeito com o outro através da linguagem é desigual. Benveniste aponta para esse aspecto: “Essa polaridade não significa igualdade nem simetria: ego tem sempre uma posição de transcendência quanto a tu”. (BENVENISTE, 1988, p. 286). Essa desigualdade não diz respeito só ao lugar de jornalista a que foi tratado inicialmente, mas à licitude de poder falar e do “outro” apenas ter que ouvir.

Ao elaborar esse capítulo de reflexão sobre o “outro”, usam-se teóricos que têm alguns pensamentos discordantes quanto à enunciação: Pêcheux e Benveniste. É preciso

¹² Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva são dois conceitos forjados por Jacqueline Authier-Revuz para demarcar a diferença entre duas formas de interdiscurso: na primeira heterogeneidade, o sujeito deixa clara a origem imediata de seu discurso através de marcadores que sinalizam: discurso direto, indireto, citação, etc. No segundo conceito, o discurso fonte não apresenta marcas de separação em relação ao dito, tornam-se imbricados os discursos, ficam camuflados os dizeres do outro no discurso do sujeito.

ressaltar dois pontos, para que não haja maior estranheza nessa leitura. A AD critica essencialmente duas diferenças quanto ao problema da enunciação investigado por Benveniste: “A crítica à noção de sujeito e o seu não rompimento com a dicotomia Língua/Fala. Segundo a maioria dos analistas de discurso, subjaz às teorias da enunciação um conceito idealista de sujeito preso ainda à proposta psicologizante”. (FLORES; TEIXEIRA, 2005 p. 92). As críticas procedem de fato. Mas, segundo os autores, a concepção de sujeito não é tema de Benveniste. Apesar desse trabalho não se ocupar em traçar pressupostos teóricos sobre essa problemática, pode-se lembrar que essa é uma justificativa incompleta, pois Saussure também não se ocupou das questões do sujeito e nem por isso ignora-se que, em seus escritos, subjaz um conceito de sujeito idealista.

O segundo ponto da crítica é o fato de Benveniste manter a dicotomia Língua/Fala. O introduzir a noção de enunciação nos estudos da linguagem, Benveniste proporcionou um avanço nos estudos do estruturalismo, mas não há como negar que a dicotomia persistiu. Entretanto, nenhum desses elementos criticados impede que se resgate primeiramente Bahktin (1929) e em seguida Benveniste como referências importantes na reflexão sobre o EU-TU, visto que, neste ponto, a questão da intersubjetividade delineada é um conceito de vanguarda a frente da AD, que só passa a trabalhar com primazia a heterogeneidade discursiva na sua 3ª fase (época) (*cf.* PECHEUX, [1983], 2010).

Os trabalhos da subjetividade vão ganhar maior corpo em Ducrot (1987) com novas compreensões sobre a subjetividade e sobre a polifonia.

Muitos estudos são desenvolvidos na direção do “outro”, reconhecer a heterogeneidade discursiva é uma forma de reposicionar o sujeito junto aos outros elementos que o move, é possibilitar que ele seja visto mais complexamente, como realmente o é.

Para a AD, o Mecanismo Antecipação é um razoável exemplo de que a existência do “outro” não pode deixar de ser observada. Essa noção conceitua que os sujeitos, nos seus dizeres, consideram os seus interlocutores a fim de ajustar o dizer. Essa antecipação mantém um jogo mental que sempre ocorre entre interlocutores do cotidiano (ORLANDI, 2009, p. 40). Assim, um político pode antecipar o que seus eleitores (querem ou gostariam de ouvir), um aluno antecipa sua fala e comportamento junto ao professor ou a outro aluno etc. Mas, para a AD, esses elementos são estudados

juntamente com os lugares e posições que o sujeito pode ou não ocupar, pois existem as relações de força e de sentido em relação ao “outro” na materialização dos discursos.

Voltando ao objeto desta análise. Quem é o “outro” para Jabor? Qual o perfil do telespectador ou do ouvinte? Qual a posição política do espectador? Como o sujeito constrói o seu discurso para a recepção do “outro”?

É nesse percurso que se torna importante perceber que o comentarista produz seu dizer pelo outro. Esse “outro” é o **eleitor**, em suas diversas categorias.

É preciso destacar isso. Jabor não materializa o discurso (recortados no *corpus*) para um pai de família, nem para um professor, estudantes, donas de casa, trabalhadores, funcionários públicos ou políticos; seu discurso é destinado para todos os sujeitos em lugares de eleitores. Para os eleitores e essencialmente para fazer eleitores pelo discurso.

Ora, as estratégias discursivas do sujeito demonstram que se o “outro” não pretende votar no PT, achará consonância com o comentarista. Mas, se o “outro” for eleitor de Lula, será confrontado com todos os aspectos negativos do seu governo, pois a finalidade é construir uma campanha contra o governo. É o que o resto da análise dessa dissertação vai tentar comprovar, pelo menos apresentar uma forma de interpretação de efeito.

5. AS ANÁLISES: O INCONSCIENTE DA LINGUAGEM

5.1 O INTERDISCURSO (ESQUECIMENTO IDEOLÓGICO)

Um dos principais instrumentos de investigação do discurso na linha francesa é o “Esquecimento Ideológico”. Também conhecido como “Esquecimento Nº 1”, esse princípio tem sua forma de funcionamento com base no Interdiscurso. Esse conceito já foi explicitado em subseção anterior (Dispositivos Teóricos e Analíticos), porém, algumas breves observações merecem ser feitas.

Para a AD, o Esquecimento com base no interdiscurso tem a finalidade de observar que o sujeito, ao enunciar o que diz, esquece-se que, na verdade, diz um discurso já pré-existente. Esse esquecimento dá ao sujeito a falsa ideia de que é o princípio daquele discurso, a origem daquele dizer.

O fato de esquecer-se de onde, de que “lugar” buscou o que disse, é um fato constituinte do seu dizer. Ou seja, se não houvesse o esquecimento, se o sujeito se lembrasse de todas as fontes de onde aprendeu os discursos que circulam em sua memória a fim de produzir algo efetivamente original, “nunca” diria algo.

Os esquecimentos sempre ocorrem, mesmo que se tenha, por estudo teórico, consciência desse fato. Mesmo que se lembre da fonte, ao produzir novo texto sobre o discurso de alguém, no ato do dizer, o sujeito assume a ilusão de que algo de novo será produzido por ele. Do contrário, não haveria necessidade de dizer e o próprio locutor se calaria.

Porém, como afirma Orlandi (2009), os esquecimentos não são fatores negativos da linguagem, na verdade, são eles que garantem a constituição e o funcionamento dos discursos no mundo:

As ilusões não são “defeitos”, são uma necessidade para que a linguagem funcione no sujeito e na produção de sentidos. [...] pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e a polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos pois se os sentidos – e o sujeito – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer. (ORLANDI, 2009, p. 36 e 38)

Afastando a impressão de que o esquecimento pudesse ser uma deformidade, algo negativo aos seres humanos (visto que ele é constituinte da linguagem), é

importante perguntar: se é possível dizer que o sujeito não é origem do seu dizer, é razoável “rastrear” algumas antecedências do seu discurso? A partir desse “rastreamento”, é possível clarear quais suas influências ideológicas? Se são positivas as respostas para essas perguntas é pelo mesmo motivo que esse “Esquecimento Nº 1” passou a ser conhecido por “Esquecimento Ideológico”.

A palavra “origem” é complexa e merece um pouco de reflexão. Até que ponto é possível buscar as origens ideológicas de um texto? Para isso, é razoável tomar um conselho de Foucault¹³:

Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância. Essas formas prévias de continuidade, todas essas sínteses que não problematizamos e que deixamos valer de pleno direito, é preciso, pois, mantê-las em suspenso. Não se trata, é claro, de recusá-las definitivamente, mas sacudir a quietude com a qual as aceitamos; (FOUCAULT, 1987, p. 28 e 29)

A busca por essa fonte, essa nascente ideológica, poderá remeter o analista ao infinito da gênese dos discursos (trabalho interminável). Não se pode demorar num longínquo (mesmo que finito) rastro a procura de uma matriz ideológica inicial. Visto que o termo “origem” essencialmente faz voltar à discussão adâmica, o que não é pretensão deste trabalho, a AD opera com a noção de pré-construído. Henry é citado por Pêcheux (1988) a fim de esclarecer essa noção:

Foi isso que levou P. Henry a propor o termo “*pré-construído*” para designar o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é construído pelo enunciado. [...] de modo que um elemento de um domínio inrrompe num elemento do outro sob a forma do que chamamos “pré construído”, isto é, *como se esse elemento já se encontrasse aí*. (PECHEUX, 1988, p. 99)

A ideia de pré-construído busca o sentido a partir de manifestações anteriores do discurso (quem, quando, como isso foi dito?), não a partir da sua origem distante e inalcançável (quem, quando, como isso foi dito pela primeira vez?). Como visto, este

¹³Foucault mantém certa distância da AD em aspectos relevantes. A respeito das relações infinitas entre os discursos (postulado central da AD), Foucault sugere que o estudo do saber seja pela descontinuidade. Além disso, o autor estabelece uma crítica à noção de busca pelo não-dito e sobre os fatores do inconsciente na linguagem. A citação que se faz de Michel Foucault em momento algum pretende posicioná-lo como analista vinculado à escola de estudos linguísticos ou linguístico-discursivos, embora suas contribuições enriqueceram muito o pensamento dos estudos pechetianos. Retomado os textos desse autor, apenas considera-se algumas das suas reflexões como salutares para o que se pretende abordar momentaneamente.

conceito não busca os primórdios de um sentido, mas considera que a materialidade do discurso é passível de interpretação pela memória discursiva. Em outros termos, quando se interpreta um texto, nunca se busca a raiz primera do seu sentido, mas as referências interpretativas que estão próximas para arranjar o seu significado.

É preciso buscar uma instância próxima, junto a influências que fazem o sujeito posicionar-se junto ao discurso.

Então, buscar o interdiscurso no discurso de Jabor, os fatores de proximidades, os discursos de influência no seu tempo e no seu espaço é que oferece as formas de gerar novos sentidos pela história.

Considera-se o comentário¹⁴ que é apresentado na íntegra para análises:

(C. 1)

O debate de domingo serviu para vermos dois lados do Brasil. De um lado, a busca de um "choque de capitalismo", de outro um choque de um socialismo degradado em populismo estadista, num getulismo tardio.

De um lado, São Paulo e a complexa experiência de um estado industrializado, rico e privatista, e, do outro, a voz de grotões onde o Estado (com é maiúsculo) ainda é o provedor dos vassalos famintos. De um lado, a teimosa demanda de Alckmin pelo concreto da administração pública, e, do outro lado, o Lula apelando para pretextos utópicos, preferindo rolar na retórica de símbolo.

Alckmin foi incisivo; Lula foi evasivo. Lula saiu da arrogância do primeiro turno para o papel de "sóbrio estadista injustiçado". Mas escondeu seu mau humor quase ofendido, por ter de dialogar ali com aquele "burguês", limpinho e sem barba. Faltou-lhe a convicção de suas afirmações, pois seu "amor ao povo" não teve a energia do primeiro turno. Ele gaguejou, tremeu, suas frases peremptórias não tinham ritmo, não "fechavam", enquanto Alckmin parecia um cronômetro, crescendo no ritmo e concluindo com fragor. Lula estava rombudo, Alckmin era um estilete. Lula raramente foi contestado assim, ao vivo. Sempre recuamos diante do "Lulinha do povo", imagem que se rompeu domingo.

Houve um leve sabor de sacrilégio na acusação do agora agressivo "ex-picolé de chuchu". Alckmin rompeu a blindagem do Lula, que sempre esteve protegido dos tais escândalos. Alckmin atacou a intocabilidade do operário sagrado e tratou-o como cidadão.

Isso. Lula sempre teve uma aura de intocável. Como se ele estivesse fora da política. Sempre que o Alckmin o encostava na

¹⁴ O texto já foi comentado parcialmente na nota de rodapé nº 11. Convém retornar à nota e rever as considerações sobre o texto.

parede, Lula chamava as verdades proferidas de "leviandades", o que é muito comum no vocabulário petista que nomeia de "erros" os crimes cometidos ou de "meninos", os marmanjos corruptos que transportam dólares na maleta. Os petistas se julgam donos de uma espécie de "meta-ética", uma "supra moral" que os absolve de tudo.

Quando Alckmin o apertava, ele o desqualificava: "Meu Deus... como é que pode, Alckmin? Você está nervoso... Não é o seu estilo...", querendo trancar o desafiante em seu papel de gentil picolé. Diante do pedido de explicações, Lula queria sempre abordar "questões programáticas", como se elas estivessem acima das bobagens de crimes que sempre houve no Brasil. Acontece que os crimes dos mensalões e sanguessugas são a questão principal e também "programática", programática sim, porque esses crimes prefiguram uma política que visa atropelar a democracia. De onde vem o dinheiro? É a pergunta que não cala. Oras, todos sabemos o dinheiro veio desviado ou de fundos de pensão ou de estatais ou de bancos oficiais ou de contratos superfaturados. Só falta o nome do dono da cueca. Tudo está óbvio, mas o óbvio não cola no Brasil. Nós só percebemos as catástrofes, depois que elas acontecem.

Em 2006, ano em que as atenções do Brasil estavam voltadas para a reeleição presidencial, Jabor propôs-se em muitos momentos a comentar os aspectos políticos da nação, as campanhas dos candidatos, os debates televisivos e os escândalos que ganharam um espaço especial na mídia brasileira, dentre eles: o mensalão administrado pelo PT, os dólares escondidos na cueca de representante do governo, dinheiro não declarado compactado em maleta, crise no setor aéreo, escândalo das "sanguessugas", entre outros. Não é objetivo desta reflexão fornecer informações a respeito das verdades e/ou certezas, dos culpados e/ou das impunidades trazidos a tona nos comentários, mas abordar as implicações do sujeito comentarista na superfície do texto, pois elas favorecem as pistas para percepção de suas filiações partidárias, bem como detectar os efeitos de sentido no discurso pelos comentários, pelo dito, pelo não-dito e pelas suas preferências.

O comentário em questão ocorreu dois dias após o debate dos presidenciais que concorriam no segundo turno em 2006, Lula e Alckmin. No trecho, Jabor descreve que o Brasil – não apenas os partidos ou os candidatos, mas a nação – dividia-se em dois pólos. Em todo o texto, esta polaridade é ressaltada. Por esses extremos, destacam-se pontos que servem para análises, que são nomeadas:

- **“O getulismo tardio”**, que interdiscursa com a figura de Vargas e as possibilidades de comparação;

- **“O perigo” comunista**, que estabelece a recuperação da memória a respeito do medo do socialismo que se construiu historicamente;
- **O “burguês limpinho” e o socialista barbudo**, para descrever o imaginário construído sobre a aparência física do militante esquerdista;
- **A altivez socialista**, traçando um percurso sobre a arrogância, a paixão irresponsável dos comunistas que o interdiscurso reproduz.

Para contrapor as FD's, fornece-se ainda um quadro de categorização extraído deste comentário para essas análises:

Alckmin e o PSDB	Lula e o PT
A busca de um choque de capitalismo	Um choque de um socialismo degradado em um populismo estadista, num getulismo tardio.
São Paulo e sua complexa experiência de um estado rico e privatista.	A voz dos grotões onde o Estado (a nação) provedor de vassalos famintos.
Concreto da Administração	Pretextos utópicos
Teimosa demanda (Fator Positivo)	Rolar na retórica de símbolos
Incisivo	Evasivo
	Arrogância, sóbrio estadista injustiçado (ironia)
“burguês”, limpinho e sem barba	Mau humor quase ofendido por ter...
	Faltou convicção, Amor ao povo não teve energia
Cronômetro	Gaguejou, tremeu, Frases peremptórias
Crescendo no ritmo	Não tinham ritmo
Concluiu com fragor	Não fechavam
Estilete	Rombudo
Sabor de sacrilégio	Raramente contestado
Agressivo (Fator positivo)	Lulinha do povo (ironia)
Ex-picolé de chuchu	Imagem rompida
Rompeu a blindagem (elogio)	Protegido de tais escândalos (Fator Negativo)
Atacou (Fator positivo)	Operário Sagrado (ironia)
Tratou (Lula) como cidadão	Aura de intocável (Fator Negativo)
	(Como se) fora da política
Encostava (Lula) na parede	Chamava as verdades de leviandades
	Nomeia de erros os crimes cometidos
	Nomeia de menino os marmenjos corruptos
	Se julga dono de uma meta-ética
	Absolvido de tudo (Fator negativo)
	Dono de uma supra moral
Apertava (Lula) (Fator positivo)	Lula o desqualificava (Fator Negativo)
Seu papel de gentil picolé	
O desafiante	Querendo trancar (Alckmin)
Pedia explicações	Aborda questões programáticas

	(Fator negativo)
	Bobagens de crimes
	Crimes que prefiguram uma política que visa atropelar a democracia.
	Dinheiro desviado: fundo de pensão; estatais; bancos oficiais; contratos superfaturados .
	Falta o nome do dono da cueca (ironia)
	Catástrofe

5.1.1. “O getulismo tardio”

Para compor um perfil de Lula, o discurso do sujeito conta com características históricas como a figura de Getúlio Vargas, no termo “getulismo”.

O termo “populista” refere-se ao governista que trabalha para e pelo povo. Remonta a perspectiva de ser bem aceito. Embora Juscelino Kubitschek tenha sido um grande nome do populismo brasileiro na política, Getúlio Vargas é caracterizado como o mais populista dos presidentes.

Getúlio instituiu no Brasil o “Estado Novo”, regime ditatorial e centralizador, rejeitou a democracia constitucional, mas ao mesmo tempo conseguiu se contituir amável em sua figura pública. Após seu suicídio, em 1954, ele assegura a popularidade máxima entre os presidentes.

Ao caracterizar Vargas, o historiador Page registra que:

Vargas não parecia um ditador: baixinho, gordo, uma figura paternal, conhecido por todos simplesmente como Getulio. Mestre em manipulações políticas e em governar por improvisação, ele, entretanto, operou uma grande mudança institucional ao centralizar grande parte do poder no governo federal. (PAGE, 1972, p. 71)

Os traços reservados a Getúlio como: imagem paternalista, improvisações, centralizador, não parecer um ditador, manipulador político, são reconhecidos em Lula quando Jabor descreve o seu perfil. Para relacionar Vargas a Lula, o comentarista destaca o termo “populismo” em uma perspectiva negativa. A comparação é claramente negativa, mesmo que, para muitos, Getúlio tenha sido um bom gestor, o aspecto de populista é algo fora de tempo. Para Jabor, o populismo de Lula não convém mais para

uma nação com uma mentalidade moderna, pois o Brasil não precisa mais de um presidente “provedor de vassallos famintos”. A personificação de um presidente com as mesmas táticas governistas de Getúlio é uma ideia atrasada, “tardia”. O interdiscurso é posicionado no trecho em que Lula é comparado a Getúlio numa relação de negatividade.

Outra comparação interdiscursiva na qual o sujeito expressa sua visão a respeito da roupagem populista de Lula é no uso do termo “vassallos”, memorando os tempos medievais a fim de caracterizar o quanto o governo é considerado antiquado, pelo comentarista. Nas épocas medievais, o rei agregava súditos em troca de trabalho, homenagens, serviços militares, fidelidade etc.: eram seus vassallos.

Vargas é recuperado para ser equiparado com Lula em outros comentários, como se vê:

(C.3, L. 15)

E também não adianta a urgência populista do presidente.

O comentarista também recupera o interdiscurso por Macunaíma e Maquiavel:

(C.2, L12)

Sim. O Lula, o nosso Maquiavel Macunaíma, é o absolutista do relativo.

Lula é delineado como um presidente popular e sem estratégias governamentais. Um absolutista frenético e sem controle, e por isso, relativiza os problemas da nação. A sombra de Getúlio é, em muitos comentários, trazida junto ao líder do PT para uma sempre possível desqualificação.

Nesse retorno interdiscursivo, é possível voltar a fontes como: “Maquiavel”, comparação que propõe que Lula está ocupado essencialmente em manter-se no poder à custos nem sempre nobres, não sendo necessárias justificativas para quaisquer manobras políticas, desde que se mantenha a capacidade política e o seu lugar como gestor, assim como *O príncipe* livro clássico de Maquiavel ([1469-1527] 2005) doutrina. Ao referir-se a “Macunaíma”, o texto busca uma forma interdiscursiva de ironizar a raiz rural do presidente (nascido em Caetés - Pernambuco). Na comparação com Macunaíma, personagem do livro *Macunaíma* de Mário de Andrade ([1928] 2008), Lula assumiria o papel do protagonista sem caráter. É uma forma de transfigurar o candidato em

“grotesco”, a imagem do “herói ridículo”, figura “caipira” com discursos cheios de “pretestos utópicos”.

Ao posicionar São Paulo (na pessoa de Alckmin) e o restante dos estados (na figura de Lula), o locutor reconstrói um antigo e usual recorte do Brasil. Em muitos momentos históricos, a cidade de São Paulo é considerada o motor e o centro da nação. Mas esse aspecto é remontado ideologicamente. Esse conceito é reconstruído numa combinação de expressões que faz imaginar uma dependência, uma dívida, uma carência e até uma subserviência da nação com relação a São Paulo. Quando descreve que “São Paulo e a complexa experiência de um estado industrializado, rico e privatista”, demonstra as expectativas de uma possível deficiência do Brasil em relação a este estado considerado central. Na verdade, essa contraposição (entre a região industrializada paulistana e as regiões rurais nordestinas) é naturalmente reconhecida entre os brasileiros. Porém, esse chauvinismo paulista sempre tem sido um desconforto para todos.

Consolida-se, nesse contexto histórico-ideológico, a negatividade do governo Lula. Na ótica da construção discursiva de Arnaldo Jabor, Lula é a representação do passado, do medieval, do não ideal, do periférico, de uma administração paternalista e antiquada, ao modelo ditador de Vargas, ao exemplo oportunista de Maquiavel e com o padrão rústico e ruralista de Macunaíma. Alckmin tem característica opostas. Comparado ao “concreto da administração”, pelo comentarista, o candidato do PSDB é a escolha oportuna para que se consolide a administração do futuro.

5.1.2. “O perigo” comunista

A interdiscursividade recobre também à figura de Alckmin, porém numa luta de capitalismo, para o comentarista, o candidato seria a sofisticação do modelo neoliberal que pode dar certo, pois, mesmo sendo capitalista, é um formato que está em “choque” pelo “concreto da administração pública”.

Um administrador ou empresário reformatado (mesmo que nos moldes do sistema do capital) não causa mais tanto temor como a figura do “capitalista selvagem” o “dono dos meios de produção” a quem os socialistas tanto combatiam em seus discursos. Alckmin é esboçado como a imagem do administrador moderno, o novo capitalista e gestor confiável (para o setor público e privado). Jabor ainda usa a expressão “estado industrializado, rico e privatista” para se referir a São Paulo e ao seu

representante (Geraldo Alckmin). Citelli (2004, p. 34) discorre sobre esse novo juízo, o discurso do novo homem do capital:

Ocorre que a palavra capitalismo ficou muito feia, permitindo sua expansão semântica na direção de ideias como exploração do trabalho, discriminação econômica, globalização selvagem, poder de uma classe sobre outra etc. [...] livre empresa, ao contrário, soa menos agressivo revelando uma forma de organização social e econômica aparentemente não contaminada pelas desagradáveis e incômodas lembranças sugeridas pelo termo “capitalismo”.

Para não demarcar a expressão “representante do sistema capitalista” sobre o perfil de Alckmin, Jabor preferiu caracterizá-lo como “concreto da administração pública”, mas associado ao “estado industrializado, rico e privatista”. Mesmo sendo um legítimo representante da classe empresarial, o comentarista preferiu o uso de termos mais brandos para o candidato do PSDB.

A silhueta de um administrador do novo modelo de capitalismo é, para Jabor, um candidato melhor para a nação do que o “Lulinha do povo”. O interdiscurso é retomado das velhas fórmulas prontas, dos velhos discursos esquecidos da época da ditadura: “Cuidado com os comunistas!”

Esse discurso acha no pré-construído fontes infinitas, mas basta lembrar das resistências ao socialismo em muitos livros anticomunistas desde momentos remotos e no Brasil, essencialmente, durante a Ditadura Militar. Segue aqui um trecho de um desses livros como exemplo: “**O perigo comunista** consiste obviamente na possibilidade de uma agressão armada para a conquista do poder. [...] difunde doutrinas de aparência mais ou menos “moderada”, mas que trazem no bojo o “veneno” comunista”. (Tradição, Família e Propriedade - TFP, 1980, p. 21, *grifo nosso*).

O próprio Jabor já expressava semelhante temor ao refletir sobre o poder que o presidente Lula poderia usurpar através dos moldes da revolução socialista. Em um dos comentários, extraído do seu livro *Amigos ouvinte*, Jabor usa o mesmo termo: **perigo**, como se vê:

O perigo que ronda a vitória do PT será a tentação de botar pra quebrar, o tal do machismo revolucionário. Outro perigo é a sabotagem das elites. E também, talvez até pior, a sabotagem de alguns malucos que vivem dentro do PT – pessoas que pensam que ainda estão em 1917, na Rússia, tomando Brasília como se fosse São Petersburgo. (JABOR, 2009, p. 13)

Os dois recortes têm o mesmo alerta: “O perigo...”, e os textos seguem registrando o temor ao comunismo. “O perigo comunista” é desenhado na memória de cada brasileiro sob aforismos cristalizados: “cuidado, ele é comunista!” ou “os comunistas comem criancinhas!”. Esses pré-construídos amarram consigo memórias e textos que perpassam gerações conduzindo o discurso numa infinidade de níveis de temor. O “perigo”, alertado por Jabor, não é a mesma enunciação do “perigo” comentado pela TFP, mas é o mesmo interdiscurso. Por mais estreitos contatos que tenha, esses dois discursos se *tocam* pela ideologia.

Outro texto em que se observa a presença desse interdiscurso é a adaptação do livro *O carteiro e o poeta*¹⁵ (1994) para o cinema. No trecho destacado, há o diálogo do carteiro tentando convencer ao sacerdote da vila a aceitar Pablo Neruda como padrinho do seu casamento. A justificativa para a negação era que o poeta seria comunista. Segue o diálogo:

– Encontrem uma pessoa decente que não seja comunista. Se o Neruda não acredita em Deus... por que Deus deveria acreditar no Neruda? Que tipo de padrinho ele seria? – **o padre estava irredutível.**

– Deus nunca disse que um comunista não possa ser. Então não me caso. – **refutava o carteiro.**

– Você está mais interessado no Neruda ser seu padrinho do que eu ser a sua esposa. – **Beatrice intervía.**

– Minha querida! O Neruda é católico.

– Sei que ele é católico.

– Na Rússia, os comunistas comem criancinhas. Como ele pode ser católico? Ele não parece. – **apelava o padre.** – O Neruda tem uma linda esposa. Ele está ficando velho e não tem filhos. Como você explica isso?

– Então, segundo você, Don Pablo comeu seus filhos?

– Quem pode saber? Minha resposta é não. E digo isso pelo seu bem. [...] Ele não merece ser padrinho da sua felicidade.

Eis a FI formatada na memória discursiva de milhares ao redor do mundo. O perigo comunista chega sob a forma de mitos interdiscursos e por muitas vias: religiosas, políticas, educacionais, midiáticas etc. A finalidade é guiar o voto pelas esferas que forem possíveis, sob as mais diversas explicações, até as mais improváveis justificativas.

Muitos outros textos poderiam ser trilhados para servir de exemplos de que esse discurso não é novo. Cita-se apenas mais um. Um grupo de pesquisadores produziu um

¹⁵ O CARTEIRO e o poeta. Direção: Michael Radford. Bélgica/França/Itália: VF, 1994. 1 filme (109 min.) legendado. Color. 35 mm. (*os acréscimos grifados são para melhor compreensão da narrativa*).

condensado exemplar chamado *O livro negro do comunismo*, suas 896 páginas são destinadas aos registros históricos dos crimes, terror e repressão dos regimes socialistas ao redor do mundo. Destaca-se o trecho:

Do que falaremos, de quais crimes? O comunismo cometeu inúmeros: inicialmente, crimes contra o espírito, mas também crimes contra a cultura universal e contra as culturas nacionais. [...] Contudo, podemos estabelecer um número de um primeiro balanço que pretende ser somente uma aproximação mínima e que necessitaria ainda de uma maior precisão, mas que de acordo com estimativas pessoais, da uma dimensão da grandeza e permite sentir a gravidade do assunto:

- URSS, 20 milhões de mortos,
- China, 65 milhões de mortos,
- Vietnã, 1 milhão de mortos,
- Coreia do Norte, 2 milhões de mortos,
- Camboja, 2 milhões de mortos,
- Leste europeu, 1 milhão de mortos,
- América Latina, 150.000 mortos,
- África, 1,7 milhão de mortos,
- Afeganistão, 1,5 milhão de mortos,
- Movimento comunista internacional e partidos comunistas fora do poder, uma dezena de milhões de mortos.

O total se aproxima da faixa dos cem milhões de mortos. (COURTOIS et al., 1999, p. 16)

O discurso já é corrente, nada novo. O temor aos regimes socialistas percorreu famílias, religiões, escolas e sociedades em geral. Não é intenção, nessa reflexão, discutir fatos, se as estatísticas de Courtois e seus co-escritores são verídicas ou não. Para esse embate, os crimes cometidos pelo capitalismo deveriam também ser contabilizados, o que possivelmente daria uma soma generosa. A intenção da análise é o percurso do discurso, pois é por esse trajeto que o alerta de como “o perigo que ronda a vitória do PT” chega até o leitor. Porém, o dizer do jornalista Jabor é feito num momento muito diferente do texto das outras referências aqui citadas.

Seguramente é pelo viés do interdiscurso, das infinitas formas de transmissão ideológica inconsciente que esse discurso chega ao ouvinte atual como se fosse “recém nascido”. Esqueceram-se todos (leitor e escritor) que embora os nomes “comunismo” e “capitalismo” estejam tão desgastados, os discursos estão vivos e repelem-se muito ainda hoje.

Os discursos velhos, mas com palavras novas, fazem bem a função do comentário. Para Foucault, essa é a tarefa precisa, a função impar do comentário: a

evocação do interdiscurso, e eterna reconstrução em paráfrases dos sentidos já estabelecidos. O autor discorre:

... o comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro*. Deve, conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito. (FOUCAULT, 1996. p. 25)

Seguindo o mesmo princípio, o comentarista, pelo esquecimento que se processa, ideologicamente executa os passos do inconsciente, na ilusão (ainda que momentânea) de que o discurso tem origem no indivíduo.

Voltando ao objeto, nesse discurso de Jabor no texto comparativo com Alckmin, não se vê mais o temor por uma revolução, mas um tema para campanha. Para isso, o comentarista caracteriza dois pólos figurativos que podem ser visualizados no quadro abaixo:

Lula: (Socialismo – Obsoleto)	Alckmin: (Capitalismo Novo – Atual)
Tardio	Experiência
Degradado	Desafiante

Lula é esboçado com adjetivos que são, na verdade, construções irônicas. “Sagrado”, “intocável”, “injustiçado” “protegido”, “ofendido”, “absolvido”, nenhuma dessas palavras tem a real possibilidade de elogio, mas são ironias para decompor a figura do candidato, na medida em que se quer construir a imagem de um falso inocente.

5.1.3. O “burguês limpinho” e o socialista barbudo

A desqualificação da ideologia socialista ainda prevalece sob o formato de ironia no trecho “... [Lula] escondeu seu mau humor quase ofendido, por ter de dialogar ali com aquele ‘burguês’, limpinho e sem barba”. Esse categoria de ironia é, como denominada por Maingueneau (2005) “enunciação irônica”, é um caso particular de polifonia:

A enunciação irônica apresenta a particularidade de desqualificar a si mesma, de se subverter no instante mesmo em que é proferida. Classifica-se tal fenômeno como um caso de polifonia, uma vez que esse tipo de enunciação pode ser analisado como uma espécie de encenação em que o enunciador expressa com suas palavras a voz de uma personagem ridícula que falasse seriamente e do qual ele se distancia pela entonação ou pela mímica, no instante mesmo em que lhe dá a palavra. (MAINGUENEAU, 2005, p. 175)

Usando (como lhe ocorre muitas vezes) a ironia, o enunciador restabelece a voz de Lula e diz “‘burguês’ limpinho e sem barba”, mostrando que é o “outro” na sua voz. O “outro” (que é Lula) falaria isso de Alckmin, pensaria mal do homem que tem asseio com o corpo (já que o comunista é barbudo, sujo e tipicamente grotesco). Na voz retomada pelo sujeito, o “comunista” encenado mostra-se mal humorado ao ter que discutir com o “burguês”. Lula é relacionado ao mau humor, à sujeira (subentendido). Alckmin está ligado à boa aparência, ao asseio. As aparências podem ser vistas na foto, por ela é possível ter a visão que tinha o comentarista para formular os estereótipos dos candidatos.



Figura 6: Foto do debate em 08 de outubro de 2006¹⁶

¹⁶ Disponível em: < http://fotos.estadao.com.br/app_estadao/fotos/img/spacer.gif>. Acesso em: out. 2010.

Dos aspectos físicos, o interdiscurso oferece essa demanda: “socialistas não têm asseio, são sujos, não se barbeiam”, “burgueses são bem cuidados, são limpinhos”. Apesar de a ironia determinar que o socialista é quem pensa assim. Esse fator é considerado pelo comentarista para desqualificar o candidato do PT. O uso do termo “burguês” dentro da ironia não determina uma depreciação de Alkimin, mas define uma intolerância por parte de Lula.

Essa interdiscursividade parece não ser importante, mas boa parte da campanha de Lula voltou-se para a reconstrução de sua aparência. O PT notou que essa imagem descuidada do militante socialista era um pré-construído negativo. Era necessário reconstruir o estereótipo para ser bem aceito. Além disso, para o PT, o voto das classes médias e altas também era importante, por isso, era necessário adequar-se ao estereótipo de político tradicional. Assim, o que fez o partido?

Após as eleições de 2002, primeira vitória do PT para presidência, foi lançado um documentário por título *Entreatos: Lula a 30 dias do poder*¹⁷, dirigido por José Moreira Salles. Esse filme é um recorte de várias filmagens do então candidato Lula – entre os dias 22 de setembro e 27 de outubro, o dia da vitória nas urnas – juntamente com as comemorações. No longa-metragem, pode-se perceber como as tomadas das câmeras de gravação nos camarins, das maquiagens, no salão de cortes de cabelo e barbas são numerosas. O filme mostra mais detalhes sobre escolha precisa do cinto das calças e dúvidas na opção certa pela camisa ou do terno do que debates ou entrevistas. Os assessores estão mais empenhados com os detalhes da aparência, nas formas de comportamento e penteados de cabelos que com o contato com eleitores.

Há, no filme em questão, uma cena em que o ex-prefeito de Salvador, Mário Kertész, aparece no camarim do candidato entre os espelhos da penteadeira, e surge uma conversa sobre nós de gravatas, tipos de roupas etc.

Em 2002, o PT contratou o “marqueteiro” Duda Mendonça para tratar de todos os aspectos da campanha, inclusive da aparência do candidato Lula. Qual a finalidade dessa abordagem? Lembrar que a imagem do esquerdista, soldado, militante, maltratado, que preferencialmente diferenciava-se do burguês limpinho, precisava ser apagada.

A barba mal aparada do sindicalista foi contida, bem como todo seu descaso pelo aspecto visual, para uma campanha mais apreciável, mais aceitável junto a uma

¹⁷ ENTREATOS: Lula a 30 dias do poder. Direção: José Moreira Salles. Brasil: VF, 2006. 1 filme (117min) dublado. Color. 35 mm. NTSC.

sociedade exigente. A ideia de um candidato com aparência guerrilheira era mal vista. Assim o militante socialista precisou driblar a imagem trazida pelo interdiscurso, era preciso reconstruir o estereótipo na memória popular a respeito da aparência que a esquerda trazia. Também era necessário que a classe média se sentisse representada na imagem do candidato petista, pois tal jogo ideológico implicaria no voto. Esse manejo de imagem proporcionou um deslocar na memória discursiva e Lula passou a ser visto como confiável, pois estava formatado ao estereótipo burguês.

Como uma fustigada na memória dos socialistas, a respeito do aspecto físico dos seus militantes, dos gestos típicos da esquerda, Jabor usa esse conjunto de saberes para criticar o candidato a reeleição que há muito já mantinha, estrategicamente, sua aparência “bem cuidada”.

Esse aspecto é usado na forma de campanha contrária, numa investida apelando para o interdiscurso. O sujeito usa a expressão “limpinho e sem barba” para dizer: “petistas são barbudos e sujos e se irritam em ter que dialogar com as pessoas normais da nossa sociedade”.

5.1.4. A altivez socialista

A abordagem sobre a aparência do militante comunista contrasta com outro pré-construído. A altivez dos socialistas mostrada por Jabor. A imagem dos esquerdistas é recriada entre um misto de bolchevistas mal cuidados e arrogantes. Segundo o comentário, essa soberba de Lula decorre de uma “aura de intocável”, o “operário sagrado”, “donos de uma espécie de ‘meta-ética’, “uma ‘supra moral’ que os absolve de tudo”. Esses comparativos traçam uma forma de ver a esquerda brasileira como representante de uma utopia. Um regime que chegou ao poder e, extasiado com sua ideologia, pensa que não precisa responder a nenhuma forma de reivindicações. O socialismo é mostrado como se, tomando o poder, desfrutaria de beatificação, êxtase, intocabilidade. De onde pode vir esse conceito? Ainda recorrendo ao denso dossiê de Courtois, tem-se uma das respostas a essa questão:

Cupidez, apatia, vaidade, fascinação pela força e pela violência, paixão revolucionária: qualquer que seja a motivação, as ditaduras totalitárias sempre encontraram os bajuladores dos quais necessitavam, tanto a ditadura comunista quanto as outras. (COURTOIS, 1999, p. 34)

Esse senso ganha corpo na medida em que o sistema do capital dissemina o pensamento de que a esquerda socialista não tem planejamento, apenas paixão. Isso também é um julgamento velhíssimo. É mais outra forma interdiscursiva recuperada no discurso de um direitista.

É nesse rastro de um socialismo irresponsável que o sujeito traça o reflexo do governo do PT, reconstruindo para o ouvinte uma ponte entre o que diz e o que historicamente a direita já disse a respeito do movimento esquerdista. Na ótica do comentarista, todos os aspectos “frívolos”, como relatados por Courtois: “cupidez, apatia, vaidade, fascinação pela força e pela violência, paixão revolucionária”, estão associados ao candidato do PT.

Para efeito de campanha, o uso da expressão “tratou-o como cidadão” é uma forma de dizer que Alckmin não teme a beatificação de Lula. É um modo de afirmar que não respeita a forma que os petistas agem por se acharem superiores, nobres e deslumbrantes.

Em outro comentário, Jabor ironiza, põe em dúvida a responsabilidade do governo de Lula, com a cordialidade de quem conversa com um amigo (o amigo telespectador):

(C.8, L.8-10)

Gente! O Lula *tá* muito acima dessas bobagens. O Lula ia lá se preocupar se 3 bilhões de reais *tavam* sendo desviados para os mensalões e para o caixa dois do PT?

Assim, o comentarista refaz a figura de Lula pelas trilhas de um formado interdiscursivo, chegando a uma imagem de um militante comunista desenhada durante os embates da Guerra Fria: O socialista é irresponsável, arrogante, acima das justiças e sem causa nobre alguma.

Em alguns momentos do texto, Jabor rotula Alckmin com epítetos que causam ruídos à imagem do candidato: “ex-picolé de chuchu”, “papel de gentil picolé”, chamou de teimoso. Esses indicativos não interferem na imagem construída do político pela crônica, ele (o candidato do PSDB), segundo o teor geral do discurso, continua sendo a melhor opção entre os dois candidatos, já que a opção Lula implicaria em catástrofes que “só percebemos depois que elas acontecem”.

Não é possível abordar todas as ocorrências comparativas ou interdiscursivas. Algumas são destacadas nesta análise. Entretanto, o que se destaca especialmente são as

adjetivações e ações escolhidas para ambos os candidatos. Para Alckmin: incisivo, concreto, estilete, cronômetro, ritmo, rompeu, atacou, desafiante etc. Para Lula: utópico, evasivo, arrogância, gaguejou, tremeu, sem ritmo, rombudo, imagem rompida, catástrofe etc. As comparações são organizadas de forma a serem visualizadas por uma simples leitura.

Para isso, o jornalista não apenas considerou os dois partidos e os dois candidatos, mas dividiu (como já foi mostrado) o Brasil em dois blocos ideológicos. Um foi mostrado com muito brilho (Alckmin – apesar das leves críticas), o outro com aspecto de bancarrota (Lula). Para Jabor, o ouvinte deve se posicionar em um dos dois lados, tendo, é claro, o cuidado de não provocar uma catástrofe ao votar no candidato do PT.

As leituras possibilitam outras significações que possivelmente não se tem de início (numa leitura desatenta e sem levar em conta a interdiscursividade). Considerando um efeito de sentido, é coerente dizer que, em defesa das formas de organização neoliberal, o jornalista expõe abertamente uma afinidade pelo modelo do partido tucano.

5.2. DA ORDEM DA ENUNCIÇÃO (ESQUECIMENTO E PARÁFRASE)

Já foi refletido (no capítulo de abordagem sobre os Dispositivos Teóricos) sobre os postulados linguísticos que estudam as formas de um dizer que poderia ser de outra forma. Esse processo, do qual “nem sempre” temos consciência, está no âmbito da enunciação. Como já visto, o “Esquecimento N° 2” é da “Ordem da Enunciação”, expressão típica dentro dos escritos da AD.

Desde Benveniste que os conceitos forjados para enunciação passaram a ser discutidos com valor central. Esse elemento (juntamente com seu constituinte: o enunciado) ganha importância e o instante da enunciação passa a ser único para quase todos os apreciadores dos estudos deste aspecto da linguagem.

O termo enunciação passa a figurar a partir de sua exploração com vários desdobramentos e maneiras de compreendê-la: como “Aparelho Formal da Enunciação” para Benveniste (1989); como “Cena Enunciativa” para Maingueneau (2005); a “Função Enunciativa” de Foucault (1987); como “Ordem da Enunciação” para Pêcheux (1988); como “Formas da Enunciação” para Bakhtin (2006); ou “Heterogeneidade Enunciativa” com Authier-Revuz (MALDIDIER, 2003), dentre inúmeras expressões

que se tornaram típicas pelas abordagens e contribuições desse e de muitos outros teóricos.

Para tentar sintetizar o entendimento sobre enunciação, é preciso considerar indispensáveis citações. Possenti (POSSENTI, 2004b, p.375) descreve que há duas concepções de enunciação: a primeira diz respeito aos fatores dêiticos (situacionais) linguísticos e discursivos, esses fatores tornam o instante em que se enuncia algo em único. Para uma concepção geral de enunciação, considera-se que o enunciado pode ser repetível, mas o momento em que ele é dito e os fatores que envolvem este momento são únicos, tornando a enunciação singular e impossível de se repetir.

Para conceber a segunda ideia de enunciação, a citação seguinte seria a melhor possível. Segue o texto de Pêcheux e Fuchs:

Diremos que os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que tem por característica colocar o “dito” e em consequência rejeitar o “não-dito”. A enunciação equivale, pois, a colocar fronteiras entre o que é “selecionado” e tornando preciso aos poucos (através do que se constitui o “universo de discurso”), e o que é “rejeitado”. Deste modo se acha, pois, desenhado, num espaço vazio o campo de “tudo o que teria sido possível ao sujeito dizer (mas que não diz)” ou o campo de “tudo o que se opõe o que o sujeito disse”. Esta zona do “rejeitado” pode estar mais ou menos próxima da consciência a questões do interlocutor – visando a fazer, por exemplo, com que o sujeito indique com precisão “o que ele queria dizer” – que o fazem reformular as fronteiras e re-investigar esta zona. Propomos chamar este efeito de ocultação parcial esquecimento nº 2 e de identificar aí a fonte da impressão de realidade do pensamento para o sujeito (“eu sei o que eu digo”, “eu sei do que eu falo”). (PÊCHEUX e FUCHS [1975], 1997, p. 175 e 176)

Esse conceito estabelece uma fronteira entre o que é dito e o que poderia ser dito em seu lugar. Esse valor invisível, inexistente na materialidade provoca uma inquietude e faz com que tenha tanta (ou mais, às vezes) importância do que o que é dito efetivamente. Essa é, para a AD, a concepção de enunciação que mais importa.

O fato é que, para a AD, esse valor do que não foi dito foi esquecido. Ou seja, o sujeito escolheu dizer algo e esqueceu-se que aquilo poderia ser dito de outra forma, exatamente o conceito de “Esquecimento Nº 2” pela “Ordem da Enunciação”.

Embora muito ainda se possa discutir sobre esse termo (e que já foi feito amplamente por muitos teóricos) considera-se que já foi tratado razoavelmente em capítulos anteriores. Assim, pretende-se focar o valor de troca que esse princípio

oferece, ou seja, o método de trabalho que o semiconsciente oferece, por meio das substituições de termos que poderiam ser ditos em lugar do dito, para que um efeito de sentido tenha outros modos de significar.

As próximas análises serão efetuadas considerando o “Esquecimento Nº 2” como dispositivo analítico de trechos dos comentários de Jabor. A partir desses exames, é apresentada uma conclusão do que pode ser uma interpretação do dizer desse sujeito do discurso.

5.2.1. O saudosismo político

O governo que antecedeu ao do PT na Presidência do Brasil, foi o do PSDB, representado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (nacionalmente conhecido como FHC – abreviação que se passa a usar neste texto). O seu partido governou a nação por 8 (oito) anos, durante 2 (dois) mandatos (1995 à 2002). Essa linha temporal é relembrada porque têm importância para esta análise, pois são pelos fatores dessa periodização que se fazem as próximas reflexões sobre os comentários de Jabor.

É importante não esquecer que os comentários transcorrem durante os anos em que as campanhas para eleições presidenciais estão em pleno desenvolvimento, e os propagandistas e marqueteiros (oficiais ou não) em busca dos eleitores estão em labor constante.

Considerando o primeiro comentário:

(C. 2, L. 8 – 9)

Tirando a eficiência do Banco Central da macro-economia herdada, não há um só ato de gestão.

Pode-se considerar os seguintes efeitos de sentido: “Tirando a eficiência do Banco Central da macro-economia **que provem do governo anterior**, não há um só ato de gestão”, ou ainda “Tirando a eficiência do Banco Central da **excelente** economia herdada, não há um só ato de gestão”.

Nesse trecho, Jabor avalia que há um (e apenas um) setor que funciona eficientemente na gestão de Lula, porém este setor não é hábil por causa da eficácia do governo atual, mas por atitudes do governo anterior, em função da herança de uma boa administração antecedente. Porém as palavras “herdada” e “macro” camuflam uma predileção pelo PSDB, o espectador não se atenta imediatamente para este aspecto

eufórico, pelo que as razões conscientes (que não são as principais) do dizer estão na crítica ao governo atual, e não na preferência política pelo governo anterior (que é o que importa). Em outros termos, pode-se elaborar um gesto de interpretação que signifique o seguinte: Importa muito mais, ao comentarista, exaltar o governo de FHC do que criticar o governo Lula.

Em outro comentário semelhante Jabor expressa sua admiração pelo processo econômico do governo anterior: “... até agora, Lula não precisou governar muito. Recebeu a herança bendita do governo anterior na macroeconomia, teve a sensatez de manter técnicos competentes como Palocci e Meirelles”(JABOR, 2009, p.89). É através desse deslizamento de sentidos que se manifesta o semiconsistente da linguagem. São as palavras “herdada” e “macro” que oferecem o indicativo para um novo sentido. A crítica na verdade é uma propaganda do produto político das eleições seguintes. As muitas outras reflexões sobre a preferência partidária por meio de uma comparação temporal esclarecem que essa interpretação tem muito a significar.

Em outro trecho do mesmo comentário, tem-se:

(C. 2, L. 5 – 8)

Nunca antes vimos tantos fatos inconclusos, escândalos esquecidos. [...] A política do “é assim mesmo” desse governo, que nos deixa ver às claras o que antes era feito com vergonha, provoca um desencanto geral da nação.

A fim de analisar pela ordem da enunciação, transformam-se os textos para: “Nunca **em governos anteriores** vimos tantos fatos inconclusos, escândalos esquecidos. (...) A política do ‘é assim mesmo’ desse governo, que nos deixa ver às claras o que **no governo de FHC** era feito com vergonha, provoca um desencanto geral da nação”. Ainda é possível repensar a ordem em: “antigamente, fatos inconclusos, escândalos... era feito com vergonha”.

Os advérbios “nunca” e “antes” (nas duas ocorrências) imprimem mais uma vez as possibilidades do sentido estar voltado para a comparação dos dois governos (PT e PSDB). Jabor conta com a possibilidade estilística de usar um jargão típico de Lula: “Nunca antes na história desse país”, para construir o seu texto. Esse aspecto literário embeleza o comentário conduzindo o telespectador para uma campanha que não se apresenta claramente, mas pela camuflagem. Assim, quando se substitui os advérbios pelos termos que marcam efetivamente o governo de FHC, percebe-se que, de forma

semiconsciente, manifesta-se o não-dito. Ao analisar as possibilidades de comparação feitas pelo sujeito, nota-se que para o comentarista, até mesmo os escândalos, fatos inconclusos e outros tipos de disparates políticos do governo anterior eram mais honrosos. Executados antigamente, mas “com vergonha”. Até os fatores negativos da administração anterior são mais preferidos que os do governo em curso.

Em outro comentário, a linha temporal de comparação de governos ganha também dimensão e importância:

(C. 7, L. 12 – 14)

Em 93, a inflação foi de 2.500%. “Cléc, cléc, cléc” Lembram dos supermercados? O terrível não é o que não estão fazendo com essa chance que houve até agora, o triste é pensar no que poderiam ter feito.

Para demarcar a ordem do discurso, esse trecho pode ser repensado pelo seguinte efeito de sentido: “**Antes de FHC assumir a presidência**, a inflação foi de 2.500%. “Cléc, cléc, cléc” Lembram dos supermercados? O terrível não é o que não estão fazendo com essa chance que houve **desde a intervenção de FHC**, o triste é pensar no que poderiam ter feito”.

Não se pode esquecer que o PSDB assumiu a presidência em 1995. Portanto, faz sentido usar o marcador temporal “Em 93” para considerar que a inflação foi controlada a partir do governo de FHC (o que historicamente é verdade). Outro marcador de tempo é “até agora”. Pelo Esquecimento Nº 2, é possível buscar, nas fronteiras da enunciação, outros termos que poderiam figurar no lugar dessas expressões. Percebe-se a aprovação do governo tucano por Arnaldo Jabor a partir da substituição dos termos. No trecho seguinte, ocorre uma manobra enunciativa muito engenhosa: se a expressão “até agora” for substituída por “desde a intervenção de FHC”, é possível notar o efeito da euforia discursiva no sentido de exaltação ao governo anterior. Isso constrói a ideia de que a oportunidade que o PT tem de estabilizar o país ainda existe, e só existe pois o antigo governo possibilitou essa “chance”. O sujeito aproximou, no seu texto, o informe sobre a inflação contida por FHC e a chance de estabilizar o Brasil, possibilitando a interpretação de que um fator está historicamente ligado a outro. Em outras palavras: a chance de um bom governo foi dada ao PT pelo PSDB, mas ela está sendo desperdiçada.

O próximo trecho é um fragmento de um comentário sobre um debate entre Lula e Alckmin. Após ampla defesa aos tucanos, Jabor encerra o texto com o seguinte posicionamento:

(C. 1, L. 36 – 37)

Tudo está óbvio, mas o óbvio não cola no Brasil. Nós só percebemos as catástrofes, depois que elas acontecem.

Ao transformar a ordem do texto (mas não a do discurso), têm-se possibilidades de sentido como: “Nós só percebemos as catástrofes. Depois que **elegermos Lula**. Tudo está óbvio, mas o óbvio não cola no Brasil” ou ainda “Tudo está óbvio, mas o óbvio não cola no Brasil. **Vocês** só percebem as catástrofes, depois que elas acontecem”.

Ao usar o termo “catástrofe”, Jabor refere-se à administração do PT e a todos os aspectos que envolveram o governo antes da reeleição. Reeleger Lula, para o comentarista, é garantia de catástrofe, isso está óbvio para o sujeito do discurso. Esquece-se que, por declarar sua negação à reeleição, o jornalista está enunciando que Alckmin, que concorrente pelo PSDB, deve ser eleito, já que o debate ocorreu no segundo turno, quando apenas dois candidatos concorreram ao cargo.

Além de comparar a reeleição a uma catástrofe e defender o candidato de oposição, esses aspectos são lançados diante dos ouvintes¹⁸ que se tornam responsáveis pelo desastre, se estes votarem em Lula. Quando Arnaldo Jabor usa o termo “nós”, mesmo utilizando o pronome na (1ª) primeira pessoa do plural, está discursivamente dizendo “vocês”, (2ª) segunda pessoa plural, já que ele (o jornalista) está esclarecido do óbvio, claramente ele não faz parte dessa massa que não enxerga o que está claro e pode votar equivocadamente.

Há trechos em que a campanha do comentarista ganha um tom profético e uma interpelação conduzida como um prognóstico. Um futuro desastroso e óbvio espera o Brasil, a menos que votem em Alckmin.

Em outro comentário:

(C. 4, L. 7 – 8)

Há dez anos, a dívida das prefeituras era de 4 bilhões. Hoje estima-se entre 15 e 40 bilhões de reais.

¹⁸ Comentário que foi ao ar na Rádio CBN, portanto o uso de ouvinte em lugar de telespectador. (Em 10 de outubro de 2006).

Mas uma vez os comentários podem ser refletidos e repensados seguindo o princípio de que o texto poderia ter sido dito de outra forma, como as que se seguem: “**Com FHC**, a dívidas das prefeituras era de 4 bilhões. **Com Lula** estima-se entre 15 e 40 bilhões de reais”, ou “**No governo do PSDB**, a dívidas das prefeituras era de 4 bilhões. **No governo do PT** estima-se entre 15 e 40 bilhões de reais”.

Os marcadores de periodização agora são “Há dez anos” (no governo de PSDB) e “Hoje” (governo do PT). Uma dicotomia clara de comparação. Porém, sem especificar os partidos nem os governantes, a campanha mantém-se dissimulada. Na substituição que a enunciação oferece, as formas de sentido claramente deslocam a atenção da crítica ao governo atual para a campanha do governo anterior (que será representado nas eleições seguintes).

Ainda se pode considerar um último sobre temporalidade:

(C. 7, L. 4 – 5)

Porque o que inquieta é que essas pessoas otimistas e seguras de hoje foram contra o Plano Real em 94.

Pela ordem da enunciação, pode-se perceber a significação pela modificação seguinte: “Porque o que inquieta é que essas pessoas otimistas e seguras de hoje foram contra **FHC**”.

Para finalizar, o marcador adverbial de tempo “em 94” mais uma vez configura a primazia do comentarista pelo partido de oposição. Com a troca dessa expressão sintagmática por “FHC” compreende-se, pela enunciação (pelo que não é dito), a existência de uma campanha comparativa em favor do PSDB. Como se vê, a AD permite o deslizamento para que o texto signifique novamente, desfazendo a ilusão da transparência da linguagem.

O que parecia transparente era: “Arnaldo Jabor é apenas um crítico político” e ainda “o crítico não tem preferências”. O efeito de sentido atribuído pelas análises dos esquecimentos constrói uma réplica para essa afirmação.

É possível que o comentarista tenha (suas) razões e inquiete-se por causa de todas questões colocadas contra o governo do PT, mas teria o direito, no lugar de comentarista, de adotar uma posição política declarada num espaço nacional de telejornalismo?

Observando o geral dessas análises que se baseiam na temporalidade, é preciso notar que o efeito de sentido que essa análise discursiva oferece não deve estar ligado apenas nas possibilidades de interpretação linguística. Embora pesquisas de enunciação possam isolar-se unicamente na análise da língua, importa para a AD a ordem do discurso, o seu funcionamento. Assim, outros fatores como o político, o histórico, o ideológico etc. – que conduzem o sujeito – devem ser levados em conta a partir do texto *corpus* em questão.

Essas análises proporcionam a visualização de famílias parafrásticas em favor de FHC.

5.2.2. O anticomunismo ressuscitado

Pelo mesmo modelo de análise do Esquecimento da Ordem da enunciação, procura-se, a partir da opacidade da linguagem, estabelecer um gesto de interpretação que observa a seguinte hipótese: o comentarista estabelece uma investida ideológica a todas as formas atuais de socialismo (ou o que restou do pensamento marxista) e a todo modelo de governo que não seja neo-liberal.

Para essas análises, os principais componentes lingüísticos a serem observados são as expressões e os termos substantivados e adjetivados.

Para iniciar a análise, seleciona-se o seguinte trecho:

(C. 5, L. 12 – 14)

...essa greve serviu também pra mostrar que o governo sindicalista-bolchevo-lulista não tem plano algum *pra* resolver a crise.

Para a próxima análise, transforma-se o comentário para: “Essa greve serviu também pra mostrar que o governo **comunista** não tem plano algum *pra* resolver a crise”, ou para “O governo **comunista** tem **uma crise**, sofre uma **greve** e não sabe **resolver**”.

A expressão adjetiva “sindicalista-bolchevo-lulista” para caracterizar o substantivo “governo” pode ser vista como um arranjo literário, ou seja, o comentarista criou um neologismo composto para expressar uma crítica. A expressão composta merece ser observada separadamente. a) sindicalista: já que o termo sindical serve para

designar uma instância política em favor do trabalhador, o uso dessa palavra sugere uma retaliação do PT contra o próprio PT, visto ser um partido de base sindical e por ser pressionado por uma greve. Então, é fator negativo de ser sindicalista e ser da base do governo ao mesmo tempo; b) bolchevo: abreviação de bolchevista¹⁹, aqui há o uso evidentemente pejorativo e crítico da palavra que simbolizaria os valores comunistas do PT, também é uma forma de generalizar o pensamento esquerdista no termo composto; c) lulista: Jabor constrói um adjetivo a partir do nome de Lula, assim, pelo neologismo, engloba a ideologia do partido em um único adjetivo, como se consumasse em um termo as novas práticas políticas. Sobre este nome também recaem os supostos ditos do governo.

O uso de termos que simbolizem os ideais marxistas é feito de forma disfórica, e explorar o termo “sindicalista” é essencial para composição do discurso, pois mostra como é contraditório existir uma greve para reivindicar algo em governo dito sindicalista.

Associar as dificuldades do governo aos termos que tem denotação esquerdista é um modo de conectar os tropeços da administração à ideologia do seu partido. Visualiza-se, nesse formato de embates, que o sujeito transita entre as Formações Discursivas.

Num próximo trecho:

(C. 6, L. 20 – 22)

E um “não” de um esquerdista de carteirinha, de um bolchevista como o Zé Dirceu, tem um peso maior porque eles sabem dizer não sem um tremor, pois acham que lutam por uma causa nobre.

O discurso torna-se mais evidente quando repensado nessas outras palavras, que poderiam ser ditas: “um esquerdista, um bolchevista **não** luta uma por uma causa nobre.”

Nesse caso é necessário observar não apenas os termos substantivados, mas o predicado que oferece uma ordem discursiva importantíssima. “acha que” equivale a “não”. Não é custoso perceber essa equivalência de sentido nessa troca. O literato Jabor está usando um discurso numa ordem invertida de texto. Como exemplo semelhante, quando um pai diz ao filho:

¹⁹ Termo usual para caracterizar os militantes comunistas na época da Guerra-Fria.

“Você **acha que** pode chegar a essa hora da noite”.

Mesmo em tom afirmativo o sujeito na verdade (na ordem do discurso) está declarando:

“Você **não** pode chegar a esta hora da noite”.

Mesmo considerando que os papéis sociais da ilustração pai-filho são diferentes, dizer “acham que” é o mesmo que dizer “não”. Esse exercício interpretativo confirma que é possível estabelecer um efeito de sentido assertivo à hipótese de que em defesa das formas de organização neoliberal, o comentarista recupera, no seu discurso, o anticomunismo.

O comentarista esqueceu-se de que está dizendo:

“O PT **não** luta uma por uma causa nobre.”

Observa-se que não importa a organização sintática da língua, mas a ordem do discurso, como o discurso funciona, como afirma o texto de Orlandi:

Na análise, não é a relação entre, por exemplo, sujeito e predicado (SN e SV) que é relevante, mas o que essa organização sintática pode nos fazer compreender os mecanismos de produção de sentidos (lingüístico-históricos) que aí estão funcionando em termos da ordem significante (ORLANDI, 2007, p. 46)

Esses esclarecimentos foram necessários para justificar a mudança mais radical que se faz no texto *corpus*.

Segue-se o próximo fragmento do comentário:

(C. 6, L. 23)

O “não” foi quem construiu a grandeza de um Stalin, de um Mao Tse-tung.

Pondera-se que o texto poderia ter sido dito: “O ‘não’ foi quem construiu a grandeza do **comunismo**” Ou ainda: “O ‘não’ foi quem construiu **as mazelas do comunismo**. (*considerando a ironia*)”. Primeiramente pode-se observar os dois substantivos próprios Stalin e Mao Tse-tung. O universo socialista agora é, no texto, representado por duas grandes personalidades do mundo e época do comunismo. Entretanto o “não” é apresentado no texto como a invenção de caráter errôneo do governo comunista e portanto, de Lula. Assim, para o sujeito do discurso – à semelhança das ruínas do governo Lula – estão os seus predecessores socialistas Stalin e

Mao Tse-tung. Muitas outras escolhas poderiam ser feitas como Lênin e Fidel Castro. Mas esses nomes soariam mais positivamente (por motivos históricos) e não provocariam o valor contraproducente para onde o discurso flui.

O termo “grandeza” tem valor irônico. A percepção dessa figura retórica nem sempre fica clara, sobretudo num texto escrito, por isso, para assegurar que seja mesmo uma ironia, o texto merece ser recuperado inteiramente:

Uma das maiores obras do governo Lula foi a invenção da palavra “não”.

– O Senhor sabia?

– Não.

– O Senhor levou propina?

– Não.

– Mas a grana tá aí na sua mão!?

– Não, o dinheiro tá passando pela minha mão, mas vai continuar viagem.

Ou num nível mais prosaico, o sujeito sai correndo do galinheiro com a galinha:

– O senhor roubou a galinha?

– Como, ela tá aí debaixo do seu braço!?

– Estou levando ela *pra* passear, não é?

– Có-có-có-có...

O “não” tem um poder de convencimento profundo, ajudado pelo seu companheiro, o tempo, ajudado pelo seu camarada “a falta de memória da gente”. O “não” vai impondo a nós espectadores a progressiva sensação de irrealidade. Aos poucos:

– É, nada aconteceu, estávamos todos loucos, somos uns maldosos!

E um “não” de um esquerdista de carteirinha, de um bolchevista como o Zé Dirceu, tem um peso maior porque eles sabem dizer não sem um tremor, pois acham que lutam por uma causa nobre. Se acham melhores que a justiça, melhores que nós. Estão acima de roubos, delitos da burguesia. **O “não” foi quem construiu a grandeza de um Stalin de um Mao Tse-tung.** Tudo pode ser negado. O sim é coisa de fracos. Celso Daniel morreu? Não.

Basta uma leitura casual para notar que ironia é a figura de retórica predominante no comentário, destacam-se algumas rapidamente: “Uma das maiores obras do governo Lula foi a invenção da palavra ‘não’”. De modo seguro, é possível afirmar que Jabor não acha que essa invenção seja uma grande obra. “– Estou levando

ela *pra* passear, não é?”. “Celso Daniel²⁰ morreu? Não”. Uma forma irônica de demonstrar a indignação pela morte do ex-prefeito da cidade de Santo André.

A palavra “grandeza” propõe um significado negativo, mesmo que o sujeito esteja se referindo ao ex-império potente do segundo mundo, mas também ironiza que essa grandeza é degradante e expressa mazela em sua essência. A garantia de que a ironia conduz esse texto é que todos os representantes do socialismo listados no comentário (Lula, Zé Dirceu, Stalin, Mao Tse-tung) estão, no texto, relacionados à questões negativas.

Assim, é necessário que o comunismo seja associado às personalidades que exprimam um caráter contraditório e que tenham um histórico menos aceito pelo telespectador (pelo menos diante do pré-julgamento do comentarista).

Ducrot (1987) desenvolve as divisões entre locutor e enunciado, a partir deste princípio é possível explicar o funcionamento da ironia. Visto que o locutor (Jabor), responsável pelo enunciado, está evocando enunciadores (Lula, Zé Dirceu, etc) que seriam responsáveis pelo discurso. Do ponto de vista da ironia, o discurso do enunciadador está sempre em detrimento, é criticável, repreensível e digno de desprezo pelo locutor.

Ao reconstruir o universo esquerdista nos termos “bolchevista”, “esquerdista comunista de carteirinha” etc., o jornalista esquece-se de que está refazendo também os seus opositores, que na época eram os capitalistas, burgueses, imperialistas, etc. Não é possível assegurar, como há décadas atrás, que tal eleitor é adepto de tal ideologia política, pois o mundo não é mais dividido em dois polos (como o era na época da Guerra Fria). Porém, o cronista recria esse dueto em seus comentários. Nessa antiga dicotomia, ou os homens posicionavam-se de um lado ou de outro. Recriado tal universo político dentro das crônicas, o comentarista (pelo semiconsciente) está posicionando a ele mesmo do lado capitalista desse obsoleto sistema.

Esse posicionamento semiconsciente manifesta-se também no próximo recorte:

(C. 2, L. 13 – 14)

²⁰ Celso Daniel: ex-prefeito de Santo André assassinado em 2002. Após seqüestro, crivos de balas e abandono do corpo, as infrutíferas investigações não deram conta de um fechamento efetivo do caso. Muitas especulações surgiram sobre mandantes do crime. Dentre elas, que o prefeito teria descoberto um esquema de “caixa dois” entre os petistas para sustentarem campanhas políticas e que teria pretensão de levar o caso à justiça, tendo por isso sido morto em um plano de “queima de arquivos”.
<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2010/11/celso-daniel-morreu-para-encobrir-desvio-para-campanhas-diz-mp.html>

E, no entanto, graças à economia mundial, aos trabalhos dos empresários, o desemprego tá caindo. A inflação continua sobre controle.

Para repensar o discurso, pode-se considerar as seguintes possibilidades de efeito de sentido: “E, no entanto, graças à economia mundial, **ao modelo capitalista**, o desemprego tá caindo. A inflação continua sobre controle” ou também “E, no entanto, graças **às grandes empresas, ao modelo capitalista, o pobre pode trabalhar**. A inflação continua sobre controle”. Ou seja, Deve-se agradecer aos empresários, aos capitalistas, pelos empregos que se tem e pelos preços controlados dos nossos alimentos e produtos.

Muitos outros modos de dizer podem ser recuperados através da enunciação. Mas estes bastam para estabelecer uma significação que não pode ser negada, mesmo que se apresente aqui apenas como efeito de sentido. Ocorre que, nas concepções do comentarista Jabor, o aumento da oferta de emprego e o controle da inflação não dependeram do governo do PT, nem de conquistas populares, mas do trabalho dos empresários e da economia mundial. Por isso, o sujeito acredita que se deve agradecer ao modelo do regime do capital. A expressão “graças à” põe em posição de destaque e favorecimento os seguintes referente: “economia mundial” (que se refere às grandes corporações), “trabalho dos empresários”. Deve-se, portanto, agradecer ao modelo do regime do capital. “Graças à” é uma escolha muito própria, pois revela a filiação do sujeito. Ou seja, os trabalhadores seriam ingratos se não reconhecessem o trabalho das grandes empresas que proporcionam uma economia estável, é preciso então render agradecimento ao modelo econômico e aos empresários pela possibilidade que se tem de trabalhar e pela inflação controlada.

Os recortes desta subseção listam as famílias de paráfrase que permitem visualizar como o discurso estabelece-se em detrimento do socialismo.

Citelli comenta sobre a defesa que muitos empresários fazem camufladamente ao regime capitalista, mas recuam diante dos termos “capitalismo” “imperialismo” etc. Como se vê a seguir:

É muito raro que esse empresário reformatado empenhe-se numa aberta defesa do capitalismo; palavra, aliás, da qual fogem como o diabo da cruz. As homenagens são agora para o regime de livre-empresa, de livre iniciativa, de livre concorrência, termos todos que indicam possibilidade de exercício de justiça social, de equânime distribuição de renda. (CITELLI, 2004, p.33)

Essa bem formulada reflexão sugere que a aberta defesa ao capitalismo é um procedimento que mesmo o capitalista (ou seus baluartes) não o fazem. Não se defende abertamente um modelo econômico que tem imagem de pernicioso e explorador. A menos que se esqueça que está fazendo a defesa. Pela ficção de que a linguagem é transparente, o comentarista não percebe que a enunciação diz, pois pelo simbólico se produz as manobras e se diz sem dizer. Assim, para Jabor – numa simples análise de conteúdo – a classe empresarial é responsável pelo momento estável da economia, eliminando qualquer crédito às conquistas populares ou ao mérito do governo em curso pelo equilíbrio econômica do Brasil – ao contrário do que o pensamento socialista acredita.

Pelos comentários estudados, pode-se conduzir o sentido do texto (que não é único) para a seguinte interpretação: o sujeito do discurso posiciona-se em FD de não apoiar as ideologias simpatizantes aos modelos socialistas em suas mais atuais e vastas configurações. Esse partidarismo tornar-se cada vez mais evidente, através da AD e seus dispositivos de interpretação.

Em AD, nunca se esgota tudo o que se poderia investigar num objeto. Portanto, apesar das muitas páginas que demonstraram essas possibilidades de compreensão, muito se poderia ser escrito sobre esses e outros comentários. Para atestar esse fator, Ferreira comenta:

As análises não têm a pretensão de esgotar as possibilidades de interpretação, da mesma forma que os conceitos-chave da teoria estão sempre se movimentando, reordenando, reconfigurando, a cada análise. E isso se deve à marca da incompletude. A incompletude caracteriza e distingue todo o dispositivo teórico do discurso e abre espaço para a entrada em cena da noção da falta, que é motor do sujeito e é lugar do impossível da língua, lugar onde as palavras ‘faltam’ e, ao faltarem, abrem brecha para produzir equívocos. (FERREIRA, 2005, p. 46)

Se sempre há mais reflexões para se dizer dos materiais investigados significa que sempre há incompletudes nas análises. Ainda que esse trabalho pareça satisfatório ao analista, deve ser considerado aberto, incompleto, a espera de novas leituras que faltam e sempre faltarão. São nas incompletudes que residem as próximas interpretações, as próximas leituras, pois foram desses vazios que nasceram as razões e questões para esta pesquisa.

6. O SUJEITO E A INTERPRETAÇÃO

Que se pode dizer das preferências do sujeito Jabor por meio das análises realizadas? Que, por meio de uma forma interpretativa, há uma afinidade entre as correntes políticas do Partido Social Democrata Brasileiro? Sim. Esse é o gesto de interpretação proporcionado por essa análise. Porém, para que o sujeito da análise não permaneça ilhado numa interpretação estanque, é necessário finalizá-la apontando para alguns traços que esclarecem outras questões que envolvem o sujeito.

Para isso, são apresentados alguns comentários de Jabor:

Lula trouxe a grande mudança para a esquerda brasileira. [...] Lula trouxe o realismo político e a luta pelo progresso no país, a visão do possível, da política de resultados, [...] se organizam fisiológicos, demagogos e populistas para que o atraso volte a comandar e imperar no Brasil, [...] esses homens que se preparam no escuro querem a volta de um país sem projeto, sem rumo. Odeiam que Fernando Henrique e Lula tenham um projeto social-democrata para o Brasil. (JABOR, 2009, p. 24 e 25)²¹

Ora, como pode haver contradições tão evidentes nos discursos? O mesmo jornalista que faz críticas ferrenhas também escreve elogios ao candidato petista. No trecho (que data de 2003, apesar de publicado em 2009), o escritor Jabor chama agora as pessoas que militam contra Lula de populistas. Jabor diz que os que militam contra o PT no governo “querem a volta de um país sem projeto, sem rumo”. Assim o jornalista, contrariando tudo que disse em outros comentários, classifica o governo petista como realismo político e luta pelo progresso, comparando o governo de Lula com o FHC, visto que ambos desenvolveram igualmente projeto social-democrata para o Brasil. Como se pode operar com um sujeito que marca discursos que se contradizem? Ocorre que esse fato é natural no sujeito e na linguagem. Fato é que o sujeito é atravessado por diversas FD diante das FI. As contradições, os equívocos, são marcas de novas significações de atravessamentos de discursos que são recuperados em condições de produções diferentes, daí decorrem materializações diversas. Orlandi discorre sobre essas contradições que ocorrem dentro de um mesmo texto.

A constituição do texto, do ponto de vista da ideologia, não é homogênea. O que é previsível, já que a ideologia não é uma máquina

²¹ Comentário de 28 de agosto de 2003.

lógica, sem descontinuidades, contradições, etc. É isso que as diferentes posições do sujeito representam no texto. (ORLANDI, 1993, p. 54)

Ora, se as contradições aparecem dentro de um mesmo texto, numa mesma época, ainda mais apareceria quando se comparam textos de momentos históricos distantes, como é o caso da grande maioria dos comentários analisados nesse trabalho, e em especial desta citação.

O posicionamento que Jabor admitiu em 2003 não apresenta as mesmas condições de produção, o mesmo momento histórico, os mesmos processos discursivos, etc., que os textos mais recentes (do *corpus*) apresentam.

Outro texto que demonstra como o sujeito é clivado pela diversidade de FD e assume opiniões diferentes é o que se segue:

Pode ser que mais adiante, a humildade do Lula e seus petistas, a humildade dos tucanos e seus aliados, todos reconhecendo que não sabem o que fazem, façam com que eles percebam que somente um mutirão acima de partidos, além da pressão contínua da sociedade civil poderá vir a ajudar. (JABOR, 2009, p.48)²²

Nesse texto, que surge 3 (três) anos antes do debate entre Lula e Alckmin, ao contrário dos outros comentários de Jabor, não se pode afirmar filiação alguma, o que se tem no trecho parece ser um comentarista apolítico, um sujeito desconectado das FDs dos partidos e de suas ideologias. Teria Jabor agora rompido com convicções anteriormente marcadas em outros comentários? As filiações declaradas, os litígios proclamados, novas coligações teriam feito o sujeito declinar de suas preferências?

A tarefa pretendida nesse espaço, nesses últimos parágrafos, é justamente mostrar que o sujeito da linguagem não é único, não está confinado a uma única FD, as condições de produção não são regulares, as teias que constroem os discursos são mais trançadas do que parecem. Ao contrário do que regulava as primeiras etapas da AD francesa – que foi reconhecendo novos rumos –, o sujeito do discurso é atravessado por várias FDs e se coloca em posições diferentes. Como esclarece Orlandi:

É preciso não pensar as formações discursivas como blocos homogêneos funcionando automaticamente. Elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são

²² Comentário de 22 de maio de 2006.

fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações. (ORLANDI, 2009, p. 44)

Esse recorte parece justificar as contradições existentes no discurso de Jabor, no sentido dos textos que se modificam no percurso histórico. Essas contradições põem o sujeito em posições diferentes a depender do momento e da história. O que faz confirmar o conceito de que o sujeito não é o indivíduo em si, na verdade o sujeito é um espaço a ser ocupado por um indivíduo quando este é interpelado pela ideologia que vigora sob as FDs no instante do acontecimento do discurso. Brandão explica o pensamento de Foucault e oferece um trecho ideal para complementar esse pensamento: “O discurso não é atravessado pela unidade do sujeito e sim pela sua dispersão; dispersão decorrente das várias posições possíveis a serem assumidas por ele no discurso” (BRANDÃO, 2005, p. 35). O sujeito não é atravessado apenas pela unidade de um discurso, mas pela dispersão da diversidade discursiva a que se expõe. Nas contradições típicas de quaisquer constituições textuais estão as marcas dos discursos dispersos.

Essas observações não se tornam estorvos para a análise de tudo que se escreveu nessa dissertação. Analisar o discurso é entender que há naturalidade nas contradições, pois todo processo de constituição de interpretação é um meio natural de promover o contrário, de sacudir com a ilusão da transparência, uma forma (pelo equívoco) do sujeito se posicionar na história.

Sendo que existem contradições, falhas, equívocos, não se pode falar em unidade exatamente. Assim, tem-se exatamente o pretendido. Uma ideia de um sujeito clivado por discursos avessos.

Os contratempos do comentarista Jabor não é percepção só desta análise. Na contracapa do próprio livro, Jabor publica uma resenha do amigo Carlos Alberto Sardenberg (jornalista e comentarista econômico) que registra:

As vezes, parece que o Jabor cai numa contradição lógica. Em outras, parece que seus sentimentos são volúveis, mudam demais. Mas é que a maioria de nós tem o cérebro e o coração separados, Jabor não. Razão e paixão se misturam o tempo todo. É outra verdade. A do artista. (SARDENBERG *in*: JABOR, 2009, *contracapa*)

A intenção do resenhista é enaltecer o escritor, mostrando o quanto é elogiável e especial pelo que já demonstrou dentro e fora do cenário brasileiro. Porém, é possível

discordar apenas de um pensamento de Sardenberg: esse equívoco, essas brechas de contradições pertencem a todo o sujeito da linguagem, que dispõe da instância do inconsciente, que se arranja na história. O sujeito é volúvel, porque a linguagem, a história, o inconsciente e os discursos também o são.

A análise realizada separou textos em que o sujeito produz discursos e manifesta influências em momentos decisivos da política nacional, como é o caso do comentário sobre o debate, em época de reeleição.

Os escândalos pelos quais o governo passou: o tão famigerado mensalão, o alvoroço dos sanguessugas, os cartões corporativos, a crise no setor aéreo, os dólares na cueca, o valerioduto etc., seguramente foram condições de produção para os novos discursos em relação ao governo do PT.

Retornando à tarefa central deste trabalho, o produto do discurso do jornalista em questão é uma campanha em favor do PSDB através do rádio, da televisão e da literatura, ao menos esse é o gesto de interpretação que se pretendeu desde o começo desta dissertação, visto que para Pêcheux²³:

A Análise de Discurso não pretende instituir-se especialista da interpretação, dominando "o" sentido dos textos, mas somente construir procedimentos que exponham o olhar-leitor a *níveis opacos à ação estratégica de um sujeito* (tais como a relação discursiva entre sintaxe e léxico no regime dos enunciados, com o efeito de interdiscurso induzido nesse regime, sob a forma do não-dito que aí emerge, como discurso outro, discurso de um outro ou discurso do Outro). "Não se trata de uma leitura plural na qual um sujeito joga multiplicando os pontos de vista possíveis para melhor aí se reconhecer, mas de uma leitura na qual o sujeito é, ao mesmo tempo, despojado e responsável pelo sentido que lê." (PÊCHEUX, 1998, p.53)

Por essa citação, redescobre-se esse trabalho não como único, mas como produto interpretativo por meio de um modelo que se propõe dar um significado através do histórico, dos sentidos arquivados, do inconsciente da linguagem e dos fatores ideológicos que envolvem o sujeito e (porque não?) o analista, posto que "o analista do discurso não é uma pessoa neutra. Nunca. Ele deve assumir uma posição quanto à língua, uma posição quanto ao sujeito. Ele deve, igualmente, constituir um observatório para si." (MAZIÈRE, 2008, p.23).

²³ A citação de Pêcheux contém outra citação embutida (entre aspas). É um recorte do texto de Jean-Marie Marandin. *Algorithmes* - 81. (não publicado).

O observatório que se constrói para a análise posiciona o sujeito em momentos em que o analista quis vê-lo nessas posições. Do contrário, a questão que se poderia formular já seria diferente, ou o *corpus* que seria selecionado iria ser outro. Porém, no conteúdo descrito e refletido desta dissertação, nada garante que a interpretação pelo gesto aplicado está equivocada, já que não há apropriação de uma ciência (que se acha inequívoca) e sim de uma disciplina (que se sabe ser usual).

Mas se fosse modificado o *corpus* (escolhendo outros comentários em lugar dos selecionados), se a questão fosse alterada (oportunizando os fatores ideológicos de outro analista), se outros dispositivos fossem adotados e, por fim, se chegasse a outras conclusões, o que se teria ao final? Uma nova interpretação que, finalmente, seria igualmente questionável. Nenhuma forma ou caminho interpretativo é irrefutável.

Assim, abandonam-se os questionamentos relacionados à veracidade interpretativa. Isso não cabe à AD e a nenhuma proposta de interpretação racional da linguagem junto ao seu significado, já que é com interpretação que a AD trabalha, nada garante que será única, verdadeira ou eterna.

7. CONCLUSÃO

Este trabalho de pesquisa pode ser justificado pela seguinte finalidade: deseja-se propor aos leitores que não vejam o que sempre viram. Deseja-se desviar o olhar dessa corrente obsoleta que proporciona enxergar apenas o lado tradicional da interpretação, que oferece os fatores ideológicos ditados pelas estruturas sociais que condenam os leitores, obrigando-os a achar que a linguagem é transparente e que só existe uma forma de interpretar o texto, o mundo e suas relações (que são múltiplas).

Não há nada por trás dos textos, os sentidos (que podem ser vários) estão todos na frente, no texto. Isso não é transparência, mas multiplicidade de significações que são encontradas por análises das associações ideológicas, linguísticas e por intermédio do estudo do inconsciente na linguagem.

Por meio dessa investigação, questiona-se esse valor único de realidade que os meios de informação querem compor e mumificar nas mentes dos ouvintes e dos telespectadores.

Nessa dissertação, há um pensamento de oposição a esse universo criado pela mídia, para o qual só é real aquilo que a tela exhibe. Há o real visível que precisa ser construído pelos livros, pelas conversas, pelas leituras múltiplas, pelos fóruns, pelas discussões e debates, nos blogs e nas salas de bate-papos, por novas formas de mídias, por ouvir e ser ouvido.

Tenta-se, a partir desse trabalho, socializar também outro olhar sobre o que é mostrado na TV e ouvido no rádio. O teor que parece uma crítica comprometida com a ética pode ser, muitas vezes, um investimento, uma tentativa de promover e ganhar mais uma eleição. Isto é o que por essa produção se tenta explorar. Evidente que esse trabalho não é o primeiro a se empenhar por demonstrar que a mídia está, com intensidade, comprometida com partidarismos políticos e com campanhas eleitorais. Entretanto, é mais uma voz que, por meio de uma teoria (a AD), tem a intenção de questionar o teor de telejornais que, por vezes, não cumprem com a palavra juramentada de agir com ética e com imparcialidade.

Não cabe ao jornalismo fazer campanha. As pessoas esperam que: se há uma instância na sociedade que deve buscar a transparência, o quase impossível que é a imparcialidade, esse espaço de uso comum é a imprensa em suas diversas proporções e abrangências.

Pelas ferramentas de interpretação da AD, é possível reler os comentários e apropriar-se de sentidos: Arnaldo Jabor na posição do sujeito do discurso, materializa preferências políticas referentes às FD dadas ao seu lugar (comentarista do JG).

O sujeito dessa análise disfarça-se de apolítico, numa construção aparente, uma ilusão projetada. Para isso, outros fatores contribuem para o valor do seu dizer: a posição de cineasta, a audiência que goza a emissora, a linguagem, a história do intelectual.

A imagem do intelectual/comentarista é a exploração de requinte dos jornais de TV e rádio. Deseja-se, por este trabalho dissertativo, mostrar a figura do filósofo geral, o jornalista-literato que conduz o público a adesão de opiniões políticas que convém à emissora.

Nota-se que algumas notícias (as adotadas como *corpus*, por exemplo) são sempre acompanhadas das crônicas “explicativas”. Por que a maioria das notícias, de outros teores que não o político, pode ser interpretada sem os comentários auxiliares e adicionais? Por que, frequentemente, as notícias políticas carecessem de comentários à parte para serem entendidas? Talvez seja para que por elas os ouvintes e telespectadores tomem partido.

Não há como negar o poder formador e transformador da mídia, ela indubitavelmente prescreve a moda, os candidatos ideais, os hábitos culinários, linguísticos, as opiniões aceitáveis. As estratégias persuasivas utilizadas pela mídia são novas formas de utilização de modelos da retórica.

Estuda-se não o indivíduo Arnaldo Jabor, mas a posição deste enquanto sujeito do discurso em alguns comentários. Entre os gracejos e as ironias do comentarista perpassam as prescrições políticas, as críticas de campanha, as propostas de retorno do governo do PSDB.

Obviamente as denúncias e provocação feitas por Jabor não surgem do vazio, os escândalos procedentes do governo Lula são as razões para o posicionamento do jornalista. Contudo, o que cabe a esse trabalho é buscar análises do papel do comentarista como sujeito do discurso, como cabo-eleitoral do PSDB. Pelo menos no efeito de sentido, essa campanha por parte do jornalista parece ser uma provável realidade.

Esse compromisso de Jabor com os resquícios da direita brasileira parece que se torna claro a cada vez que a análise se aprofunda. Ao se produzir este trabalho, imagina-se dizer a verdade. Como diz Derrida (1996, p. 8): “Pode-se dizer o falso sem mentir,

mas pode-se dizer o verdadeiro no intuito de enganar. Ou seja, mentindo. Mas não mente quem acredita naquilo que diz, mesmo que isso seja falso.” Toda essa reflexão é produzida a fim de ser afirmada como verdade, mas ao fim de tudo, só se pode afirmar que é mais uma interpretação. Mesmo porque, sendo fruto de um analista, essa dissertação também está à mercê das ideologias que o interpelam, por mais que se tente distanciar do objeto.

O fato irrecusável é que Lula retirou-se da sua “Era”, após dois mandatos, como o presidente de maior popularidade da história da nação, conseguindo eleger o candidato do seu partido (Dilma Rousseff) em segundo turno (contra o PDSB).

Conforme notas em anexo, a “Era Lula” atingiu índices de aprovação (87%) que nem mesmo a governo de Nelson Mandela (82%)(ex-presidente da África do Sul) e Michelle Bachelet (84%)(ex-presidente do Chile) obtiveram no final de seus mandatos, de acordo com levantamentos da CNT²⁴. O mesmo jornal que publicou esses dados (*Estado de São Paulo*) também divulgou o índice de aprovação de FHC do PSDB no fim de seu mandato (26%).

Estes dados são trazidos nesse espaço de conclusão para refletir sobre algumas questões que merecem ser rediscutidas. Até que ponto as influências e manipulações dos meios de informação conseguem efetivamente tornear completamente a opinião de quem assiste do outro lado da tela ou de quem ouve pelas ondas de rádio? Como pode ser tão garantido esse domínio, visto que os candidatos que estão com os mais influentes canais e meios de comunicação perdem as eleições por três vezes seguidas?

A explicação para a vitória do PT talvez possa ser composta por alguns motivos como: Lula também usou de manipulações no uso de outros canais de televisão, emissoras de rádio, jornais, revistas, panfletagem, outras mídias etc; a *internet* pode ter sido fator decisivo para amealhar votos por parte do PT, através de e-mails correntes, de anúncios em blogs, etc; é possível também que a campanha de Jabor não tenha alcançado uma massa muito expressiva já que o voto decisivo para o resultado da eleição partiu da camada menos favorecidas que nem sempre assiste ao JG, visto que vai ao ar tarde da noite quando grande parte dos trabalhadores já está dormindo, pois precisa acordar cedo na manhã seguinte.

Apesar das suposições, esse trabalho não pretende responder às estas questões. Para esta recepção do discurso ainda não se dispõe de ferramentas para explicar. Então,

²⁴ Ver ANEXO D.

essas perguntas ficam apenas como indicadores que podem ser retomados em outros trabalhos a partir do que se abordou.

É fato que, nessas duas últimas eleições (2010 e 2006), o eleitor brasileiro decidiu votar ou com base em outras prerrogativas ou foi seduzido pelas propagandas do PT, já que o país decidiu pela continuidade do partido na presidência.

Esta análise faz leitura de um perfil do sujeito que poderá ser retomado em futuras pesquisas – que adotem também este objeto, e que achem suporte para melhor significar a voz que fala nos comentários do telejornalismo e da radiodifusão sob a perspectiva linguístico-discursiva.

Todo aparato discursivo desta investigação é uma inesgotável fonte de extração de significados. Neles as FIs agem coercivamente transformando o indivíduo em sujeito de um discurso, que se inscreve numa FD e pensa que o discurso é seu.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. A. de. **A modernização da imprensa.** (1970 – 2000). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

ALMEIDA, V. P. de. **Nas redes dos telejornais:** O tecido discursivo e a formação de memória social. São Paulo, 2006. 404 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado:** notas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado [1970]. Trad. Walter. J. Evangelista; Maria L. V de Castro. São Paulo: Edições Graal, 2010.

BACCEGA, M. A. **Palavra e discurso, história e literatura.** 2. ed. São Paulo: Ática, 2007.

BAKHTIN, M. **Marxismo e a filosofia da linguagem.** Trad. Michel Lahud; Yara Frateschi Vieira. 12. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BARBOSA, F., FERNANDO, C. Que crítica? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 fev. 1992. Caderno Mais!

BARREIRO, J. Mattoso Câmara: um intelectual da contemporaneidade. In: FONSECA-SILVA e POSSENTI. **Estudos da Língua(gem):** Mattoso Câmara e os estudos linguísticos no Brasil. Vitória da Conquista - Ba: Edições UESB, 2005.

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral II.** Trad. Eduardo Guimarães [et. al.]. Pontes: Campinas – SP, 1989.

_____. **Problemas de linguística geral I.** Trad. M. G. Novak; M. L. Salum. 2. ed. Ed. Unicamp – Pontes: Campinas – SP, 1988.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão.** Trad. M. L. Machado. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1997.

BRANDÃO, H. N. Estilo, gêneros do discurso e implicações didáticas. In: BARREIRO, J. M. de, ROCHA, M. J. C.; SANTANA NETO, J. S.(Org.) **Discurso em Análise III.** (org.), 31. Salvador: NEAD, 2005.

_____. **Introdução à análise do discurso.** 2. ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

CITELLI, A. **Linguagem e persuasão.** 16. ed. São Paulo: Ática, 2004.

COURTOIS, S. [et. al.]. **O livro negro do comunismo:** crimes, terror e repressão. Trad. Caio Meira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

DALTOÉ, A. S. **Ressonâncias entre Bakhtin e Ducrot:** a contradição como problema constitutivo da língua. (Trabalho apresentado na 1ª Jornada Internacional dos Estudos do Discurso) 2008.

DERRIDA, J. História da mentira: prolegômenos. **Estudos avançados.** 10 (27), 1996.

- DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas/SP: Pontes, 1987.
- FERREIRA, M. C. L. O quadro atual da AD no Brasil. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Orgs.) **Michel Pêcheux e a AD: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005.
- FIORIN, J. L. **Elementos de análise do discurso**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- FLORES, V. N.; TEIXEIRA, M. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso** (1970). Trad. L. F. A. Sampaio. 15. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. **A Arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- FUCHS, C.; PÊCHEUX, M. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora UNICAMP, 1997.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere: Os intelectuais; o princípio educativo; Jornalismo**. Vol. 2. Trad. Carlos Nelson Colinho. 4. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2006.
- GREGOLIN, M. do R. V.. Michel Pêcheux e a História Epistemológica da Linguística. **Estudos da Língua(gem)**. Vitória da Conquista, nº 1, p. 107, 2005.
- HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1997.
- JABOR, A. **Amigos ouvintes**. São Paulo: Globo, 2009.
- KOCH, I. G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- LECLERC, G. **Sociologia dos intelectuais**. Trad. Paulo Neves. São Leopoldo – RS. Unisinos, 2004.
- MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2008.
- _____. **Discurso literário**. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. **Novas tendências em análise do discurso**. Trad. Freda Indursky. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1997.

MALDIDIÈRE, D. **A inquietação do discurso**: (Re) ler Michel Pêcheux hoje. Trad. E. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARINHO, J. H. C. A organização relacional de textos de gêneros jornalísticos. In: Lara, M. P., Machado, I. L. e Emediato, W. (Orgs.). **Análises do discurso hoje**. v. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MARTINS, E. Entrevista com Luis Fernando Veríssimo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 de abr. de 2000.

MAZIÈRE, F. **A análise do discurso**: história e práticas. 2. ed. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2008.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. São Paulo: Pontes, 2007.

_____. **Discurso e texto**: formulação e circulação de sentidos. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. **Discurso e leitura**: São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E.; TARALLO, F. **Vozes e contrastes**: Discurso na cidade e no campo. São Paulo: Cortez, 1989.

PAGE, J. A. **A revolução que nunca houve**: O Nordeste do Brasil 1955 – 1964. Trad. Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PENA, F. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

POSSENTI, S. Ducrot e a análise do discurso. In: NEGRI, L., FOLTRAN, M. J.; OLIVEIRA, R. P. de (Org.). **Sentido e significação**: em torno da obra de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004a.

_____. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução a lingüística**: Fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004b.

_____. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

PÊCHEUX, M. A Análise do Discurso: três épocas [1983]. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) **Por uma análise automática do discurso**: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2010.

_____. Sobre os contextos epistemológicos da Análise do Discurso (1983). Trad. A. M. D. Marshall e H. M. Rosário. **Cadernos de tradução**. 2. ed. Rio Grande do Sul. Nº 1, p. 53, ano 1998.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E.P. (Org.). **Gestos de leitura**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. de Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

SAID, E. W. **Representações do intelectual**: As palestras de Reith de 1993. Edições Colibri. Lisboa, 2000.

SODRÉ, N. W. **Panorama do segundo império**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

TFP (Tradição, Família e Propriedade). **Meio século de epopéia anticomunista**. 2. ed. São Paulo: Vera Cruz, 1980.

APÊNDICES

APÊNDICE – A

1 **Comentário (1)**

2

3 O debate de domingo serviu para vermos dois lados do Brasil. De um lado, a
4 busca de um "choque de capitalismo", de outro um choque de um socialismo degradado
5 em populismo estadista, num getulismo tardio. De um lado, São Paulo e a complexa
6 experiência de um estado industrializado, rico e privatista e, do outro, a voz de grotões
7 onde o Estado (com é maiúsculo) ainda é o provedor dos vassallos famintos. De um
8 lado, a teimosa demanda de Alckmin pelo concreto da administração pública e, do outro
9 lado, o Lula apelando para pretextos utópicos, preferindo rolar na retórica de símbolo.
10 Alckmin foi incisivo; Lula foi evasivo. Lula saiu da arrogância do primeiro turno para o
11 papel de "sóbrio estadista injustiçado". Mas escondeu seu mau humor quase ofendido,
12 por ter de dialogar ali com aquele "burguês", limpinho e sem barba. Faltou-lhe a
13 convicção de suas afirmações, pois seu "amor ao povo" não teve a energia do primeiro
14 turno. Ele gaguejou, tremeu, suas frases peremptórias não tinham ritmo, não
15 "fechavam", enquanto Alckmin parecia um cronômetro, crescendo no ritmo e
16 concluindo com fragor. Lula estava rombudo, Alckmin era um estilete. Lula raramente
17 foi contestado assim, ao vivo. Sempre recuamos diante do "Lulinha do povo", imagem
18 que se rompeu domingo. Houve um leve sabor de sacrilégio na acusação do agora
19 agressivo "ex-picolé de chuchu". Alckmin rompeu a blindagem do Lula, que sempre
20 esteve protegido dos tais escândalos. Alckmin atacou a intocabilidade do operário
21 sagrado e tratou-o como cidadão. Isso. Lula sempre teve uma aura de intocável. Como
22 se ele estivesse fora da política. Sempre que o Alckmin o encostava na parede, Lula
23 chamava as verdades proferidas de "leviandades", o que é muito comum no vocabulário
24 petista que nomeia de "erros" os crimes cometidos ou de "meninos", os marmanjos
25 corruptos que transportam dólares na maleta. Os petistas se julgam donos de uma
26 espécie de "meta-ética", uma "supramoral" que os absolve de tudo. Quando Alckmin o
27 apertava, ele o desqualificava: "Meu Deus... como é que pode, Alckmin? Você está
28 nervoso... Não é o seu estilo...", querendo trancar o desafiante em seu papel de gentil
29 picolé. Diante do pedido de explicações, Lula queria sempre abordar "questões
30 programáticas", como se elas estivessem acima das bobagens de crimes que sempre
31 houve no Brasil. Acontece que os crimes dos mensalões e sanguessugas são a questão
32 principal e também "programática", programática sim, porque esses crimes prefiguram
33 uma política que visa atropelar a democracia. De onde vem o dinheiro? É a pergunta

34 que não cala. Oras, todos sabemos o dinheiro veio desviado ou de fundos de pensão ou
35 de estatais ou de bancos oficiais ou de contratos superfaturados. Só falta o nome do
36 dono da cueca. Tudo está óbvio, mas o óbvio não cola no Brasil. Nós só percebemos as
37 catástrofes, depois que elas acontecem.

10/10/2006, CBN (Não mais disponível por ordem liminar do Tribunal Superior Eleitoral)

APÊNDICE – B

1 **Comentário (2)** ²⁵

2

3 Nunca a política nos pareceu tão irrelevante! Tão micha! São picuinhas infinitas
4 sobre cafés pequenos, disputa de cuspe em distância, cartões corporativos de tapiocas
5 tapando os grandes crimes de bilhões em que ninguém toca. Nunca antes vimos tantos
6 fatos inconclusos, escândalos esquecidos. A vida política *tá* virando um balé ridículo. A
7 política do “é assim mesmo” desse governo, que nos deixa ver às claras o que antes era
8 feito com vergonha, provoca um desencanto geral da nação. Tirando a eficiência do
9 Banco Central da macro-economia herdada, não há um só ato de gestão. Como disse
10 outro dia o senador Garibaldi Alves:

11 – O executivo é absolutista.

12 Sim. O Lula, o nosso Maquiavel Macunaíma, é o absolutista do relativo. O
13 radical do “tanto faz”. E, no entanto, graças à economia mundial, aos trabalhos dos
14 empresários, o desemprego *ta* caindo. A inflação continua sobre controle. A explicação
15 *pra* isso é a frase do velho Osvaldo Aranha há sessenta anos: “O Brasil progride
16 enquanto dorme”. Êi! É de noite. Os políticos estão dormindo, os corruptos roncam.
17 Que ruídos serão estes? Será que é o lobisomem uivando para a lua? Não. É o Brasil
18 coitado! Sozinho, progredindo.

²⁵ Disponível em: <<http://jg.globo.com/JGlobo/0,19125,VBC0-2754-316445,00.html#>>. Acesso em: abr. 2008.

APÊNDICE – C

1 **Comentário (3)** ²⁶

2

3 O espantoso nessa crise, é tudo desmoronou de repente desde a queda do avião
4 da *Gol*. Todos os erros foram cometidos ao mesmo tempo. Outra coisa espantosa é o
5 mistério, ninguém consegue explica a causa dessa crise. Mas uma coisa é certa: na base
6 de tudo esta a velha confusão nacional entre público e privado. Entre controle militar ou
7 lógica civil. Entre obediência ou eficiência. A culpa recente é da TAM, que se aproveita
8 sim do caos para vender muito. Confusão dá lucro. O que está acontecendo com a TAM
9 não aconteceu nas outras empresas. A culpa é da TAM. Mas isso não absolve a tonteira
10 do executivo ilustrada pela frase inesquecível de Tarso Genro:

11 – O importante é não ter pressa neurótica para enfrentar essa crise.

12 ... que já dura três meses. Ou a pérola do Ministro da defesa, o rápido, o veloz
13 Waldir Pires:

14 – O governo precisa ter fé em Deus para resolver o problema!

15 E também não adianta a urgência populista do presidente. Não adianta bater na
16 mesa se não há mesa. O vazio administrativo desse governo não se resolve com a
17 reclamação tardia do Lula:

18 – Quero saber de quem é a culpa.

19 Lula continua tirando o corpo fora e sem saber de quem é a culpa. É simples: A
20 culpa é do seu governo, presidente.

²⁶ Disponível em: <<http://jg.globo.com/JGlobo/>>. Acesso em: jan. 2007.

APÊNDICE – D

1 **Comentário (4)**²⁷

2

3 No Brasil existem 5.564 municípios com suas câmaras de vereadores e
4 prefeituras que são as chocadeiras de políticos para chegar a Brasília, e também o apoio
5 eleitoral básico *pro* Governo Central. E como uma mão lava a outra, é preciso tê-los
6 felizes. E a maior felicidade de prefeitos gastadores e incompetentes é: a destruição da
7 lei de responsabilidade fiscal. Há dez anos, a dívidas das prefeituras era de 4 bilhões.
8 Hoje estima-se entre 15 e 40 bilhões de reais. Aliás, é maravilhosa essa estimativa! 15
9 ou 40. A medida de Lula em parcelar a dívida em 20 anos é a ponta de uma ciranda de
10 interesses. Com a dívida parcela-se os municípios podem receber recursos do Programa
11 de Aceleração do Crescimento e assim apoiar o governo nas Eleições de 2010. Só que
12 esta bondade do Lula será a bagatela de 14 milhões e meio de reais. Com o déficit do
13 INSS crescendo sem parar. Mas calma! Os gastos com essa pajelança de 3.200 prefeitos
14 e suas primeiras-damas em Brasília vai (*sic*) custar apenas 245 mil reais, por que os
15 prefeitos pagarão sua passagens e comidinhas. Aí podemos respirar aliviados: 14
16 milhões e meio pesando de um lado, mas os prefeitos pagarão as suas viagens. Ah! Que
17 alívio, assim *tá* bom!

²⁷ Disponível em: <<http://jg.globo.com/JGlobo/>>. Acesso em: abr. 2007.

APÊNDICE – E

1 **Comentário (5)** ²⁸

2

3 *Pra* fazer uma piada infame: essa greve dos controladores caiu do céu *pro*
4 governo Lula. O José Múcio, ex-envolvido entre os mensaleiros e hoje líder do governo,
5 veio correndo saldar:

6 – Pronto! *Tá* tudo explicado, a culpa é dos controladores

7 Mas e os equipamentos arcaicos quebrados? E a esquizofrenia administrativa
8 entre regras civis e militares? E o estresse de trabalhar em dobro para esconder as
9 deficiências, até que morreram os 150 na floresta? E os pontos cegos do espaço aéreo?
10 E os salários de fome de 1.400 reais quando no mundo ganham no mínimo 4.000
11 dólares? E a ausência de ministros que até poucos dias *tavam* sendo escolhidos? E a
12 lerdeza do Waldir, isso não conta? Infelizmente, senhores do executivo, essa greve
13 serviu também *pra* mostrar que o governo sindicalista-bolchevo-lulista não tem plano
14 algum *pra* resolver a crise. Ninguém tem saco *pra* administrar. Fica só a Dilma
15 Rousseff coitada, tarefaira, trabalhando feito uma louca. Dizem que no fim do
16 expediente ela até varre o Planalto e apaga a luz. Os controladores pediram desculpas
17 com medo de *cana e rua*. E o Lula não vai pedir?

²⁸ Disponível em: <<http://jg.globo.com/JGlobo/>>. Acesso em: abr. 2007.

APÊNDICE – F

1 Comentário (6) ²⁹

2

3 Uma das maiores obras do governo Lula foi a invenção da palavra “não”.

4 – O Senhor sabia?

5 – Não.

6 – O Senhor levou propina?

7 – Não.

8 – Mas a grana ta aí na sua mão!?

9 – Não, o dinheiro *tá* passando pela minha mão, mas vai continuar viagem.

10 Ou num nível mais prosaico, o sujeito sai correndo do galinheiro com a galinha:

11 – O senhor roubou a galinha?

12 – Como, ela ta aí debaixo do seu braço!?

13 – Estou levando ela *pra* passear, não é?

14 – Có-có-có-có...

15 O “não” tem um poder de convencimento profundo, ajudado pelo seu
16 companheiro, o tempo, ajudado pelo seu camarada “a falta de memória da gente”. O
17 “não” vai impondo a nós espectadores a progressiva sensação de irrealidade. Aos
18 poucos:

19 – É, nada aconteceu, estávamos todos loucos, somos uns maldosos!

20 E um “não” de um esquerdista de carteirinha, de um bolchevista como o Zé
21 Dirceu, tem um peso maior porque eles sabem dizer não sem um tremor, pois acham
22 que lutam por uma causa nobre. Se acham melhores que a justiça, melhores que nós.
23 Estão acima de roubos, delitos da burguesia. O “não” foi quem construiu a grandeza de
24 um Stalin de um Mao Tse-tung. Tudo pode ser negado. O sim é coisa de fracos. Celso
25 Daniel morreu? Não.

²⁹ Disponível em: < <http://jg.globo.com/JGlobo/0,19125,VTJ0-2742-20080124-315196,00.html>>. Acesso em: jan. 2008.

APÊNDICE – G

1 **Comentário (7)** ³⁰

2

3 Oxalá! Deus queira! (*socos na madeira*) Tomara que homens do governo Lula
4 estejam certos. Porque o que inquieta é que essas pessoas otimistas e seguras de hoje
5 foram contra o Plano Real em 94. Tentaram impedir a lei de responsabilidade fiscal. Se
6 recusaram a fazer as reformas que complementariam o plano anti-inflação. Estão
7 otimistas e felizes, mas não fizeram enxugamento nos gastos públicos, ao contrário,
8 aumentaram-nos em todas as áreas com contratação de mais 40 mil novos funcionários.
9 A economia mundial esteve até agora num mar de rosas e isso tem mimado a
10 administração desse governo. Tudo bem, pode gastar que a economia *tá jóia!* Que Deus
11 nos livre das crises mundiais que enfrentamos entre 95 e 2000: México, Turquia, Ásia,
12 Rússia, Argentina. Em 93, a inflação foi de 2.500%. “Cléc, cléc, cléc” Lembram dos
13 supermercados. O terrível não é o que não estão fazendo com essa chance que houve até
14 agora, o triste é pensar no que poderiam ter feito. Que Deus nos livre do otimismo
15 irresponsável.

³⁰ Disponível em: < <http://jg.globo.com/JGlobo/>>. Acesso em: ago. 2007.

APÊNDICE – H

1 **Comentário (8)** ³¹

2

3 Vocês espectadores são muito desconfiados. Eu também sou um homem sem fé.
4 Como é que nós não acreditamos que dois funcionários passaram numa agência da
5 Caixa de noite, e assim numa boa, pegaram um estrato do Francenildo, sem que nenhum
6 chefe tenha mandado. Ninguém sabia de nada, somos muito maldosos. Vocês,
7 espectadores, já acharam que o Delúbio e o Silvinho do PT agiam com a conivência do
8 Planalto, lembram? Não acreditaram que o Lula não sabia de nada. Gente! O Lula *tá*
9 muito acima dessas bobagens. O Lula ia lá se preocupar se 3 bilhões de reais *tavam*
10 sendo desviados para os mensalões e para o caixão dois do PT? Ora, vocês precisam ter
11 mais confiança no governo, espectadores. E esses corruptos absolvidos, quem disse que
12 é pizza? Nada disso, é a celebração da liberdade, do perdão, em vez de tristes cassações.
13 Vejam as caras deles: João Magno, Walder Bal, Janene, são caras puras, inocentes. Só
14 porque pegaram os milhares de reais do *valerioduto*, que quê têm? Nós somos gente
15 maldosa, sem amor a vida. Vejam por exemplo a alegria da Ângela do PT:

16 *(cena da deputada dançando no congresso)*

17 Isso é que é Brasil! Terra da felicidade! Viram? espectadores cruéis, nós é que
18 não prestamos. Eu acho que nós não merecemos um congresso tão maravilhoso como
19 esse. Precisamos é mudar de povo. Viva eles! Abaixo nós!

³¹ Disponível em: <<http://jg.globo.com/JGlobo/>>. Acesso em: 13 set. 2006.

APÊNDICE – I

1 **Comentário (9)** ³²

2

3 Como comentar isso tudo? A indignação ficou insuficiente, o escândalo está
4 desmoralizado, a vergonha está cansada. Não há mais filme de horror, não há filme
5 pornô igual a isso que vemos. Estamos nos viciando neste espetáculo de sordidez. E isso
6 é ruim, porque a indignação é muda, é parálitica. Porque não se trata mais de netinhos
7 nomeados, nem mensalinhos roubados, nem envelopinhos de empreiteiras, nem de
8 gorgetinhas de macarrão. Não se trata mais de um problema moral. As instituições estão
9 sendo implodidas por dentro, pelos próprios donos do poder. Em nome da
10 governabilidade o governo está impedindo a governabilidade. E pior: este circo de
11 anomalias serve para acalmar nossas consciências...

12 A gente fala: “que horror” e se sente santificado, mas não faz nada. A imprensa
13 está sozinha ameaçada de censura pelos roedores da República...

14 Quando houve a crise do Collor, a indignação ainda valia. Intelectuais e figuras
15 importantes do país, como Barbosa Lima Sobrinho e outros se manifestaram em bloco.
16 E hoje? Por que este silêncio dos intelectuais? Onde estão os cara-pintadas? Onde os
17 manifestos de artistas famosos, das tais celebridades? Onde estão eles, além de exibir
18 sua vida sexual nas revistas e rebolar nas pistas de dança?
19 Cartão vermelho para a elite pensante do Brasil!

³² Disponível em: < <http://g1.globo.com/platb/arnaldojabor/2009/08/26/o-espetaculo-sordido-da-politica-brasileira/>>. Acesso em: 26 ago. 2009.

ANEXOS



13 de outubro de 2006 - 12h52

Ministro do TSE determina que rádio CBN retire da página na internet comentário de Arnaldo Jabor contrário à lei eleitoral (republicada)

O ministro Ari Pargendler, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), determinou, liminarmente, a retirada da página da rádio CBN na internet, e das páginas de todas as suas afiliadas, do comentário do colunista Arnaldo Jabor feito às 8h05 do último dia 10 de outubro. A rádio CBN foi notificada da decisão, por fax, nessa quinta-feira (12).

"O comentário impugnado na petição inicial pode ter contrariado a legislação eleitoral. Como medida de natureza cautelar, determino liminarmente sua retirada "da página da Representada na rede mundial de computadores e de todas as suas afiliadas" (fl. 06). Comunique-se. Intimem-se", determinou o ministro Ari Pargendler, na decisão proferida nessa quinta-feira.

Na Representação (RP) 1256, a coligação A Força do Povo (PT-PRB-PCdoB), que apóia a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, argumentou que o comentário de Arnaldo Jabor teria emitido opinião favorável ao candidato Geraldo Alckmin e negativa ao atual presidente da República.

³³ Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/sadAdmAgencia/noticia>>. Acesso em: 19 out. 2010.

ANEXO – B³⁴

17 de outubro de 2006 - 20h29

Plenário do TSE multa rádio CBN em cerca de R\$ 20 mil por comentário de Arnaldo Jabor

O Plenário do Tribunal Superior Eleitoral decidiu, por maioria, multar em 20 mil Ufirs – cerca de R\$ 20 mil reais -, a rádio CBN por ter veiculado comentário favorável e negativo aos candidatos a presidente em período proibido pela lei eleitoral. O comentário impugnado analisava o primeiro debate realizado entre os presidentiáveis, bem como o desempenho dos candidatos, no segundo turno das eleições. Uma Ufir equivale a R\$ 1,0641.

O comentário de Arnaldo Jabor foi feito às 8h05 do último dia 10 de outubro, dois dias após o debate realizado pela TV Bandeirantes. A coligação A Força do Povo, que apóia a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição, ajuizou a Representação (RP) 1256, em que pediu, em liminar, a retirada do comentário do ar.

O comentário dizia que haveria dois lados do Brasil: de um lado, um "choque de capitalismo" e, de outro, um "socialismo deformado", estendendo-se na avaliação sobre esses dois possíveis lados e associando-os a cada um dos candidatos.

No último dia 12 de outubro, o relator da Representação, ministro Ari Pargendler, deferiu liminar à coligação para que a CBN retirasse o comentário, tanto de sua página na internet, quanto de todas as emissoras afiliadas. A rádio CBN foi notificada da decisão, por fax, no mesmo dia da decisão (quinta, 12).

No julgamento da matéria em Plenário, o ministro relator manteve o entendimento da liminar, considerando que no comentário de Jabor, "houve uma avaliação ideológica de cada candidato, pintando de forma muito colorida um deles e denegrindo o outro".

O presidente do TSE, ministro Marco Aurélio, ao votar, lembrou o artigo 45 da Lei das Eleições (Lei 9.504/97), que nos incisos III e IV, proíbe as emissoras de rádio e TV de emitir opinião favorável ou contrária a candidato e, ainda, de dar tratamento privilegiado a candidato, partido ou coligação, a partir de 1º de julho no ano da eleição.

Em seu voto, o ministro Marco Aurélio ressaltou que "até votaria com a divergência", ao salientar ser um defensor da liberdade de expressão. No entanto, o presidente da Corte observou que no caso, o comentarista extrapolou o âmbito da análise do debate para uma abordagem do aspecto ideológico dos candidatos.

³⁴ Disponível em: < <http://www.tse.gov.br/sadAdmAgencia/noticia>>. Acesso em: 19 out. 2010.

ANEXO - C³⁵


The screenshot shows the top of the Folha.com website. At the top, there are navigation links for UOL, ASSINE, BATE-PAPO, E-MAIL, RADIO UOL, SAC, TV UOL, UOL HOST, VOIP, E-MAIL GRATIS, SHOPPING, and INDICE PRINCIPAL. Below this is a banner for Dell with the text 'Trabalhe com estilo' and 'Conheça o Novo Vostro V130 com Core™ i3 a partir de R\$ 1.999!'. To the right of the banner is a search bar and a 'BUSCAR' button. The main header features the 'FOLHA.com' logo, a weather widget for SP (28°C) and RIO (28°C), and a date '9 DE FEVEREIRO DE 2011'. Below the header is a navigation menu with categories like NOTÍCIAS, PODER, MUNDO, MERCADO, etc. A blue banner for 'poder ELEIÇÕES2010' is visible. The main article title is 'Com 83%, aprovação ao governo Lula bate recorde histórico, mostra Datafolha'. The sub-header is 'DE SÃO PAULO'. The article text follows, discussing the approval of the Lula government.

26/10/2010 - 20h00

Com 83%, aprovação ao governo Lula bate recorde histórico, mostra Datafolha

DE SÃO PAULO

Maior cabo eleitoral da presidenciável Dilma Rousseff (PT), o presidente Lula também está se beneficiando do período eleitoral.

Pela terceira semana consecutiva, a avaliação de seu governo obteve um patamar recorde de aprovação na série histórica do Datafolha na pesquisa realizada e divulgada hoje pelo instituto.

No levantamento atual, 83% dos eleitores brasileiros avaliaram sua administração como ótima ou boa.

Na semana passada, essa aprovação chegava a 82%. No mesmo período, o patamar dos que consideram seu governo regular passou de 14% para 13%, enquanto 3% dizem que ele é ruim ou péssimo, índice que se manteve.

Dois de cada três eleitores de Serra (67%) avaliam a gestão de Lula como ótima ou boa. Entre os eleitores de Dilma, esse índice chega a 96%.

Para 80% dos eleitores que votaram em Marina no primeiro turno, a gestão do petista é ótimo ou bom. A nota atribuída ao governo Lula no atual levantamento é 8,2, a mesma registrada na semana passada.

³⁵ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/820667-com-83-aprovacao-ao-governo-lula-bate-recorde-historico-mostra-datafolha.shtml>>. Acesso em: 19 out. 2010.

ANEXO D³⁶

Recorde de aprovação a Lula é mundial, diz CNT/Sensus

De acordo com o instituto, apenas a ex-presidente do Chile, Michelle Bachelet, e o ex-presidente da África do Sul, Nelson Mandela, tiveram índices de popularidade tão bons.

29 de dezembro de 2010 | 17h 01

Levantamento feito pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT) mostra que o presidente Lula deixa o governo com recorde mundial de popularidade. De acordo com a lista, apenas a ex-presidente do Chile, Michelle Bachelet, e o ex-presidente da África do Sul, Nelson Mandela, tiveram índices de popularidade tão bons em final de governo.

Bachelet deixou a presidência em 2010 com 84% de aprovação, enquanto o líder sul-africano saiu do governo, em 1999, com 82% de aprovação popular. Pesquisa Sensus divulgada hoje pela CNT, Lula deixa a presidência com 87% de aprovação. "Lula deixa o governo no próximo dia 31 com recorde mundial de popularidade", comentou o presidente da CNT, Clésio Andrade, ao citar a boa condição econômica do país e a política de geração de empregos como fatores que impulsionam a popularidade do presidente.

A lista aponta ainda Néstor Kirchner, da Argentina (55%), os ex-primeiros-ministros britânicos Tony Blair (44%) e Margaret Thatcher (52%) e o ex-presidente norte-americano Franklin Roosevelt (66%). A CNT não informou qual foi a fonte de informação para formatar a lista.

A CNT observa que os ex-presidentes brasileiros Juscelino Kubitschek e Getúlio Vargas já foram citados como os melhores presidentes do Brasil, mas pondera que não há pesquisa de popularidade realizada enquanto estiveram no governo. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso deixou a presidência do Brasil com 26% de aprovação, aponta o levantamento.

³⁶ Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,recorde-de-aprovacao-a-lula-e-mundial-diz-cntsensus,659612,0.htm>>. Acesso em: 19 out. 2010.